

**Willian Douglas Guilherme**  
Organizador

# POLÍTICA EM FOCO

O melhor embate é o debate - Vol. 3



# **POLÍTICA EM FOCO**

O melhor embate é o debate

Volume 3





### AVALIAÇÃO, PARECER E REVISÃO POR PARES


Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária responsável: Alice M. Benevides CRB-1/5889

|            |  |
|------------|--|
| C796       | Política em foco: o melhor embate é o debate – Volume 3. /<br>(organização) Willian Douglas Guilherme. – 1. ed.<br>Curitiba-PR: Editora Bagai, 2023. |
|            | E-book   |
|            | Acesso em <a href="http://www.editorabagai.com.br">www.editorabagai.com.br</a>   |
|            | Bibliografia.<br>ISBN: 978-65-5368-270-2   |
|            | 1. Política. 2. Representação. 3. Internet.<br>I. Guilherme, Willian Douglas.  |
| 02-2023/39 | CDD 320  |

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciência Política. 320

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-270-2.09.08.23>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da **Editora BAGAI** por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.

 [www.editorabagai.com.br](http://www.editorabagai.com.br)

 [/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)

 [/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)

 [contato@editorabagai.com.br](mailto:contato@editorabagai.com.br)

**Willian Douglas Guilherme**  
Organizador

# **POLÍTICA EM FOCO**

O melhor embate é o debate

Volume 3



1.ª Edição - Copyright© 2023 dos autores  
Direitos de Edição Reservados à Editora Bagai.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es). As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

---

|                           |   |
|---------------------------|---|
| <i>Editor-Chefe</i>       | Cleber Bianchessi   |
| <i>Revisão</i>            | Os autores  |
| <i>Diagramação</i>        | Lucas Augusto Markovicz   |
| <i>Capa</i>               | Alexandre Lemos   |
| <i>Conselho Editorial</i> | Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI<br>Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOCHAPECÓ<br>Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA<br>Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC<br>Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC - UFSC<br>Dr. Antonio Xavier Tomo - UPM - MOÇAMBIQUE<br>Dra. Camila Cunico – UFPPB<br>Dr. Carlos Luís Pereira – UFES<br>Dr. Claudino Borges – UNIPIAGET - CV<br>Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS<br>Dra. Clélia Peretti - PUCPR<br>Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ<br>Dra. Denise Rocha – UFC<br>Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPI<br>Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC<br>Dr. Ernane Rosa Martins – IFG<br>Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC<br>Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM<br>Dr. Humberto Costa – UFPR<br>Dr. Jorge Henrique Gualandi - IFES<br>Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA<br>Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya - CUIM-MÉXICO<br>Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF<br>Dra. Larissa Warnavin – UNINTER<br>Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ<br>Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM<br>Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPPB<br>Dr. Marciel Lohmann – UEL<br>Dr. Márcio de Oliveira – UFAM<br>Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR<br>Dr. Marcos Pereira dos Santos – SITG/FAQ<br>Dra. María Caridad Bestard González - UCF-CUBA<br>Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPeI<br>Dra. Patrícia de Oliveira - IF BAIANO<br>Dr. Porfírio Pinto – CIDH - PORTUGAL<br>Dr. Rogério Makino – UNEMAT<br>Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS<br>Dr. Ricardo Cauica Ferreira - UNITEL - ANGOLA<br>Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO<br>Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED<br>Dra. Sueli da Silva Aquino - FIPAR<br>Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE<br>Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – ULIANDRADE/UK-ARGENTINA<br>Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM - CUBA<br>Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT<br>Dr. Yoisell López Bestard- SEDUCRS |

## APRESENTAÇÃO

Política em Foco: Debates e Embates - Volume 3 mantém a linha editorial dos volumes anteriores e com diálogos contemporâneas de embates dentro do contexto político brasileiro. sempre capítulos inéditos, é um convite a leitura e ao diálogo crítico em direção do conhecimento científico. Os textos trazem discussões que visam dialogar com a pesquisa no campo político e social, fazendo uma ligação entre o Governo e o governado. Trata também em como a internet pode contribuir para a transparência política, utilizando-se também, das redes sociais como meio de divulgação das ações políticas, apresentando uma comparação entre grupos políticos e religião e como essas duas categorias são semelhantes. Traça um paralelo entre autoritarismo e democracia, com destaque ao período da ditadura militar. Discute ainda como a ideologia política ainda está presente e como ela se apresenta no meio social e como as redes sociais favorecem a proliferação do ódio e a polarização política. A política na América Latina, desigualdade social, lutas, poder econômico concentrado entre outras características de um possível processo de integração territorial e também a divisão do território e sua lógica no contexto político atual. O e-book Volume 3 traz capítulos inéditos e é um convite a leitura e ao diálogo crítico em direção do conhecimento científico.

O organizador

# SUMÁRIO

|  |          |
|--|----------|
| <b>REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: IMPACTOS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA POLÍTICA .....</b> | <b>7</b> |
|--|----------|

Viviani Corrêa Teixeira

|  |           |
|--|-----------|
| <b>REDES SOCIAIS, ÓDIO E POLARIZAÇÃO POLÍTICA: A PSICODINÂMICA DA GUERRA CIVIL DIGITAL BRASILEIRA.....</b> | <b>17</b> |
|--|-----------|

Eloísa Vilas Bôas Corrêa

|  |           |
|--|-----------|
| <b>DEBATENDO O REGIONALISMO LATINO-AMERICANO: UM OLHAR PARA OS ESFORÇOS DE EDUCAÇÃO INTEGRADA DURANTE A MARÉ ROSA.....</b> | <b>31</b> |
|--|-----------|

Felipe Vidal Benvenuto Alberto | Tomás Paixão Borges

|  |           |
|--|-----------|
| <b>CATEGORIAS DE DIREITA E ESQUERDA DENTRO DE UM AR DE FAMÍLIA .....</b> | <b>49</b> |
|--|-----------|

Lucas Araújo Monte

|  |           |
|--|-----------|
| <b>O REDESENHO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DAS UNIDADES SUBNACIONAIS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE JOSÉ DONIZETE CAZZOLATO .....</b> | <b>61</b> |
|--|-----------|

Fábio José da Silva Nascimento

|   |           |
|---|-----------|
| <b>A INTERNET COMO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: USO DAS MÍDIAS SOCIAIS NOS PROCESSOS DE ESCOLHA DE REPRESENTANTES POLÍTICOS .....</b> | <b>73</b> |
|---|-----------|

Viviani Corrêa Teixeira

|   |           |
|---|-----------|
| <b>POLÍTICA EXTERNA E REFUGIADOS: UMA ANÁLISE DO BRASIL NA PRIMEIRA ERA LULA (2003-2010).....</b> | <b>87</b> |
|---|-----------|

Alice de Carvalho Nogueira

|  |            |
|--|------------|
| <b>A DEMOCRACIA LIBERAL EM XEQUE: O CONCEITO DE POLÍTICO EM CARL SCHMITT E O FENÔMENO DO POPULISMO PARA PIERRE ROSANVALLON .....</b> | <b>101</b> |
|--|------------|

Edson Lugatti Silva Bissati | Cáo César Nogueira Martins | Alexandre Rodrigues Faria | Fábio Antônio da Silva | Guilherme de Abreu Duque

|                                 |            |
|---------------------------------|------------|
| <b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b> | <b>115</b> |
|---------------------------------|------------|

|                              |            |
|------------------------------|------------|
| <b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b> | <b>116</b> |
|------------------------------|------------|

# REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: IMPACTOS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA POLÍTICA

Viviani Corrêa Teixeira<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre os processos político-democrático do Estado moderno, é fundamental entendermos as complexidades que envolvem as relações entre os cidadãos e o Estado, é preciso compreender necessariamente a ligação entre governantes (Estado) e governados (Cidadãos), o “elo” que faz a ligação entre essas duas esferas, ou seja, o sistema de “representação política”. Além dos estudos para compreensão do sistema representativo, exploramos os impactos/interferência dos meios de comunicação (mídias sociais) na escolha dos representantes.

## DESENVOLVIMENTO

Diante da complexidade das instituições políticas, surgiu a necessidade de se substituir a participação direta dos cidadãos nas esferas de poder e nas decisões políticas por meios indiretos, sem a necessidade de presença física de todos em um mesmo espaço. Configura-se nesse momento a necessidade da criação de mecanismos que possam auxiliar a mediação entre governantes e governados:

reunir um grande número de pessoas em um mesmo local seria impossível, para solucionar esse problema seria preciso adotar um dispositivo que fizesse a ligação (mediação) entre representantes e representados, sem os encontros face a face da democracia direta, desse modo a” representação seria um ‘substituto

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia Política (UFSC). Professora (IFC). CV: <http://lattes.cnpq.br/7959403211618013>



para o encontro pessoal dos cidadãos' (PITKIN, 2006, p. 35).

Bernard Manin (1995) considera que uma questão debatida em público por um grande número de pessoas que têm opiniões diferentes, mas todas com direito igual de usar a palavra de modo mais ou menos prolixo, e que exponham suas ideias com brilho e entusiasmo estranhos ao modo de ser da sociedade, seria algo assustador aos ouvidos dos cidadãos, do mesmo modo que um concerto de instrumentos barulhentos cansaria os ouvidos frágeis de um doente no hospital.

Já Iris Young (2006) salienta que não se deve pensar a representação política como uma relação de identidade ou substituição da reunião de um grande número de pessoas em um mesmo espaço físico, e sim deve-se pensá-la como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com seus representantes.

Esse processo envolveria momentos de desconexão e conexão, onde a desconexão é sempre uma possibilidade e a conexão aconteceria em determinados momentos:

A representação é um relacionamento diferenciado entre eleitores e representantes, em que a desconexão é sempre uma possibilidade e a conexão é mantida ao longo do tempo por meio de antecipações e retomadas em momentos de autorização e prestação de Contas (YOUNG, 2006, p. 152).

Para Young o momento da prestação de contas é sempre mais delicado que o momento da autorização:

Na maioria das democracias existentes, o momento da prestação de contas é mais fraco que o da autorização. Em muitos sistemas de representação, a única forma de efetivar a prestação de contas é a reautorização por meio da reeleição. O ciclo que volta à autorização é de fato importante para motivar a prestação de contas, mas uma democracia comunicativa forte requer também alguns processos e procedimentos mediante

os quais os eleitores convoquem os representantes a prestar contas para além dos momentos de reautorização (YOUNG, 2006, p. 155).

Tanto a autorização como a prestação de contas devem ser realizadas através de órgãos oficiais (conselhos de supervisão, comissões de estudos de implementação), em arenas públicas de associações civis independente, além de fóruns de debates onde os cidadãos possam discutir entre si e com seus representantes.

Urbinati (2006) salienta que a representação é a instituição que possibilita à sociedade civil (em todos os seus componentes) identificar-se politicamente e influenciar na direção política do país, essa possibilidade se deve a natureza ambivalente (política e social) que a representação possui, determinando sua ligação inevitável com a participação.

No entanto, um governo representativo democrático deve ter várias instâncias de organismos eleitos, nomeados e voluntários que discutam opções de políticas, tomem decisões sobre políticas ou supervisionem a efetividade das políticas adotadas, possível e desejável que haja representação de perspectivas sociais de grupos que, de outra forma, não poderiam se fazer presentes (YOUNG, 2006, p. 186-187).

A representação política transforma e expande a política na medida em que não apenas permite que o social seja traduzido no político; ela também promove a formação de grupos e identidades políticas. Acima de tudo, ela modifica a identidade do social, uma vez que, no momento em que as divisões sociais se tornam políticas ou adotam uma linguagem política, elas adquirem uma identidade na arena pública de opiniões e tornam-se mais inclusivas ou representativas de um espectro mais largo de interesses e opiniões (URBINATI, 2006, p. 218-219).

Para Young (2006) no contexto de uma democracia comunicativa (como no caso da representação) é preciso haver liberdade de expressão e questionamento de opiniões, assim como uma ampla

representação de opiniões em discussões que levem a resoluções políticas, porém que haja igualdade política no contexto de uma democracia comunicativa é necessário garantir o acesso à mídia aos grupos de interesse com poucos recursos, ou então limitar a capacidade dos grupos mais abastados de dominar os canais de influência pública.

Conforme Urbinati (2006), são as múltiplas fontes de informação e as variadas formas de comunicação e influência que os cidadãos ativam através da mídia, movimentos sociais e partidos políticos que dão o tom da representação em uma sociedade democrática, ao tornar o social político. Vontade e juízo, a presença física imediata (o direito ao voto) e uma presença idealizada mediada (o direito à livre expressão e à livre associação) estão inextricavelmente entrelaçados em uma sociedade que é ela mesma uma confutação viva do dualismo entre a política da presença e a política das ideias, uma vez que toda presença é um artefato do discurso (p. 202-203).

Young (2006) salienta que quando os representantes se tornam muito afastados, os eleitores perdem a percepção de que exercem influência sobre a produção de políticas, desafeiçoam-se e se abstêm da participação. Estabelecer e manter processos de representação legítimos e inclusivos impõe responsabilidades tanto para os representantes como para os cidadãos, no entanto é preciso estabelecer canais, ou “meios” de participação.

Para ela os partidos políticos seriam o “meio” mais comum para a representação de opiniões ou participação dos cidadãos na esfera do poder do Estado, pois frequentemente elaboram programas que, menos que expressar os interesses de um determinado eleitorado, organizam os temas políticos do dia segundo princípios, valores e prioridades que eles se propõem a representar de forma geral (YOUNG, 2006, p. 161).

No entanto, observa-se certo enfraquecimento desse ‘meio’ de representação Bernard Manin (1995, p. 1) em *As metamorfoses do governo representativo*, lembra que “no passado, os partidos propunham

aos eleitores um programa político que se comprometiam a cumprir, caso chegassem ao poder. Atualmente a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos repousa, em vez disso, na construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes. Os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e de sua experiência no uso dos meios de comunicação de massa, não porque estejam próximos ou se assemelhem aos seus eleitores”.

Nesse contexto os resultados eleitorais, não dependem da mediação de uma rede de ativistas partidários, mas passam a ser vinculados cada vez mais ao sucesso ou fracasso das campanhas conduzidas pela mídia. Para esse autor:

O aparecimento dos partidos de massa e de seus programas veio transformar a própria relação de representação. A existência de partidos organizados aproximava os representantes dos representados. Os candidatos passaram a ser escolhidos pela organização partidária, na qual militantes de base tinham a oportunidade de se manifestar. A massa do povo podia, assim, ter uma certa participação na seleção de candidatos e escolher pessoas que compartilhassem de sua situação econômica e de suas preocupações. Uma vez eleitos, os representantes permaneciam em estreito contato com a organização pela qual se elegeram, ficando, de fato, na dependência do partido. Isso permitia aos militantes, ou seja, aos cidadãos comuns, manter certo controle sobre seus representantes fora dos períodos eleitorais. Apresentando-se diante dos eleitores com um programa, os partidos pareciam dar aos próprios cidadãos a possibilidade de determinar a política a ser seguida (MANIN, 1995).

Eis que os vínculos pessoais dos eleitores com os representantes são substituídos pela lealdade aos partidos. A preferência não acontece em torno de nomes, e sim de partidos, articulados e com base em pontos de vistas claramente definidos. Nesse caso, quando

os eleitores, optam pelo partido, não estariam se manifestando sobre políticas específicas que serão tomadas por seus representantes, mas acolhem as condições de uma plataforma geral.

No governo representativo de partidos, são eles mesmo que:

organizam tanto a disputa eleitoral quanto os modos de expressão da opinião pública (manifestações de rua, petições, campanhas pelos jornais). Todas as formas de expressão são estruturadas ao longo das clivagens partidárias. As várias associações e os órgãos de imprensa mantêm laços com um dos partidos. A existência de uma imprensa de opinião tem uma importância especial: os cidadãos mais bem informados, os mais interessados em política e os formadores de opinião, obtêm informações por intermédio da leitura de uma imprensa politicamente orientada. Desse modo, os cidadãos são muito pouco expostos à recepção de pontos de vista contrários, o que contribui para reforçar a estabilidade das opiniões políticas. Uma vez que os partidos dominam tanto o cenário eleitoral quanto a articulação de opiniões políticas fora dos períodos de eleição, as clivagens da opinião pública coincidem com as clivagens eleitorais (MANIN, 1995).

Essa nova situação pode ser causada pelo fato dos canais de comunicação política afetarem a natureza da relação de representação: os candidatos se comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias (MANIN, 1995, p.?).

Até porque como o próprio Manin salienta, já se observou que um dos maiores problemas enfrentados pelo cidadão nas grandes democracias é a desproporção dos custos necessários para conseguir a informação necessária e a influência que ele espera exercer sobre o resultado das eleições (MANIN, 1995, p.?).

No entanto, Manin lembra que o aparecimento de um eleitorado bem informado e preocupado com as questões políticas, que pode ser empurrado de um lado para o outro, incentiva os políticos a explicar suas ideias diretamente ao público:

Pode-se conquistar o apoio de uma maioria a uma determinada orientação política falando diretamente ao eleitorado. O debate de temas específicos não fica mais restrito aos muros do Parlamento (como no parlamentarismo), nem às comissões consultivas entre partidos (como na democracia de partido); o debate se processa no meio do próprio povo. Em consequência, o formato de governo representativo que hoje está nascendo se caracteriza pela presença de um novo protagonista, o eleitor flutuante, e pela existência de um novo fórum, os meios de comunicação de massa (MANIN, 1995, p.?).

Desse modo a mediação entre representantes e representados passa a ser feita pelos meios de comunicação, que de certo modo substituem o Parlamento como o principal fórum das discussões públicas e os candidatos doravante se relacionam com os eleitores através dos meios de comunicação de massa, não mais por intermédio de partidos.

Na verdade, sempre houve um eleitorado instável, mas, no passado, ele se compunha de cidadãos pouco informados, pouco interessados em política e com um nível baixo de escolaridade. A novidade introduzida pelo eleitorado flutuante de hoje é que ele é bem informado, interessado em política e razoavelmente instruído (MANIN, 1995, p.?).

A personalidade dos candidatos parece ser um dos fatores essenciais na explicação dessas variações: as pessoas votam de modo diferente, de uma eleição para a outra, dependendo da personalidade dos candidatos. Cada vez mais os eleitores tendem a votar em uma pessoa, e não em um partido. Esse fenômeno assinala um afastamento do que se considerava como comportamento normal dos

eleitores em uma democracia representativa, sugerindo uma crise de representação política (MANIN, 1995, p.?).

O vínculo que se constitui entre os eleitores e seus representantes volta a ser de ordem pessoal, como no “velho” modelo parlamentar, não pelo contato direto, e sim pela mídia. As próprias plataformas eleitorais são elaboradas em torno de temas específicos, aos quais os eleitores respondem pontualmente, tópico por tópico, o que introduz uma forte volatilidade nas votações, e não em torno de projetos abrangentes de organização da sociedade.

Mas qual a afinidade entre representação e redes sociais virtuais? Como vimos, a “relação” entre representantes e representados é composta por muitos entraves, dentre os quais, estão a “manipulação das informações” pelos donos dos meios de comunicação, dificuldade de acesso a informação por parte dos eleitores das atividades dos parlamentares, e na maioria dos casos, a ausência total de comunicação direta entre representados e representantes.

A comunicação nas mídias sociais não é algo que fica resignada a um grupo específico. Desde que tenham acesso a um dispositivo conectado à Internet, existe a possibilidade de todos poderem participar. Manin (1995) lembra que, para que os governados possam formar opinião sobre assuntos políticos, é necessário que tenham acesso à informação política, o que supõe tornar públicas as decisões governamentais. Quando os políticos tomam suas decisões em segredo, os governados dispõem de meios muito frágeis para elaborar opiniões em matéria política. No caso do sistema eleitoral especificamente, anterior ao advento do uso das redes sociais virtuais para fins políticos, os eleitores tinham uma comunicação limitada com os candidatos, a não ser em casos isolados.

Castells (2003) entende que as instituições ainda são necessárias, assim como a representação política, a democracia participativa e processos de formação de consenso e política pública eficiente. Mas para que isso aconteça é necessário governos responsáveis,

verdadeiramente democráticos. No entanto, na maioria das sociedades, a prática desses princípios é confusa e boa parte dos cidadãos não confia nela, fortalecendo desse modo o elo fraco da sociedade de rede. Enquanto não se reconstrói as instituições de governo e democracia de baixo para cima e de cima para baixo, não será possível enfrentar desafios fundamentais com que os cidadãos se confrontam e, caso as instituições políticas democráticas não façam isso, ninguém mais fará.

## CONSIDERAÇÕES

Para que a mudança política aconteça e não seja necessário reconfigurar as relações em torno de projetos pessoais é preciso que as instituições levem o processo democrático a sério, que o interesse dos representados possa ser atendido, ou melhor, que eles tenham um espaço público para dialogar com seus representantes e que o processo de formação de consenso seja levado a sério pelos cidadãos.

Para tanto seria necessário um “lugar” ou “espaço público” que agregasse e comportasse todas as demandas, sem as limitações de um espaço físico ou interferência de instituições e organizações que defendessem interesses particulares. A internet com suas mídias e dispositivos, é um grande espaço público de debates, mas para que haja uma representação política justa, o espaço da internet precisa de regulamentação do conteúdo, para que notícias falsas não sejam compartilhadas em massa, precisa de responsabilização para os usuários que tem práticas ilegais, precisa de punição para as grandes cooperações que manipulam as informações e os gostos dos usuários.

## REFERÊNCIAS

Castells, M. A galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Eisenberg, J. Internet, Democracia e República. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 491-511, 2003.



Levy, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

Manin, B. As metamorfoses do governo representativo, Revista Brasileira de Ciências Sociais”, nº 29, outubro de 1995.

Marteletto, R. M. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. Ci. Inf., Brasília, v.30, n.1, p.71-81, jan./abr. 2001.

# REDES SOCIAIS, ÓDIO E POLARIZAÇÃO POLÍTICA: A PSICODINÂMICA DA GUERRA CIVIL DIGITAL BRASILEIRA

Eloísa Vilas Bôas Corrêa<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Da efervescência política no Brasil iniciada em meados de 2013, com as Jornadas de Junho, e os eventos que se seguiram, vimos o eleitorado brasileiro se bipartir em dois grandes grupos polarizados, ao menos psicologicamente, já que eram intolerantes um ao outro: os que se diziam adeptos de políticas de direita e os que diziam defender políticas de esquerda. Diante deste cenário de conflito marcado pela clivagem do abrangente grupo nacional em dois grandes grupos tidos como inimigos a serem abatidos um pelo outro, me vi motivada a pesquisar, a partir da literatura psicanalítica e grupanalítica, como cada um desses grupos se formou, se manteve e buscou se destruir.

Além dos filósofos, sociólogos e cientistas políticos, a psicanálise também tem se indagado sobre o assunto ao longo dos anos, e é de nosso interesse avançar nesta busca por compreensão, em uma abordagem que valorize o contexto sociopolítico e cultural onde o sujeito está inserido, já que indivíduo e sociedade são cocriados, imbricados, interdependentes (ELIAS, 1987). Nesse sentido, mais do que a psicanálise, utilizamos autores da grupanalise, como Vamik Volkan, que podem contribuir no estudo dos processos intersubjetivos e transubjetivos do cenário brasileiro, já que ela investiga a psicodinâmica de pequenos, médios e grandes grupos a partir de um diálogo entre a psicanálise e a sociologia, com contribuições da história, da filosofia e da ciência política.

---

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia (UEM). Psicóloga. CV: <http://lattes.cnpq.br/2119389607697136>

Este capítulo deriva de minha pesquisa de mestrado, intitulada *Psicologia dos grandes grupos políticos no Brasil: um estudo sobre polarização, ódio e conflito* (CORRÊA, 2023), defendida em dezembro de 2022 na Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR), na qual fui orientada pelo professor Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto. Nestas páginas, busco contribuir brevemente na elucidação de alguns caminhos que percorri enquanto buscava compreender o conflito entre os grandes grupos psicopolíticos no Brasil, no período de 2013 a 2021, ao qual dediquei meus estudos.

Não só enquanto vivia o conflito brasileiro, mas também me debruçava sobre a literatura que me auxiliaria em meus estudos, me deparei com uma importante característica do que acontecia no Brasil: o conflito tinha como palco, em grande medida, as redes sociais de internet. Por esse motivo, em meu trabalho, dediquei um capítulo a discutir o funcionamento destas redes, e como seus mecanismos de funcionamento contribuíram para acentuar o que passei a chamar de *guerra civil digital*. A importância destas redes foi fundamental para que houvesse, em minha pesquisa, um momento dedicado à empiria: realizei uma busca exploratória em postagens e comentários de usuários do *Facebook* nos perfis de Luís Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, considerados líderes de cada um dos grupos que busquei estudar, na tentativa de melhor compreender o conflito.

Estes dados foram apresentados em detalhes em um capítulo e analisados no capítulo seguinte de minha dissertação, interpretados à luz da teoria de Vamik Volkan, mas este não será o foco deste capítulo, que tratará da relevância das redes sociais, em especial o *Facebook*, como catalisadoras do conflito psicopolítico que se instaurou no Brasil. As outras discussões, que são de grande valia, ficam para outra oportunidade.

## **REDES SOCIAIS, (DES)INFORMAÇÃO E POLARIZAÇÃO POLÍTICA**

Com o avanço das tecnologias de informação, as redes sociais passaram a fazer parte, cada vez mais, do cotidiano dos indivíduos,

e revolucionaram as formas de comunicação e socialização na contemporaneidade (CORRÊA, 2023). Por construírem novos tipos de encontro, que se fazem na virtualidade, tais redes engendram novas formas de laço social, articulando-se fundamentalmente, em termos freudianos, pelo mecanismo de identificação, e sendo um novo *locus* de formação de massas (RINALDI, 2021).

O uso das redes sociais em campanhas eleitorais não é uma novidade do século XXI, já que em 1992, nos Estados Unidos, Bill Clinton e George Bush já utilizavam a internet na disputa pela presidência (GRAEFF, 2009). Com o barateamento dos *smartphones*, na década de 2010, e a explosão de usuários na internet, plataformas como o *Facebook*, *YouTube*, *Twitter* e *Instagram* passaram a promover formas de sociabilidade induzidas por algoritmos, visando reter a atenção dos usuários do mundo todo (MACHADO e MISKOLCI, 2019).

Este é um importante ponto a se destacar: as redes sociais funcionam através de algoritmos que guiam seus usuários, expondo-lhes a determinados conteúdos, conforme suas reações. Com isso, cria-se um efeito bolha (PARISER, 2011) que difunde visões de mundo entre grupos específicos e reforça algumas opiniões em detrimento de outras, o que amplia divergências de pensamento entre grupos diferentes (MACHADO e MISKOLCI, 2019).

Queiroga, Barone e Costa (2016), que estudaram a formação de massas a partir do Facebook, afirmam que

Ao cadastrar-se no Facebook, sua linha do tempo será coberta, gradualmente, de postagens de indivíduos e/ou páginas públicas conectadas à sua rede, priorizando as postagens relacionadas às suas “curtidas” e/ou compartilhamentos realizados. Ou seja, quanto mais o sujeito interage com uma página e/ou indivíduo, mais esta aparecerá em sua linha do tempo. Assim, pequenos grupos são formados como resultado de uma postagem em comum entre o sujeito e toda a sua rede (QUEIROGA, BARONE e COSTA, 2016, p. 112).

Também é importante lembrar que a seleção de conteúdos a partir de sua viralização tende, conforme Pasquale (2017), a desfavorecer a diversidade de temáticas que favoreceriam a democracia, o que leva a polarizações, além de comprometer a veracidade das informações e aumentar a desinformação. Além disso, nas redes sociais, os sujeitos deixam de ser meros receptores de notícias, como eram em relação à mídia tradicional, e podem criar conteúdo, encontrando um canal de escoamento para suas ideias, crenças, sentimentos, emoções e impulsos mais agressivos – além de poderem se agrupar a pessoas de preferências e posicionamentos semelhantes.

Através de recursos como o botão “Curtir” e ação de “compartilhar”, por exemplo, comportamentos e opiniões que não seriam bem aceitos nas relações face a face passam a ser incentivados, favorecendo ondas de indignação, ódio e perseguição àquele que pensa diferente – e, por isso, passa a ser visto como inimigo – chegando até a episódios de linchamento *on-line* (MACHADO e MISKOLCI, 2019). Assim, sob a justificativa de liberdade de expressão, as redes sociais enchem-se de conteúdos discriminatórios e discursos de ódio, com acentuada velocidade de propagação e uma aparente possibilidade de anonimato, como mostram Stroppa e Rothenburg (2015).

Nas eleições brasileiras de 2018, por exemplo, o *WhatsApp* foi inundado de *fake news* disparadas massivamente através de grupos, prática que viola os termos de uso do aplicativo (MELLO, 2019). Muitas mensagens, como mostra Antonioni (2019), tiveram como intuito não divulgar propostas ou benfeitorias de um candidato, mas sim depreciar seus adversários políticos ou criar teorias da conspiração que distorciam fatos, incitavam o ódio e a violência e não permitiam o contraditório. Esta é uma prática chamada propaganda negativa, técnica que consiste em criticar os adversários, suas crenças, seu histórico político, sua família, o partido ao qual é filiado, com vistas a desmoralizá-lo, e é uma tática amplamente persuasiva porque estimula medos e ansiedades no eleitorado

– ou seja, manipula seu inconsciente –, ficando mais tempo em sua memória, o que implica riscos para a candidatura adversária (BORBA, 2015).

Para Antonioni (2019), o acesso rápido e fácil à informação nas redes sociais levou à morte do diálogo – fundamental na democracia –, acirrando a imposição de ideias, de verdades dogmáticas, narrativas autoritárias e discursos de ódio. Pensando a partir de Guy Debord (2003), em *Sociedade do Espetáculo*, “tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (p. 8), transformando-se em um verdadeiro espetáculo de imagens e mensagens sensacionalistas que apelam para o emocional dos indivíduos e, por isso mesmo, excitam as massas (CORRÊA, 2023), já que trabalham seus mecanismos inconscientes, como já discutira Adorno (1946, 1951).

Voltando à análise de Queiroga, Barone e Costa (2016), as redes sociais tornaram-se um “divã público” (p. 112) no qual o que os sujeitos publicam adquire sentimentos, tanto deles, quanto daqueles que podem se identificar com suas postagens. Dito isso, entendemos as redes sociais como um espaço onde as defesas dos indivíduos podem ficar rebaixadas e eles tendem a expressar com menos constrangimento suas posições ideológicas, políticas e seus impulsos agressivos.

Embora o conflito entre os grupos ditos conservadores e progressistas brasileiros tenha raízes históricas e subjetivas, as redes sociais mostram-se um verdadeiro catalisador do processo, exercendo um importante papel que acirrou esta disputa. Agora, vamos discutir a partir da abordagem psicanalítica como a angústia, o ódio e o mal-estar tomaram conta dos indivíduos nestas redes.

## ANGÚSTIA, ÓDIO E MAL-ESTAR NAS REDES

Desde *Totem e Tabu*, Freud (1912-1913/2012) afirma que a violência e a destruição são inerentes à história do homem e ao seu funcionamento psíquico. Naquela obra, o autor sustenta que o assassinato do pai da horda primitiva por seus filhos teria deixado traços na humanidade que

seriam repetidos pelos indivíduos modernos, que teriam prontidão para o ódio e a agressividade (FREUD, 1921/2011).

Na obra freudiana, o ódio é caracterizado como um sentimento mais antigo o que o amor (FREUD, 1915/2010), existindo desde o princípio, de modo primitivo, e sendo constitutivo do sujeito. Para que fosse possível a vida em comunidade, no entanto, o homem foi submetido a uma série de leis internas e culturais, como as que aparecem na instauração de tabus que proíbem o parricídio, o homicídio e o incesto, que o impedem de ser violento (FREUD, 1912-1913/2012). Tal renúncia pulsional à violência, como afirma o próprio Freud (1908/2015), gera um significativo ônus psíquico à humanidade, e em *O mal-estar da civilização*, o autor atribui à civilização “boa parte da culpa por nossa miséria” (FREUD, 1930/2010, p. 44), já que a vida em sociedade impõe a renúncia de pulsões agressivas que nos seriam fonte de prazer.

Enquanto propósito da vida humana, o sujeito busca conservar sua felicidade através do princípio do prazer, e tende a isolar do Eu tudo o que se torna fonte de desprazer (FREUD, 1915/2010). Em *Os instintos e seus destinos*, Freud afirma que

Quando o objeto se torna fonte de sensações prazerosas, produz-se uma tendência motora que busca aproximá-lo do Eu, incorporá-lo ao Eu. (...) diz-se que se “ama” o objeto. Inversamente, quando o objeto é fonte de sensações desprazerosas, há uma tendência que se esforça por aumentar a distância entre ele e o Eu (...). Sentimos a “repulsão” do objeto e o odiamos; esse ódio pode então se exacerbar em propensão a agredir o objeto, em intensão de aniquilá-lo (FREUD, 1915/2010b, p. 76).

Ora: transportando tal afirmação da psicologia individual para a psicologia dos grupos, compreendemos não só a proposta de Freud, mas também a de autores da grupanálise, como Vamik Volkan (2007): um grande grupo, ao ver sua identidade e conservação ameaçadas, dirige ao outro grande grupo, tido como inimigo, tendências destrutivas de hostilidade, intolerância e ódio.

Enriquez (1990), ao analisar a obra freudiana, afirma que nenhuma civilização acreditou ser possível, de fato, suprimir pura e simplesmente a agressividade. Pelo contrário, afirma o autor: “ela utiliza a agressão para reforçar a coesão do grupo permitindo-lhe tratar os estrangeiros como inimigos que podem ser desprezados e destruídos” (p. 109). Se, portanto, a agressividade natural do indivíduo é impedida de se expressar entre os membros do grupo para manter sua coesão através de vínculos libidinais de identificação, o grupo favorece a manifestação da agressividade contra os grupos inimigos, que devem ser destruídos (CORRÊA, 2023). Assim, “se revela a essência de toda civilização: a guerra generalizada” (ENRIQUEZ, 1990, p. 110).

Em *Além do Princípio do Prazer*, Freud (1920/2010) propôs a existência de duas forças pulsionais opostas: uma que impele o indivíduo à ação, que recebeu o nome de Pulsão de Vida, e outra que leva à eliminação de estímulos no organismo, e por isso recebeu o nome de Pulsão de Morte. Em *O Eu e o Id*, Freud (1923/2011) afirma que a vida seria a luta e o compromisso entre essas duas formas de pulsão: Eros (pulsão de vida) e Tanatos (pulsão de morte). Uma das soluções apontadas por Freud nesta luta, ou busca por equilíbrio entre ambas as pulsões, seria o desviar da pulsão de morte para fora do organismo, de modo a não provocar a destruição interna.

Mais uma vez, portanto, seria, digamos, natural o indivíduo externalizar sua agressividade, em busca da autoconservação. Porém, impedido pela civilização, o homem não pode expressar sua agressividade contra os membros de seu próprio grupo. Deve, ao contrário, reforçar seus vínculos libidinais e identificações mútuas, favorecendo as agressões contra os outros grupos, que “de adversários respeitáveis, tornam-se inimigos inferiores e causa de todos os males sofridos pelo grupo” (ENRIQUEZ, 1990, p. 109).

Podemos afirmar que, na atualidade, um dos espaços mais utilizados para o escoamento desta agressividade contra o grupo inimigo é o das redes sociais de internet, cada vez mais presente em nossas vidas



(CORRÊA, 2023). Para Ferreira (2018), a lógica destas redes permite uma maximização das identificações imaginárias entre os sujeitos, já que possuem uma oferta incessante de objetos para tal. Na lógica da identificação, estará o polo oposto: o reconhecimento de uma diferença e, por consequência, de segregação, da agressividade e do ódio. Sob o manto protetor da rede, escreve Rinaldi (2021), “pode-se dizer qualquer coisa na tentativa de destruir o outro, caluniá-lo, sem responsabilização, nem compromisso com a verdade, porque a verdade passa a ser aquela que um número grande de pessoas ‘curtiu’ e/ou repassou pra seus ‘amigos’” (p. 59), já que o sujeito não precisa sustentar sua fala na presença do outro.

Nesse contexto, o ódio, com seus efeitos de violência e destruição derivados da pulsão de morte, emerge e tem se mostrado cada vez mais presente nas relações interpessoais e na cena política. Como é característico das massas (FREUD, 1921/2011), os indivíduos, agora inseridos em grupos pelos mecanismos de funcionamento das redes, passam a ser regidos pelo inconsciente (individual e grupal): suas emoções são intensificadas e eles se tornam impulsivos, violentos; a crítica silencia, assim como o discernimento e as inibições individuais, e os sentimentos e atos passam a ser contagiosos; a capacidade intelectual fica reduzida, e o indivíduo não se preocupa mais com a verdade dos fatos, tomando diversas informações como verídicas, reagindo de forma agressiva caso essas informações entrem em desacordo com os interesses de seu grupo.

Assim, surgem postagens e comentários ofensivos, que atacam toda e qualquer pessoa que pensa diferente. Tais comentários, porém, se tornam facilmente obsoletos pela quantidade de informações oferecidas a cada segundo nas redes. Conforme Queiroga, Barone e Costa (2016), a rapidez com que os comentários caem no limbo das redes sociais abre portas para que os sujeitos possam expressar-se do modo como desejam, sem lidar com as consequências, e renova a necessidade de defender os interesses do grupo a todo momento, incansavelmente.

Outro importante fato a se considerar é que, nas redes sociais, será mais visto aquele que promover um conteúdo mais fácil e rápido

de assimilar, utilizando poucos caracteres. Textos longos e bem fundamentados não atraem o público, naturalizando a lógica do “pensamento fácil” (QUEIROGA, BARONE e COSTA, 2016, p. 117), tão característico das massas. Para as autoras, ainda, a formação das massas digitais está relacionada ao medo infantil da solidão, que surge da ausência da mãe ou do cuidador e faz com que a criança desenvolva angústias e ansiedades. Este é um ponto interessante a se pensar, já que vivemos em um momento de instabilidade e transição de referências, com o declínio da autoridade paterna e a abertura de múltiplas possibilidades de identificação ao sujeito moderno. Com essa liberdade, muitos sujeitos entram em estado de desamparo, buscando referências para que não se sintam perdidos (CORRÊA, 2023).

Queiroga, Barone e Costa (2016) sustentam que redes como o *Facebook* fornecem subsídios para apaziguar a ansiedade infantil e lidar com o sentimento de desamparo, pela facilidade com que os vínculos, ainda que efêmeros, são formados. No entanto, devido à fragilidade dos laços digitais, afirmam que a ansiedade tenderia a aumentar, levando os indivíduos a procurarem cada vez mais esses grupos e transformando-os em participantes fervorosos destas massas, cujas identidades e interesses precisam defender a qualquer custo, como forma de defenderem sua própria identidade. Assim, a barbárie se torna progressivamente mais aparente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos anos, vimos não apenas a ascensão e queda de determinados grupos políticos, mas testemunhamos o ódio se alastrar pelas ruas, na emergência de tendências psicóticas, regressivas e violentas que culminaram, inclusive, em assassinatos motivados por desavenças políticas. Acompanhamos a subserviência cega a líderes políticos e as consequências desastrosas de algumas de nossas pulsões que, de fato, demonstraram-se um obstáculo à civilização. Mas, como dissemos, o conflito brasileiro apresentou a especificidade de ocorrer, em grande medida, com o intermédio das redes sociais de internet. Do conforto

de suas casas, milhares de brasileiros passaram a ofender desconhecidos através de computadores, celulares e tablets.

Ao escrever sobre os discursos de ódio, Butler (2021) aponta que a linguagem nos fere porque somos formados a partir dela, como já afirmava Lacan (1985). Quando o chamamento é injurioso, escreve a autora, ele “exerce sua força sobre aquele a quem fere” (BUTLER, 2021, p. 13), deixando o destinatário fora de controle e, mais do que isso, deixando-o em uma posição subordinada. Ao citar Richard Delgado e Mari Matsuda, Butler (2021) afirma que as palavras machucam de forma semelhante à dor física, a um ferimento, incapacitando temporariamente a vítima. O próprio discurso de ódio reinvoca posições de dominação (BUTLER, 2021), tão presentes em nossa sociedade.

Sendo o Brasil um país construído sob formas de violência e opressão desde a invasão portuguesa, em 1500, vemos a polarização política refletir a divisão social de um país marcado por segregação e conflito. Mais do que grupos de ideologias políticas opostas, são grupos de identidades sociais opostas, que lutam por privilégios, direitos e garantias que não querem perder – como sempre ocorreu em nossa História. Somos um país autoritário desde nossas raízes. Elementos como a escravidão, o mandonismo, o patrimonialismo, a corrupção, a desigualdade social, as taxas epidêmicas de violência e intolerância, se repetem e nos ajudam a pensar o conflito atual (SCHWARCZ, 2019). Gilberto Freyre (1998) analisa a construção da nacionalidade brasileira a partir das relações estabelecidas nos latifúndios nos princípios de nossa colonização. Uma vez que a produção açucareira em grandes propriedades se concentrava em torno do senhor de engenho – branco e patriarcal –, outras possibilidades de organização produtiva mais democráticas foram inibidas, como destaca Silva Júnior (2020).

Se o advento de uma identidade nacional forte tem sido bloqueado desde nossas origens, é quase natural que as pessoas busquem se agarrar às suas identidades sociais e massificar-se em grandes grupos destinados a destruir o inimigo, como forma de manter sua integridade,

especialmente em situações de trauma, desamparo e ameaça. Este é o fenômeno que observamos em nosso trabalho.

Além disso, todas essas especificidades históricas fazem do Brasil um terreno fértil para o autoritarismo, como também observamos ao analisar os dados coletados em minha pesquisa. Quando Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) destrincham o conceito de autoritarismo em seu *Dicionário de Política*, chamam atenção para o sentido psicológico do termo, contexto no qual se fala de uma “personalidade autoritária”. Este tipo de personalidade seria formado por traços característicos centrados em duas atitudes: por um lado, haveria uma disposição à obediência aos superiores; e por outro, a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos, como também foi discutido por Adorno (2019), em seu livro *Estudos sobre a personalidade autoritária*.

Se neste trabalho buscávamos compreender um conflito contemporâneo do Brasil, os dados coletados nos levaram a precisar lidar, é claro, com o passado do país. Eventos dolorosos e mal elaborados de nossa História nos transformaram em uma sociedade traumatizada, que demonstra dificuldade em lidar com o reconhecimento da realidade. Além destes traumas, a movimentação política de polarização e conflito também reflete a busca por referências sólidas para se situar e encontrar alguma segurança em um mundo cada vez mais à deriva, com ares de desamparo (CORRÊA, 2023).

Enquanto sociedade, portanto, somos construídos por uma série de angústias, defesas, mitos e memórias compartilhadas, sejam estas glórias ou traumas, que habitam nosso inconsciente social e podem ser reativados, como demonstra Volkan (1998, 2008), e guiar nossos comportamentos. Na teoria e na prática, os grupos aparecem como forma de blindar o indivíduo em relação às ofensas vindas do outro, ou pelo menos diminuir seus efeitos, e trazem algum tipo de conforto. Protegido, o indivíduo se torna ainda mais violento, e se dispõe a destruir o inimigo.

Mas deveríamos nos questionar sobre quem somos em meio às massas e às multidões e se, de fato, ficamos protegidos quando aderi-

mos a elas. A política tem sido nada mais que uma luta pela hegemonia de nossos afetos, e tem nos levado a suportar e reproduzir violências sem fim, especialmente nas redes sociais, onde nossos afetos, sentidos e percepções ficam acalorados. Infelizmente, esquerda e direita têm sido, no imaginário popular brasileiro, posturas não só opostas, mas diametralmente extremas, antidialógicas, quando deveriam ser utilizadas como ferramentas de diálogo em prol da democracia (CORRÊA, 2023).

Se é difícil encontrar uma solução pacífica em grupo, talvez o caminho seja individual. Talvez, se buscássemos utilizar as redes sociais como forma de sublimação de nossas pulsões de vida, e não de escoamento das nossas pulsões mais agressivas e destrutivas, não tivéssemos chegado ao ponto a que chegamos nos anos eleitorais, por exemplo. Aliás, tomando tais redes como um divã público, tal como fizeram Queiroga, Barone e Costa (2016), é importante que levemos nossas questões para a análise, para um divã de verdade, e que possamos sublimá-las e elaborá-las. Isto porque as autoridades que tendemos a idolatrar e os políticos que elegemos refletem nossos sintomas, e sem refletir sobre isso não há como viver, conviver e votar sem projetar – e destruir.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W., A Teoria Freudiana e o modelo fascista de propaganda. **Psychoanalysis and the Social Sciences**, v. 3, p. 408-433, 1951. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor\\_Adorno\\_-\\_A\\_Teoria\\_freudiana\\_e\\_o\\_modelo\\_fascista\\_de\\_propaganda\\_\\_1951\\_\\_.htm?1349568035](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor_Adorno_-_A_Teoria_freudiana_e_o_modelo_fascista_de_propaganda__1951__.htm?1349568035)
- ADORNO, T. W., **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ADORNO, T. W., Propaganda fascista e anti-semitismo. In.: SIMMEL, E. (Org), **Anti-semitism: A social disease**. (F. Rüdiger, Trad.). Madison: International University Press, 1946.
- ANTONIONI, A., **Odeio, logo, compartilho: O discurso de ódio nas redes sociais e na política**. Maringá: Viseu, 2019.
- BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G., **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BORBA, F., Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 21, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v21n2/0104-6276-op-21-02-00268.pdf> Acesso em: 25 mar. 2021.

- BUTLER, J., **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- CORRÊA, E. V. B., **Psicologia dos grandes grupos políticos no Brasil: um estudo sobre polarização, ódio e conflito**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2023. Disponível em: <http://www.ppi.uem.br/arquivos-para-links/teses-e-dissertacoes/2022/eloisa>
- DEBORD, G., **Sociedade do espetáculo**, 2003 Versão ebook: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>
- ELIAS, N., **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1987.
- ENRIQUEZ, E., **Da Horda ao Estado Primitivo**: psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1990.
- FREUD, S., **Obras Completas, volume 12**: Introdução ao Narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1915/2010.
- FREUD, S., **Obras Completas, volume 15**: Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos (1920-1923). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1921/2011.
- FREUD, S., **Obras Completas, volume 16**: O Eu e o Id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1923/2011.
- FREUD, S., **Obras Completas, volume 18**: O mal-estar na civilização, Novas conferências Introdutórias à Psicanálise e outros textos (1930-1936). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1930/2010.
- FREUD, S., **Obras Completas, volume 14**: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1920/2010.
- FREUD, S., **Obras completas, volume 8**: O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1908/2015.
- FREYRE, G., **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GRAEFF, A., **Eleições 2.0**: a internet e as mídias sociais no processo eleitoral. São Paulo: Publifolha, 2009.
- LACAN, J., **O Seminário**: livro 3 - As psicoses. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985.
- MACHADO, J.; MISKOLCI, R., Das Jornas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 09., n. 03, p. 945-970, 2019.
- MELLO, P. C. (2019). WhatsApp admite envio maciço ilegal de mensagens nas eleições de 2018. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml> Acesso em: 25 mar. 2021.

PARISER, E., **The filter bubble**: what the internet is hiding from you. London: Penguin Books, 2011.

PASQUALE, F., A esfera pública automatizada. **Revista LÍBERO**, n. 39, 2017. Recuperado de <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/866>

QUEIROGA, C. S.; BARONE, L. M. C.; COSTA, B. H. R., Um breve reflexão sobre a formação das massas nas redes sociais e a busca por um novo ideal do eu. **Jornal de Psicanálise**, v. 49, n. 91, p. 111-126, 2016.

RINALDI, D., Psicologia das massas, mais ainda: fraternidade, ódio e segregação. **Trivium: Estudos Interdisciplinares**. Ano XIII, no. spe., p. 56-62, 2021.

SCHWARCZ, L. M., **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SILVA JÚNIOR, M. C. (2020). **O Brasil no divã do procusto: o discurso psicanalítico sobre o Brasil e o brasileiro nos últimos 30 anos**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2020. Disponível em: < <http://www.ppi.uem.br/arquivos-para-links/teses-e-dissertacoes/2020/mauricio-cardoso>>

STROPPA, T.; ROTHENBURG, W. C.; Liberdade de expressão e discurso de ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 10, n. 2, 2015.

VOLKAN, V. D., Psicodinâmica da violência de grandes grupos e da violência de massas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11., 2007.

VOLKAN, V. D., Sociedades traumatizadas. In.: VARVIN, S.; VOLKAN, V. D. (Orgs.), **Violência ou diálogo?** Reflexões psicanalíticas sobre terror e terrorismo, pp. 209-227. São Paulo: Perspectiva, 2008.

VOLKAN, V. D., **Transgenerational transmissions and “chosen traumas”:an element of large-group identity**. XIII International Congress: International Association of Group Psychotherapy, 1998.

# DEBATENDO O REGIONALISMO LATINO-AMERICANO: UM OLHAR PARA OS ESFORÇOS DE EDUCAÇÃO INTEGRADA DURANTE A MARÉ ROSA

Felipe Vidal Benvenuto Alberto<sup>3</sup>  
Tomás Paixão Borges<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

*Embora a América Latina esteja dividida em um certo número de países, nenhum continente parece ser historicamente tão coeso quanto o nosso, em que cada período histórico de um país é a réplica ou avanço do país vizinho.*  
(GONZÁLEZ CASTRO, 2015)<sup>5</sup>

A frase acima explicita a unicidade histórica compartilhada entre os diferentes países que formam a América Latina, ligada sempre a um sentimento de luta que pouco se confunde com outras partes do globo. Constantes quebras dos regimes democráticos, a desigualdade social extrema como embrião das lutas nos campos e nas cidades, a convergência do poder político e econômico na mão de poucos e o modelo agroexportador são apenas algumas das semelhanças entre nossas nações. De que forma teriam se desenvolvido os processos integracionistas desta região? Do mesmo modo, quais seriam as múltiplas visões sobre os nossos processos de integração?

A compreensão destes processos passa primeiramente pela revisão da multiplicidade de sentidos que podem ser atribuídos à integração regional e ao regionalismo. Sobre o primeiro tópico, de forma geral,

<sup>3</sup> Mestrando em Relações Internacionais (UERJ) como bolsista CAPES.  
CV: <http://lattes.cnpq.br/6212312971874395>

<sup>4</sup> Mestrando em Ciência Política (UERJ) como bolsista CAPES. CV: <http://lattes.cnpq.br/3344384689183707>

<sup>5</sup> “*Si bien América Latina, se divide en un número determinado de países, ningún continente parece estar tan cohesionado históricamente como el nuestro, en el que cada período histórico de un país es la réplica o el anticipo del país vecino.*”



“(…) a expressão ‘integração regional’ designa o processo pelo qual os territórios pouco ou nada conectados uns aos outros formam pouco a pouco um conjunto regional distinto do resto do mundo” (RICHARD, 2014), sendo este conjunto de relações muito mais complexo do que apenas a soma entre as diferentes partes. É importante frisar também que estes relacionamentos inter-regionais podem assumir diversas facetas: acordos regionais, blocos econômicos como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), blocos políticos como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o natimorto Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL), o aumento da circulação de indivíduos e empresas nos territórios regionais; entre muitos outros.

O conceito de regionalismo, por sua vez, também é utilizado de forma a relacionar-se com fenômenos bastantes distintos. De acordo com Hurrell (1995), tomando em conta a visão positiva geral que boa parte do debate político e acadêmico tem sobre a regionalização, esta pode ser dividida em pelo menos cinco categorias fundamentais, sendo estas: i) regionalização, a qual alguns autores chamam de *soft regionalism* e atribui uma centralidade aos processos econômicos autônomos e à crescente circulação de pessoas, atitudes políticas e modos de pensar; ii) a consciência e identidades regionais, relacionando à visão compartilhada de pertencer à determinada comunidade; iii) a cooperação regional entre os Estados, claramente estatistas, formulados para proteger e ampliar a atuação do próprio; iv) a integração econômica regional promovida pelo Estado, destinada a romper barreiras ao intercâmbio de serviços, bens, capital e pessoas; e v) coesão regional, referindo-se à possibilidade dos quatro processos anteriormente citados levar ao surgimento de uma unidade regional mais consolidada. Para o estudo da integração latino-americana, estes conceitos serão utilizados.

O debate acerca das tentativas de integração pela América Latina poderia se iniciar pela citação de uma vasta gama de opções de autores célebres que fazem do seu objetivo mor a exaltação da uniformidade regional. Ao contrário do que possa parecer, essa referida uniformidade

não busca descaracterizar as singularidades de cada povo, mas sim destacar que, ao contrário de qualquer outro continente, a região é formada por países que se revezam historicamente entre vanguardismos e retrocessos em suas configurações políticas internas, de maneira repetitiva e quase uniforme. Com países marcados pela inconstância de suas democracias, algo que numa relação mútua de causalidade e consequência gera uma realidade social pouco aprazível à uma prática irrepreensível dos direitos humanos. A América Latina, como macrorregião, parece ser formada por uma involuntária e incessante tentativa de servir de exemplo ao vizinho, enquanto os seus males se fortalecem internamente e esse mesmo vizinho precisará servir como exemplo vindouro. Um exemplo prático bastante ilustrativo dessa alegação é a Argentina, a qual ainda é tida como uma potência regional e ainda assim padece em sua história recente de uma sazonalidade econômica sem fim, onde um mandato presidencial inteiro sem nenhuma crise acentuada se torna rapidamente uma exceção. Além dos estabelecimentos de ditaduras, que em menor grau dialogavam com assuntos da esfera econômica e se aproximaram frequentemente de ações voltadas para a pura manutenção de poderio.

## **O CERNE HISTÓRICO DO REGIONALISMO LATINO-AMERICANO**

Voltando um pouco mais na história, as inegáveis proximidades entre os países vizinhos passam a ser ainda mais gritantes, chegando até figuras como Simón Bolívar, considerado herói nacional em quase toda a América do Sul, tendo sido protagonista do processo de independência de boa parte da porção hispanofalante da região. Em se falando deste personagem histórico dentro da temática de integração regional, é imperativo frisar que, no imaginário popular da contemporaneidade, o mesmo se trata de um ser quase mitológico, por abarcar uma ideia pioneira de latino-americanismo que buscaria unir todos os povos da região em um contexto de caráter proto-decolonial.

Estando presentes no ideário de parte de seus povos desde o período da colonização e encarnados pelo sonho latino-americano de Bolívar, o regionalismo e a integração regional na América Latina devem ser entendidos de forma bastante difusa, explorando as diferentes formas que tomaram desde seus primórdios (BORGES; ALBERTO, 2023). Ampliando esta perspectiva, Bianculli (2016) alega que o “regionalismo na América Latina avançou em ondas”. De acordo com o autor, o regionalismo na América Latina pode também ser definido pela pluralidade de atores e instituições, sendo estas tanto complementares como competidoras a outras iniciativas de integração, o que tornaria ainda mais complexo uma percepção unilateral do processo de regionalismo em nosso território. Deste modo, a partir da comparação das similaridades das formações históricas de grande parte das populações da América Latina em contrapartida à multiplicidade de instituições envolvidas, a ambiguidade pode ser uma das principais características nos processos de integração regional.

O próprio esforço de caracterizar o que seria a América Latina também traspassa essa mesma ambiguidade. Os diferentes paradigmas que formam a identidade nacional do nosso continente, atuando sempre em conjunto do mesmo modo, apesar de em determinados momentos históricos algum destes ser priorizado em relação ao outro, moldariam as supracitadas “ondas de integração”, ou seja, a forma e o impacto das iniciativas de integração nos países latino-americanos. A primeira dessas visões surge no seio das ideias bolivarianas, que defendiam a formação de um bloco político que aproximasse as nações recém-independentes a fim de protegê-las contra as ameaças imperialistas e garantissem uma perspectiva de desenvolvimento, ideia ampliada por mais recentes acadêmicos latino-americanos que somariam as realidades e paradigmas locais ao debate da macrorregião. A segunda visão, por sua vez, foi fortemente promovida pelos Estados Unidos da América, a partir da realização de diversas conferências panamericanas, entre 1889 e 1930, e da Doutrina Monroe, de 1811, que tinham por objetivo promover a criação de instituições multilaterais promotoras de uma democracia inspirada nos

preceitos estadunidenses, do livre-comércio, da segurança regional frente àqueles que eram elencados como inimigos externos e, ao fim e ao cabo, que protegesse os “interesses americanos” contra os países europeus.

Retornando brevemente ao ponto de vista teórico, Bianculli (2016) avança ainda sobre uma divisão entre o que chama de regionalismo antigo e regionalismo novo. De maneira bastante resumida, o primeiro busca representar o caráter protecionista das políticas econômicas na maior parte dos países da região, visando algum distanciamento do comércio internacional e o conseqüente fechamento dentro de seus próprios limites. Por outro lado, o segundo modelo seria inicialmente mais adaptado às realidades do mundo globalizado no qual nos inserimos, sendo voltado para a formação de relações multilaterais, porém ainda com um enfoque central no crescimento econômico e na manutenção de sobrevivência dentro de um cenário cada vez mais competitivo em escala global. Ambos os conceitos possuem centralidade no debate aqui proposto e, portanto, serão mais bem destrinchados.

## **TIPIFICAÇÕES DO CONCEITO DE REGIONALISMO E SUAS EXEMPLIFICAÇÕES PRÁTICAS**

Como dito anteriormente, estas duas visões moldaram a criação, manutenção e transformação de diversas instituições na América Latina. Assim, essas perspectivas sobre a América Latina fizeram surgir dois modelos principais de regionalismo em nosso território, compondo outro argumento central de Bianculli (2016) sobre a integração latino-americana: i) o regionalismo antigo, centrado principalmente na busca pela industrialização pelo protecionismo e reduzir a dependência do comércio internacional, além de poder ser exemplificado por iniciativas como a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), a Comunidade do Caribe (CARICOM) e a Comunidade Andina; e ii) o regionalismo novo, influenciado principalmente pelo fim da Guerra Fria e volta dos regimes democráticos na América Latina, centrado em uma visão de um regionalismo mais amplo, multilateral, estimulando “inovação

tecnológica, produção, integração e equidade, por meio de uma política social mais ativa para promover a incorporação desses países na economia global”<sup>6</sup> (BÖRZEL, apud BÖRZEL et al., 2016, tradução nossa). Há também uma visão ainda mais moderna do regionalismo que pode ser ou não categorizada como uma terceira via — mas de qualquer modo, muito influenciada pelas anteriores —, observada principalmente em instituições como a UNASUL, à medida que entendem a regionalização como muito mais que a atividade econômica, englobando também conceitos como segurança, defesa, saúde, migração e a educação.

Enquanto as duas primeiras formas de enxergar o regionalismo partem da busca pela já citada maior independência ou participação no mercado global, a última pode ser caracterizada, em importante ponto de Bianculli (2016), “como uma tentativa de responder às transformações regionais e globais, resultantes de um descrédito crescente às políticas neoliberais e (...) ao fim da hegemonia dos Estados Unidos”. A UNASUL e a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), deste modo, são bons exemplos de como os países latino-americanos — relativamente à cada instituição, Brasil e Venezuela, pelo menos antes do agravamento das crises — vinham buscando abranger sua influência e poder na região, se afastando da atuação dos Estados Unidos nesta forma pós-liberal do regionalismo. Apesar disso, atores externos como a União Europeia e a China também exerceram — e seguem exercendo no histórico recente — um papel bastante relevante na transformação de nossas estruturas de regionalização, explicitando a forte influência de outros países em nossos processos de integração. No âmbito interno, além disso, “a democracia e a diplomacia presidencial parecem ser fatores bastante relevantes para as iniciativas integracionistas na América Latina” (BIANCULLI, apud BÖRZEL et al., 2016).

Enquanto o primeiro modelo encontra exemplos reais na região, em iniciativas como a também já referenciada Comunidade Andina, e o segundo, fortalecido após o fim da Guerra Fria, representado pelo sur-

<sup>6</sup> “(...) *technological innovation, production, integration and equity, through more active social policy to promote the incorporation of these countries in the global economy.*”

gimento do ainda resiliente MERCOSUL, há personagens relevantes da macrorregião que defendem a implementação do que aqui foi chamado de terceira via nesse processo — em uma tentativa de aproximação com o vocabulário contemporâneo de polarização política mundial — composta por iniciativas que fomentem outras frentes de desenvolvimento que não só conectadas à esfera econômica, apesar da mesma não ser negligenciada. Com uma agenda que englobava diversas agendas de cunho sociocultural e que visava recuperar boa parte do ideal bolivariano originário, remontando às similaridades entre as nações vizinhas e suas lutas cotidianas compartilhadas, a UNASUL surgiu como exemplo desta alternativa, sendo fruto de uma confluência ideológica dos líderes nacionais de cada país membro, apesar de suas particularidades, durante a chamada maré rosa na América Latina.

Em termos práticos é importante entender que o sonho descrito e lutado pelo “libertador” não se tornou uma realidade imediata na região, sendo incubado por muitos anos, até que seus simpatizantes chegassem ao poder de maneira suficientemente consistente para a adaptação de seus ideais. Logo das independências territoriais em solo latino-americanos, as subdivisões internas foram também instauradas através das disputas de poder regionais. Apesar do sentimento de unidade na luta contra a imposição externa, pertencente à boa parte dos países que compartilharam um mesmo período de processos independentistas, a formação das oligarquias locais, intimamente conectadas com as práticas de poder à época recém superadas, levou todo o processo de integração a um prematuro desmanche e conseqüente formação de nações coirmãs, que em sua maioria compartilham um mesmo idioma e até similaridades no processo de construção identitária, mas por vezes são autofágicas, do ponto de vista econômico, e por vezes compartilham ideais de retorno ao que um dia as levou ao mesmo destino de independência. Essa variação frequente de posturas adotadas pelas lideranças locais que leva à caracterização descrita por Bianculli (2016), onde o regionalismo latino-americano na prática é colocado como reflexo de movimentações que carecem de uma linearidade.

## GOVERNANÇA SOCIAL E DE GÊNERO NOS CONTEXTOS REGIONAIS

Ampliando esta nova perspectiva de integração, Anna van der Vleuten (2016) aponta para a emergência da governança social e de gênero nos contextos regionais — que emergiram primeiramente nos contextos nacional e global, especialmente por ações da Organização das Nações Unidas (ONU) e pelos Estados. De acordo com a autora, a governança social se refere ao “o uso do poder político para substituir, complementar ou modificar as operações do sistema econômico a fim de alcançar resultados que não alcançaria por conta própria”<sup>7</sup>, enquanto a governança de gênero pode ser tratada como uma especificidade do conceito anteriormente citado. Estes tipos de governança, que estão comumente relacionados às políticas que regulam o mercado por meio da superação de desigualdades sociais, de acesso à saúde e ao trabalho — formulando direitos sociais e providenciando serviços em campos como o da educação — seriam prioritários nos modelos de integração pós-liberais, a exemplo da UNASUL.

Para além disso, a governança regional social pode ser dividida em quatro modelos específicos, baseados em função das teorias e atores externos que a influenciam, além da força de suas instituições e impactos nacionais e supranacionais: i) um regime de direitos individuais, engajado na criação de alguns padrões ou leis regulatórias para proteger direitos civis e trabalhistas, mas não na proteção ou redistribuição social; ii) um regime regulatório direcionado ao mercado, com foco na eliminação de obstáculos para as competições injustas de mercado e, por isso, acaba influenciando agendas como igualdade de gênero no trabalho ; iii) um regime de desenvolvimento guiado pelo Estado, colocando a luta contra a pobreza como prioritária em relação aos objetivos de regulação e integração do mercado; e iv) um regime conservador guiado pelo Estado, que foca na manutenção de determinadas hierarquias sociais,

---

<sup>7</sup> “(...) the use of political power to supersede, supplement or modify operations of the economic system in order to achieve results that it would not achieve on its own.”

desenvolvendo políticas sociais e de gênero majoritariamente com o intuito de conter a pressão interna ou externa.

A forma que esta governança será realizada vai depender de uma multiplicidade de fatores, que passa tanto pelo interesse político e econômico do Estado promotor como pela pressão dos agentes externos, como ONGs ou outros Estados, para o avanço ou retrocesso em determinadas pautas sociais. Assim, mesmo que as Nações Unidas ou fóruns globais possam oferecer um “*script global*”, nas palavras de Van der Vleuten (2016), para a adoção de determinados modelos de justiça social e de gênero, a adoção final sempre ficará a cargo das instituições de integração regional, que buscarão adaptar a sugestão à suas perspectivas.<sup>8</sup> Desta forma, mesmo que seja cada vez mais evidente a necessidade de expansão de políticas sociais em contexto global, a defesa intransigente da soberania dos Estados constitui um importante obstáculo para a sua promoção, a despeito da sua indispensabilidade em muitos campos.

Os efeitos da governança de gênero e social ainda padecem, porém, da falta de dados confiáveis disponíveis, complexificando a análise de tal fenômeno. Apesar de ser visível o progresso deste tipo de iniciativa em meio aos novos modelos de integração, que valorizam aspectos além do econômico, também se deve melhor entender em quais perspectivas a governança poderia ajudar a diminuir os alarmantes níveis de desigualdades sociais existentes nos contextos global e regional.

## **DIVERGÊNCIAS IDEOLÓGICAS INTERNAS AO BRASIL QUANTO À INTEGRAÇÃO**

Quando se fala em diferentes visões do regionalismo latino-americano ao longo do processo histórico é preciso delinear também que a discussão não se limita à clássica polarização entre aqueles que

---

<sup>8</sup> Como exemplo, em caráter obrigatório e vinculante, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) delinea os direitos humanos básicos que devem ser preservados em todas as nações do globo. Esta seria utilizada como base para a criação de dois tratados sobre direitos humanos da ONU de força legal: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.



acreditam na métrica nacionalista e aqueles que julgam a formação de alianças estratégicas um método mais eficaz de potencialização da relevância mundial. Muito embora essas duas vertentes se mostrem de forma evidente na ainda mais clássica divisão entre esquerda e direita no espectro político, ambas aplicadas ao contexto latino-americano, dentro do próprio âmbito progressista que é predominantemente situado à esquerda existem figuras relevantes que preferem aderir a um discurso de um panamericanismo aos moldes norte-americanos.

Na busca por exemplos mais palpáveis desses casos em nossa história recente, é possível encontrar evidências dessas distinções de perspectivas dentro de nosso próprio território, onde Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente da República e de formação acadêmica social-democrata, adotou abertamente uma agenda voltada à facilitação mercadológica em âmbito regional, flagrante símbolo de um liberalismo econômico, com aprofundamento da relevância do MERCOSUL.

De maneira subsequente ao primeiro caso, logo da ascensão ao cargo máximo do executivo nacional, Luís Inácio Lula da Silva transpareceu suas intenções de se aliar aos países periféricos na tentativa da formação de uma nova iniciativa de integração que pudesse fazer frente aos grandes blocos, ao invés de replicar a fórmula da dependência até então adotada. Com um discurso que pregava a altivez da política externa brasileira, nunca se negou o protagonismo, mas sempre preferindo a construção de alianças com aqueles que formariam uma relação de ganho mútuo para essa formação de uma nova liderança, em detrimento daquelas conexões que pudessem adotar uma postura defensiva em relação aos que demonstrassem alguma ameaça ao *establishment* vigente (MILANI, 2015).

Como anteriormente levantado, é interessante reparar que ambos os ex-presidentes priorizaram à sua maneira a bandeira da integração, mas apesar do curto distanciamento no espectro de alinhamento político, acaba por ser o suficiente para impedir que possam ser consideradas continuidades entre si. Mesmo sem intenção de levantar as complexidades da contemporaneidade no escopo do debate, pode-se ainda con-

ferir a Jair Bolsonaro, atual Presidente da República, a terceira postura supracitada, onde o nacionalismo é levado a níveis mais extremos e a integração regional é posta em segundo plano. Indo além, tais agendas deveriam ser até mesmo evitadas, passando pela adoção de uma narrativa na qual organizações mundiais seriam ações “globalistas” e buscariam o enfraquecimento do que é considerado por seus correligionários como identidade cristã ocidental.

## OS PIONEIRISMOS DA UNASUL E A CONTRADIÇÃO COLOMBIANA

Pertencendo de forma clara ao bloco dos que pregam o distanciamento dos laços umbilicais com a hegemonia norte americana, a iniciativa da UNASUL buscou fortalecer o papel de protagonismo das potências regionais, como o Brasil e, até a eclosão da grave crise econômico-social, a própria Venezuela, sob a liderança de Hugo Chávez, uma notória liderança contrária aos EUA. Já no fim de sua redação sobre as características da integração latino-americana, Bianculli (2016) volta a tocar em um ponto que encontra fácil ilustração em um período recente da história política latino-americana, quando fala da importância da democracia e da diplomacia presidencial no processo de aproximação integracionista.

À exceção do governo colombiano, chefiado por uma liderança conservadora e neoliberal, e talvez o braço mais conectado com os objetivos puramente econômicos do bloco, todos os outros territórios que conseguiram levar a frente a criação da UNASUL apresentavam governos que variavam entre a esquerda e a centro-esquerda no espectro político local, o que dentro do contexto latino-americano significava uma conexão bastante acentuada com políticas de base e os anseios da população mais desfavorecida com o agravamento das desigualdades. Como boa parte dessas lideranças foi forjada em lutas pelo (re)estabelecimento de suas democracias locais, o apego pela mesma se torna quase uma obviedade no exercício de seus governos, apesar das excêntricas e raras exceções. A conexão com a base popular e o costume em lidar com as mais diver-

sas formas de diálogo com o povo, muitas vezes pouco privilegiado ao longo do tempo, nos apresentaram também figuras detentoras de uma hábil diplomacia presidencial, o que futuramente seria inclusive utilizado como argumento pelos detratores dos protagonistas políticos da maré rosa, sob alegações de personalização das virtudes.

No que tange a questão colombiana, há questões factuais que envolveram toda a construção de uma linha colombiana de pensamento político conhecida por uribismo. Personificada na figura de Álvaro Uribe, ex-presidente do país e ainda repetidamente ativo na vida política regional apresentando sucessivamente ao cenário eleitoral diversos de seus seguidores, dispostos ao exercício de um papel figurativo em prol da manutenção da ideologia no poder.

Historicamente adotando um modelo desenvolvimentista que “privilegia os grandes grupos econômicos” (LISBOA, 2007), processos de mudança neste paradigma costumam se mostrar traumáticos para a região. Não significa dizer que Uribe não seja mais do mesmo, em termos de discurso anticomunista e apoio incondicional da Igreja Católica conservadora colombiana, no entanto sua abordagem é inegavelmente inovadora em meio àqueles que pertencem ao seu mesmo núcleo de pensamento. Em tantos pontos a figura do conservador irreduzível se aproxima do estereótipo do tirano, que uma influente crítica do uribismo assim define:

Álvaro Uribe vendeu a grande parte do país que devemos votar no uribismo porque é a única maneira de impedir que o castrochavismo chegue ao poder. No entanto, o que todos aqueles colombianos que hoje seguem o caudillo não sabem é que o verdadeiro Chávez colombiano não é Juan Manuel Santos nem Petro, mas o próprio Álvaro Uribe.<sup>9</sup> (DUZÁN, 2014, tradução nossa)

---

<sup>9</sup> “Álvaro Uribe le ha vendido a una gran parte del país que hay que votar por el uribismo porque es la única manera de frenar la llegada al poder del castrochavismo. Sin embargo, lo que no saben todos esos colombianos que hoy siguen al caudillo es que el verdadero Chávez colombiano no es Juan Manuel Santos, ni Petro, sino Álvaro Uribe.”

## A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA PARA EDUCAÇÃO

(...) o Novo Estado independente na América não surgia como um moderno Estado-Nação: não era nacional em relação à imensa maioria da população, e não era democrático, pois não estava fundando em, nem representava a efetiva cidadania majoritária. Era uma fiel expressão da colonialidade do poder. (QUIJANO apud LISBOA, 2006, p. 14)

A partir das conceituações acima feitas, podemos traçar um panorama que busque compreender mais profundamente a realidade da integração latino-americana durante suas diferentes “ondas”. Ambas as conceituações exploram um ponto central da realidade latino-americana: a multiplicidade de instituições regionais que foram criadas para atender determinados objetivos específicos. Como a questão da governança social e de gênero só pode surgir após a superação da visão meramente econômica do processo de integração, se torna evidente que essa se relaciona majoritariamente com o *new regionalism* ou, ainda de forma mais evidente, com as abordagens pós-liberais do regionalismo.

Outro ponto que aproxima as abordagens de van der Vleuten (2016) às de Bianculli (2016) é a visão de que o entendimento sobre as perspectivas integracionistas da América Latina não pode ser definido longe de seu contexto, tomando como modelo, por exemplo, a União Europeia. O panorama sociocultural e o posicionamento dos países latino-americanos em meio ao comércio mundial acabam por construir um modelo multidimensional da integração, que, em algumas instituições acaba por privilegiar a busca por um regionalismo aberto voltado à intensificação das relações comerciais com a Ásia, Europa e China, enquanto em outras iniciativas, a exemplo da UNASUL, da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da ALBA, tendem a ampliar a integração para âmbitos sociais, culturais e políticos.

Sobre o caso das iniciativas de integração pertencentes ao recorte temporal trabalhado, apoiadas tanto pela ampliação da atuação do MERCOSUL e a criação da UNASUL, as perspectivas de governança social e regionalismo são bastante complementares. Utilizando as divisões propostas por Bianculli (2016) e van der Vleuten (2016), estas instituições podem ser analisadas como regimes de desenvolvimento guiadas pelo Estado e estruturantes de uma forma pós-liberal do regionalismo. Do mesmo modo, evidenciam o traço múltiplo do regionalismo apontado por Hurrell (1995) e contido na América Latina que, apesar de não poder preencher completamente seus processos, já apontam processos de regionalização, de expansão da consciência coletiva, identidades regionais e da cooperação econômica regional e de uma certa coesão regional. Assim, os autores apontam para uma nova realidade das iniciativas de integração regional, que ultrapassa aquelas que priorizavam apenas o quesito econômico.

Por essas novas perspectivas da integração latino-americana que acompanham um processo de aumento de interdependência global e expansão da governança social regional se faz tão necessário a compreensão do processo de integração na área da Educação na América Latina. Além do tópico ainda ser subvalorizado por diversos entes do debate, este tipo de integração tem um papel fundamental na reestruturação das diferentes formas de dominação do saber que estruturam o ideário das populações latino-americanas. Pode ser entendida, se feita de forma a visibilizar e enfrentar a matriz colonial de poder — que Quijano (2004) nomeia de “colonialidade do poder” e que se iniciou como parte constitutiva da América Latina — como um verdadeiro projeto decolonial de longo prazo.

## **A REVOLUÇÃO PELA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DE UMA EPISTEMOLOGIA ECOSISTÊMICA**

A integração na educação, se entendida como um projeto decolonial do saber, é revolucionária em si mesma. Desafia os modelos

educacionais que invisibilizam as características peculiares dos Estados latino-americanos e os padrões de poder institucional-estrutural existentes na região. Nesta medida, a superação de desigualdade e pobreza presentes nas nações da América Latina não está em conformidade com uma visão conciliadora entre dominantes e dominados, autóctones e colonos, latino-americanos e europeus: está centrada no questionamento e transformação da posição subalterna dos conhecimentos e das identidades dos povos latino-americanos são colocados frente às sociedades europeias e mais recentemente, em termos históricos, aos Estados Unidos.

Desde pelo menos o início do século, com a criação do Plano de Ação 2001-2005 do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), pode ser observado uma maior relevância dado a este aspecto tão importante da integração regional na América Latina. De acordo com Rosevics (2015), apesar das dificuldades que o MERCOSUL vinha passando desde finais da década de 1990, os representantes dos países membros mantiveram reuniões constantes junto à SEM, estabelecendo também acordos nas áreas de acreditação e mobilidade universitária, “na inserção nos currículos escolares do ensino dos idiomas dos países membros, além de diversos incentivos ao intercâmbio cultural e criação de redes educacionais” (ROSEVICS, 2015). Apesar disto, o foco da integração ainda não possuía este traço decolonial, referenciado anteriormente, no que a autora chama de “integração da educação”, em contrapartida a ideia de “integração via educação”.

O Plano de Ação do MERCOSUL de 2006-2010, porém, já trouxe inovações à forma que a centralidade da educação como política de integração foi entendida. Ela passou a se tornar uma forma primordial de aumento no diálogo entre os povos e, em meio à descrença do neoliberalismo em âmbito mundial e eclosão dos governos de esquerda na América Latina, como um caminho para a ampliação da justiça social e desenvolvimento econômico da região, de forma a valorizar os aspectos inter-regionais. Neste momento, são ampliadas as iniciativas voltadas à educação no âmbito regional da América Latina.

## EXEMPLOS DE INICIATIVAS NO SETOR

Dentre as iniciativas desenvolvidas no período recortado, se destacam as iniciativas das Escolas Bilingües de Fronteiras e da criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A primeira, busca promover a integração do MERCOSUL Educacional com a implementação da educação bilíngue no ensino básico para estudantes de escolas públicas, tendo iniciado nas fronteiras de Brasil e Argentina, e posteriormente sendo ampliado a outros Estados. A UNILA, por sua vez, criada no ano de 2007 e localizada próximo à fronteira entre Paraguai, Argentina e Brasil, já atende mais de 3000 alunos de diversos países latino-americanos, buscando defender os princípios da inclusão social e da integração nacional e regional com os países do MERCOSUL. Estas atividades, expostas a tom de exemplificação, obtiveram grande êxito no aumento do processo de regionalismo entre os diferentes países do bloco.

No caso de outros blocos, como a UNASUL, as iniciativas educacionais não obtiveram tanto êxito, estando, até o atual momento de desmantelamento da UNASUL, majoritariamente na fase de planejamento. Apesar da existência de um órgão voltado para a realização de políticas educacionais no bloco — o Conselho Sul-Americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação — e muitas reuniões realizadas, não é possível extrair dos documentos emitidos pela organização nenhuma política que tenha se perpetuado. Do mesmo modo, as mais recentes instituições criadas no âmbito da integração latino-americana, como a PROSUL, parecem tender a priorizar os aspectos econômicos em contrapartida às premissas das instituições que compõem a onda pós-liberal do regionalismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, a integração latino-americana deve ser entendida pela multiplicidade de instituições e pelas diversas prioridades que foram dadas ao longo das diferentes “ondas” do regionalismo. O entendimento das diferentes abordagens sobre integração, regionalismo e governança social

são fulcrais para este processo, que se constrói a princípio a partir da tentativa de promover o desenvolvimento econômico da região. Nesse cenário, as questões relativas à integração no âmbito social, cultural e educacional acabaram por ser postergadas, priorizando-se a busca pela integração econômica e política do espaço latino-americano.

Pensar a América Latina de modo crítico tornou possível compreender que o processo de integração dos povos latino-americanos foi construído em constante enfrentamento às barreiras impostas pelo seu aspecto multicultural. Os habitantes dos países situados no imaginário social da América Latina trazem características heterogêneas, e abrigá-los sob uma mesma trajetória será quase sempre uma iniciativa arbitrária. Trata-se, portanto, de uma disputa de diferentes projetos, que podem ser orientados pelos mais diversos interesses: o econômico, o militar, o poder político regional, ou todos esses entes relacionados, de um modo ou de outro. O que concluímos neste capítulo é que a integração regional latino-americana através da educação passa a ser entendida pelas diversas forças que constroem a integração latino-americana, pelo seu próprio caráter constitutivo, como um caminho conciliador de diversos interesses.

Nas instituições pós-liberais, se torna cada vez mais importante que a educação seja um processo central de integração entre os países latino-americanos, se tornando um meio para a criação de um projeto decolonial do saber. O avanço de governos neoliberais na América Latina depois de um grande domínio de partidos de esquerda que priorizavam a integração latino-americana, por outro lado, traz fortes dúvidas se este processo realmente acontecerá nos próximos anos.

## REFERÊNCIAS

- BIANCULLI, Andrea. Latin America. In: BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas (eds.). **The Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. Oxford University Press, p. 154-177, 2016.
- BORGES, Tomás Paixão; ALBERTO, Felipe Vidal Benvenuto. In: BIANCHETTI, Cleber (org.). **Diálogos Sobre o Ensino e a Educação: Diferentes Olhares e Contextos**. Curitiba: Editora Bagai, p. 125-142, 2023.



BÖRZEL, Tanja. A. Theorizing Regionalism: Cooperation, Integration, and Governance. In: BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas (eds.). **The Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. Oxford University Press, p. 99-148, 2016.

DUZÁN, María Jimena. **Así Governa Uribe**. Bogotá: Planeta, 2004.

DUZÁN, María Jimena. Nosso Chávez es Uribe. **Semana**, 14 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.semana.com/opinion/articulo/maria-jimena-duzan-nuestro-chavez-es-uribe/543928>. Acesso em: 10 maio 2023.

GONZÁLEZ CASTRO, Claudia. El legado de la oligarquía y la herencia de las dictaduras. **Polis: Revista Latinoamericana**, n. 41, 2015.

HURRELL, Andrew. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro. vol. 17. p. 23-59, 1995.

LISBOA, Armando de Melo. Desenterrando o espelho: a construção da identidade latino-americana. **Persona**. n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.personalismo.net/persona/desenterrando-o-espelho-construcao-da-identidade-latino-americana>. Acesso em: 10 maio 2023.

MERCOSUL. Setor Educacional do MERCOSUL. **Plano de Ação 2006-2010**. Montevideo: MERCOSUL: SEM, 2006.

MERCOSUL. Setor Educacional do MERCOSUL. **Plano Estratégico 2001-2005**. Montevideo: MERCOSUL: SEM, 2001.

MILANI, Carlos et al. **Atlas da Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2015.

QUIJANO, Aníbal. O 'movimento indígena' e as questões pendentes na América Latina. **Política Externa**, vol. 12 (4), 2004.

RICHARD, Yann. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas, **Confins**, v. 20, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8939>. Acesso em: 10 maio 2023.

ROSEVICS, Larissa. Por uma integração via educação: o novo marco do MERCOSUL Educacional no século XXI. **NEIBA: Cadernos Argentina-Brasil**, vol. IV, n. 1, agosto 2015.

VAN DER VLEUTEN, Anna. Regional Social and Gender Governance. In: BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas (eds.). **The Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. Oxford University Press, p. 406-429, 2016.

# CATEGORIAS DE DIREITA E ESQUERDA DENTRO DE UM AR DE FAMÍLIA

Lucas Araújo Monte<sup>10</sup>

## INTRODUÇÃO

Mesmo com as constantes ressignificações ao longo de mais de dois séculos de existência, a dicotomia direita-esquerda continua tendo relevância como simbologia identificatória da política de grande parte dos países da América Latina (COLOMER; ESCATEL, 2005; ALTMAN *et al.*, 2009; WIESEHOMMEIER; BENOIT, 2009; ZECHMEISTER; CORRAL, 2010). Um dos grandes méritos do binômio é a sua a capacidade de sintetizar – ainda que parcialmente – as ideologias políticas, de modo a simplificar o mundo político para uma parte considerável dos cidadãos, configurando a formatação e a clivagem política dentro de um plano unidimensional (DOWNS, 2013). Portanto, essa estruturação traz, para o cotidiano, alguns aspectos das identidades políticas, os quais viabilizam uma orientação em torno de atitudes, de valores e de comportamentos no campo da política (CARREIRÃO, 2002; SINGER, 2002; AMES; SMITH, 2010).

É certo que direita e esquerda não configuram a única dimensão relevante de análise das crenças, dos valores e das ações no campo político (ALTMAN *et al.*, 2009), e na formatação e divisões do sistema político-partidário. Todavia, as ideologias políticas têm sua maior expressão e representatividade no *continuum* direita-esquerda. Essa consolidação não ocorre de uma maneira linear e sobreposta. Ou seja, determinada ideologia não é, na maior parte das vezes, vinculada especificamente a um dos polos do binômio. Pelo contrário, por mais que haja a prevalência de uma macroideologia nos respectivos conteúdos programáticos, direita e esquerda agregam fragmentos de mais de uma ideologia nas diversas temáticas (CAMIA, CARAMANI, 2012).

---

<sup>10</sup> Doutor em Ciências Sociais (UnB). CV: <http://lattes.cnpq.br/3739470931562568>

No entanto, direita e esquerda, como representações de oposição ideológica, não são unanimidades no campo acadêmico. Nas décadas de 1950 e 60, visibilizou-se um debate em relação ao *fim* ou *declínio das ideologias* (BELL, 1964; LIPSET, 1968, ARON, 2016), o qual é constantemente retomado, sob novos argumentos e contextos (FUKUYAMA, 1992; GIDDENS, 1996; RACIONERO, 2006).

Há que se destacar que as mudanças em torno das ideologias é algo normal (FREEDEN, 2013) e a dinamicidade e a relatividade de valores são duas características originárias de direita e esquerda que vigoram até os dias atuais (BOBBIO, 2011; TAVARES, 2016). Ademais, não se pode perder de vista também o poder hegemônico do capital para difundir a ideia de que a queda da União Soviética e a prevalência da lógica neoliberal, como explicação total da sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016), culminou no fim de qualquer esquerda, ou, simplesmente, das ideologias.

Aparte da notoriedade nas discussões teórico-acadêmicas e das diversas mudanças ocorridas na sociedade ocidental nos últimos dois séculos, o fato é que direita e esquerda, apesar de suas várias transformações e ressignificações ao longo do tempo, continuam vigentes (e visíveis) no discurso político em todas suas esferas; tanto na própria percepção do eleitorado da América Latina (COLOMER; ESCATEL, 2005; ZECHMEISTER; CORRAL, 2010), incluindo o Brasil (SINGER, 2002; CARREIRÃO, 2002; AMES; SMITH, 2010).

Portanto, não se pode desconsiderar a relevância da díade direita e esquerda no sistema democrático liberal, no processo político-eleitoral e no meio social (BOBBIO 2011), bem como a sua capacidade de orientar os caminhos do presente e do futuro (TAVARES, 2016); mesmo que os valores em torno dos termos sejam, por vezes, parcialmente compreendidos e estruturados por uma parcela do eleitorado (SINGER, 2002). Ademais, direita e esquerda, como grandes representações ideológicas, possuem um vínculo intrínseco com a dinâmica hegemônica, e, logo, têm a capacidade de evidenciar as transformações dos valores sócio-políticos e econômicos de uma sociedade.

Portanto, este capítulo tem como objetivo principal elaborar traços objetivos distintivos de direita e esquerda para a política brasileira (e da América Latina), a partir de uma discussão teórica em torno da definição da díade.

## DIREITA E ESQUERDA NUMA PERSPECTIVA TEÓRICA

Embora haja o reconhecimento acerca da vigência e da relevância da díade por boa parte dos estudiosos, os entendimentos conceituais em torno de uma definição de direita e de esquerda variam bastante. Essa falta de unicidade conceitual é compreensível, uma vez que os termos surgiram, *a priori*, vazios de conteúdo, tornando-se, desde a origem, caracterizados por serem flexíveis, além de capazes de se adaptarem a diferentes disputas e controvérsias (TAVARES, 2016, p. 35). Portanto, direita e esquerda não são conceitos estáticos, e, sim, relativos e dinâmicos, pois englobam valores que variam segundo determinada tradição política, contexto e período sócio histórico aos quais estão inseridos (BOBBIO, 2011; FERNÁNDEZ DE LA MORA, 1999; RODRÍGUEZ ARAUJO, 2004; TAVARES, 2016).

Por esta razão, serão apresentados e colocados em discussão alguns aportes de autores que se debruçaram em definir conceitualmente as distinções em torno da díade, além dos que rechaçam a existência (ou importância) do binômio na política.

Um dos conceitos mais citados e discutidos no meio acadêmico é o de Bobbio. O autor italiano elabora o seu critério universal e geral, para distinguir a dupla direita-esquerda, a partir da atitude diante da igualdade. Dessa forma, entende que a direita percebe que os homens são mais iguais do que desiguais, e que a maior parte das desigualdades são naturais, isto é, fazem parte da gênese dos seres humanos, e, portanto, não são elimináveis. A esquerda, por outro lado, compreende que os homens são mais desiguais do que iguais, e que grande parte das clivagens são de origem social, e, por isto, são susceptíveis a correções (BOBBIO, 2011, p. 121).

No entanto, Bobbio (2011, p. 54) reconhece que, devido à relatividade conceitual em torno de direita-esquerda, não há somente dois polos estáticos,

mas, sim, uma linha que segue de uma extremidade a outra (*continuum*) sem excluir as posições intermediárias.

Por fim, Bobbio (2011, p. 134) configura as extremidades do *continuum* a partir da análise quanto à postura diante da liberdade. Dessa forma, os moderados são distinguidos dos extremistas pela proximidade ou afastamento do autoritarismo. A partir desse critério que surge, por exemplo, a extrema-direita e a extrema-esquerda, as quais convergem, especialmente, pela aversão à democracia.

A relação entre Estado e economia é o critério objetivo mais usual para realizar a distinção entre direita e esquerda. Tal perspectiva, dentro da democracia liberal, tem origens desde o *keynesianismo*, e foi teorizada na década de 1950, tendo ficado conhecida como a *Teoria Democrática Econômica*. Downs (2013) entende que os partidos buscam o centro do espectro político-ideológico, para ganhar votos. Portanto, os conteúdos programáticos movem-se ao longo do *continuum* para alçar esse objetivo. Desse modo, os polos da díade seriam definidos pelo nível de intervenção estatal na economia. Num extremo, a direita caracterizada pelo livre mercado, e, no outro, a esquerda identificada pelo controle governamental pleno.

Mesmo que Downs (2013) tenha elaborado a sua teoria num contexto geopolítico e social distintos do atual, a questão econômica, como diferenciador entre direita e esquerda, ainda que de uma maneira ressignificada, continua prevalecendo como um dos principais identificadores do antagonismo da díade. Nessa lógica, Touraine (1999) rechaça a ideia de *pensamento único*, que foi veiculada, sobretudo, a partir da assunção da economia de mercado por parte dos representantes da (centro) esquerda, a partir da década de 1990, e traz uma diferenciação entre o binômio político-ideológico: a aceitação das desigualdades e das exclusões sociais e a desregulação da economia pela direita; e a superproteção das classes sociais e a gestão da economia por parte da esquerda.

Num sentido mais amplo, Fernández de la Mora (1999, p. 60) traça a sua a sua distinção não somente utilizando-se da relação *Estado-economia*, mas, sim, o Estado com todos os seus vieses. O Estado, de acordo com o político e crítico espanhol, por ser o mais complexo artefato já produzido

pelo homem, e pela capacidade de alcançar todas as outras esferas, é o foco da disputa entre direita e esquerda. Logo, a oposição principal se situa na dualidade: *mais* ou *menos* Estado.

Baseado numa matriz marxista, Rodríguez Araujo (2004, p. 22-23) elabora seu marco definatório em relação à diáde a partir da questão do *interesse de classe* e da *dominação*, cuja relação presume uma desigualdade entre dominante-dominados. Portanto, a direita representaria os interesses da classe dominante, enquanto a esquerda, das dominadas; embora ressalte que o apoio do eleitorado não siga a mesma lógica. A outra distinção proposta pelo autor é em relação a *ações afirmativas* (raça, gênero etc.). Assim, quanto mais à direita, menor é a aceitação de políticas de ações afirmativas. Por outro lado, a esquerda se identifica pela proposição de tais medidas, com a finalidade de diminuir as diferenças sociais.

Numa outra perspectiva, Bresser-Pereira (1997, p. 55) concebe que o critério chave para distinguir direita e esquerda situa-se em torno do binômio ordem-justiça social. Portanto, a direita se caracteriza por priorizar a ordem em relação à justiça social. E a esquerda por arriscar a ordem em nome da justiça. Em outra oportunidade, Bresser-Pereira (2006, p. 27), de uma forma mais concreta, reconhece na relação entre Estado e economia uma distinção entre a diáde: enquanto a direita defende um Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, e agindo em favor da soberania absoluta do mercado na coordenação da vida social; a esquerda atribui ao Estado a função ativa na redução das injustiças e desigualdades sociais.

Os cientistas políticos estadunidenses Inglehart e Norris (2016, p. 17), dentro do ramo da cultura política, utilizam-se da tradicional divisão entre direita e esquerda, na qual a gestão da economia é o que discerne cada um dos polos. Sendo a primeira caracterizada por políticas que favorecem a desregulamentação, o livre mercado, a oposição a políticas redistributivas e os cortes de impostos. Em contrapartida, a segunda é marcada pela ação política em torno da manutenção da regulamentação dos mercados, da gestão estatal na economia, da distribuição de renda e de gastos públicos.

Utilizando-se de uma matriz metodológica distinta, o *Manifesto Project Database* (MPD) realiza a análise do posicionamento da escala direita-esquerda de 1086 partidos políticos, em 56 países, a partir de 26 categorias analíticas pré-estabelecidas. As variáveis dizem respeito à assuntos dispostos em sete eixos temáticos<sup>11</sup>, conforme categorias abaixo relacionadas. A posição de uma agremiação política é obtida, basicamente, pela subtração da proporção do conteúdo relativo às categorias relacionadas com a direita com o referente à da esquerda; sendo +100 o resultado máximo possível à direita, e -100 o do polo oposto (VOLKENS *et al.*, 2017):

Por mais que seja uma metodologia bem estruturada e complexa, que alberga um número considerável de variáveis, há de se considerar que a matriz do MPD foi desenvolvida, especificamente, para o contexto europeu. Ademais, trata-se de um modelo rígido de disposição de categorias de análise, que, por mais que tenha pontos positivos, não contempla, até mesmo pela sua pretensão de envolver tantos países em um largo lapso temporal, as especificidades de cada Estado, região e continente.

De um modo semelhante, Wiesehomeier e Benoit (2009) reformularam uma matriz elaborada por Benoit, sobretudo para o contexto europeu, de modo a adaptá-la à realidade latino-americana. Desse modo, elencaram 11 categorias de análise (que fossem coerentes com o contexto latino-americano), e aplicaram o formulário de questões (*surveys*) a especialistas, com o objetivo de observar a posição dos partidos de 18 países da região. Por fim, concluíram que 8 temáticas são suficientes para se utilizar como parâmetro para situar a maior parte das agremiações políticas da América Latina dentro da dimensão direita-esquerda: desregulação/privatização; globalização; meio ambiente; social; religião; impostos/gastos públicos; descentralização; cooperação econômica.

Utilizando-se de uma perspectiva mais complexa e ampla, Tavares (2016, p. 47) defende a existência e a análise da política sob a perspectiva da diáde. Não obstante, para o autor, a descrição de direita e esquerda é uma tarefa muito difícil, pois há uma grande chance de incorrer em equívocos.

---

<sup>11</sup> Relações Exteriores, Liberdade e Democracia, Sistema Político, Economia, Estado do Bem-Estar Social e Qualidade de Vida, Estrutura da Sociedade e Grupos Sociais (VOLKENS *et al.*, 2017).

Por isso, propõe que a análise seja feita a partir da busca do *ar de família*<sup>12</sup> de cada polo, visto que “existem categorias de coisas que não se definem por uma característica, mas por várias, sendo que todas essas características não se encontram em todos os elementos da categoria” (TAVARES, 2016, p. 48). Portanto, o exercício a ser realizado é a busca de categorias que definam direita e esquerda, e mesmo que, em determinada análise, não haja todos os critérios, estas ainda possa ser caracterizada como direita e esquerda.

Nesse viés, Tavares (2016, p. 49) propõe algumas categorias, a título de exemplo, que poderiam identificar a posição de direita e esquerda: Estado, progresso, família, meio ambiente, gênero, tradição etc. Deixando claro que se trata de um exercício qualitativo por aproximação, e não algo de caráter estático e definitivo. Logo, o importante não seria identificar a característica de define a díade, e, sim, uma parcela destas, reunidas no *ar de família*. O aporte do autor português traz a possibilidade da formulação de categorias analíticas, a partir, inclusive, de outras fontes. Desse modo, se torna viável o agrupamento dessas variáveis em cada lado do binômio (*ar de família*), para realizar uma caracterização mais objetiva.

Por outro lado, há autores que rejeitam a vigência da díade (ou a continuidade do seu protagonismo) nos dias atuais. Nesse viés, o Giddens (1996, p. 284), apesar de entender que “a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda, e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder [e que] esse contraste é real e continua sendo muito importante”, ressalta que não se pode desenvolver um princípio dominante a partir dessa tese, tendo em vista que as distinções entre direita e esquerda sempre foram, em certa medida, confusas e ambíguas. A partir dessa perspectiva, entende que as diversas mudanças conceituais históricas – associadas, sobretudo, às transformações sociais modernas – ocasionaram o esgotamento dos termos, e, portanto, vislumbra que tal divisão não oferece respostas satisfatórias para os dias atuais. (GIDDENS, 1996, p. 61).

Baseado num critério economicista, Racionero (2006, p. 16-57) assevera que não há mais distinções aparentes entre direita e esquerda, e, logo,

---

<sup>12</sup> Rui Tavares (2016, p. 48) se vale do termo criado pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein.



não há mais ideologias em disputa, senão uma *confluência ideológica*. O economista se filia às teses do fim da ideologia dos anos de 1950 e 60 (BELL, 1964; LIPSET, 1968), indicando que, desde a metade do século passado, as antigas diferenças foram se diluindo, de tal modo que já não existem mais critérios principais que possam distinguir direita de esquerda (e vice-versa). Ademais, o autor justifica seu pensamento a partir da assertiva de que as mudanças atuais são cada vez mais aceleradas, e, portanto, não seria possível se consolidarem em sistemas e tampouco em ideologias.

No mesmo sentido, Herrero e Miñón (1999, p. 3-5) descartam a diáde como principal viés de análise político-ideológico. Os autores justificam que o mercado se transformou em paradigma social, e, por isso, as fronteiras entre direita e esquerda sucumbiram. Portanto, o antagonismo entre sistemas econômicos, que seria o definidor entre os lados do *continuum*, deu lugar a um pensamento econômico único, centrado no mercado. Os autores se aproximam, nesse ponto, a tese do fim das ideologias, a partir da vitória do capitalismo sob o socialismo (FUKUYAMA, 1992). No entanto, admitem que, embora não tenham poder de alterar o modelo de sociedade, há uma diferenciação, na política, sob um viés de eminente retórico, entre direita e esquerda, que envolve temáticas *secundárias*, típicas das sociedades pós-modernas.

Freeden (2013) também rechaça a divisão política em torno do *continuum* direita-esquerda, mas sob a justificativa de que o binômio tem apenas o objetivo de dar um toque de moderação (ou até mesmo de radicalismo). Em contrapartida, defende que a competição pelo controle das pautas de políticas públicas ocorre no âmbito das ideologias políticas. Nessa perspectiva, os partidos políticos, em regra, não teriam a faculdade de formular essas ideologias, senão apenas apresentá-las de uma maneira apta para o consumo direto e divulgá-las com eficiência.

## CONSIDERAÇÕES

A partir dos aportes e discussões ora apresentadas se tornou possível a escolha e a construção de 14 (quatorze) categorias analíticas que viabilizassem a distinção entre direita e esquerda, no Brasil (e América do

Sul), em diversas temáticas. Essas categorias estão configuradas em caráter bipolar, conforme Quadro a seguir. Isto é, para cada de categoria de direita há uma oposta de esquerda.

Sem dúvidas, a centralidade das propostas de direita e esquerda envolve o controle das pautas públicas (FREEDEN, 2013) em diversas temáticas, e expõe a própria visão sobre o papel do Estado. Portanto, todas as questões distintivas do binômio possuem uma relação com o Estado. Nesse sentido, a primeira categoria de análise foi formulada especificamente em relação à amplitude das funções do Estado (em sentido amplo), ou seja, a posição em torno de *mais* ou *menos* Estado.

**Quadro 1 – Categorias analíticas para a distinção de direita e esquerda**

| <b>DIREITA</b>   | <b>ESQUERDA</b>   |
|--|---|
| Privatização de empresas e bens                              | Gestão estatal de empresas e bens                           |
| Livre mercado (desregulação)                                 | Controle estatal da economia                                |
| Diminuição de impostos                                       | Manutenção/aumento de impostos                              |
| Limitação do Estado do Bem-Estar Social                      | Expansão do Estado do Bem-Estar Social                      |
| Desenvolvimento a partir da iniciativa privada               | Desenvolvimento a partir de políticas estatais              |
| Diminuição da máquina estatal                                | Manutenção/aumento da máquina estatal                       |
| Supressão de direitos trabalhistas/previdenciários           | Manutenção/aumento de direitos trabalhistas/previdenciários |
| Políticas de incentivos a empresas                           | Políticas de distribuição de renda                          |
| Competição como a lógica da sociedade                        | Solidariedade como racionalidade social                     |
| Contra as políticas favoráveis aos indígenas                 | Políticas favoráveis aos indígenas                          |
| Contra as políticas em favor das minorias (exceto indígenas) | Políticas favoráveis às minorias (exceto indígenas)         |
| Lei e ordem pública  | Liberdades civis e direitos humanos                         |
| Moralidade tradicional                                       | Diversidade cultural  |
| Democracia liberal (formal)                                  | Democracia participativa                                    |

Fonte: Monte (2022).

Um grupo de categorias de análise foi baseado na questão econômica. Essa perspectiva de análise contemporânea possui uma longa tradição. A difusão dos aportes de Marx e Engels, o surgimento da socialdemocracia (no final do século XIX), a Revolução Russa de 1917 e a Guerra Fria, marcada pela vigência de dois modelos econômicos opostos, destacam a relevância dessa esfera para distinguir os dois polos da díade (DOWNS, 2013). Mesmo

após a ruptura do bloco soviético, no início da década de 1990, com a consequente vitória do capitalismo, a perspectiva econômica continuou sendo um dos critérios mais utilizados para diferenciar direita e esquerda, inclusive na América Latina (WIESEHOMMEIER; BENOIT, 2009). Assim, as questões relacionadas ao papel do Estado no mercado e na gestão de empresas e bens públicos, ao valor a ser cobrado em impostos, ao modelo de desenvolvimento econômico predominante, à vigência ou não de políticas públicas que envolvam desembolso financeiro, compõem essa esfera.

Um outro eixo temático alberga as questões que se destacam pelo caráter social. Assim, engloba temas relacionadas ao posicionamento quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários, o direcionamento do dinheiro público para empresas ou populações pobres, a abrangência ou não de políticas públicas para as minorias (mulheres, negros, LGBTQIA+ etc.), incluindo as populações indígenas, a perspectiva de visão de valores para a sociedade, bem como a questão da prevalência da lei e da ordem ou das liberdades civis e os direitos humanos no tema da segurança pública.

Por fim, outra temática escolhida para realizar a distinção entre direita e esquerda se refere ao modelo de democracia priorizado. Desse modo, essa categoria diz respeito à opção quanto à defesa dos moldes atuais de democracia liberal formal ou da implantação de outras perspectivas a partir da descentralização da tomada de decisões e ampliação dos poderes dos cidadãos, num viés de democracia participativa. Para os fins desse trabalho, essa temática também será agregada ao conjunto das temáticas marcadamente sociais.

Portanto, propugna-se que, a partir de 14 (quatorze) categorias analíticas ora elencadas, seja possível realizar a análise de documentos e discursos políticos, a fim de averiguar o conteúdo relativo à direita e à esquerda, de modo a observar, inclusive, o posicionamento político-ideológico. Essas categorias foram testadas na análise dos planos de governo das direitas de Brasil e Chile (MONTE, 2022).

## REFERÊNCIAS

ALTMAN, David; LUNA, Juan Pablo; PIÑEIRO, Rafael; TORO, Sergio. **Partidos y sistemas de partidos en América Latina: Aproximaciones desde la encuesta a expertos**. Revista de Ciencia Política, Santiago, v. 29, n. 3, 2009, p. 775-798. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/revcipol/v29n3/art05.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

AMES, Barry; SMITH, Amy. **Knowing left from right: ideological identification in brazil, 2002-2006**. Journal of politics in latin america, Hamburgo, n. ° 2(3), 2010, p. 3–38. Disponível em: <<https://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/jpla/article/view/321/>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

BELL, Daniel. **El fin de las ideologías**. Madrid: Tecnos, 1964.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo: Lua Nova, n. 39, 1997, pp. 53-71. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/8ybx3ZG8p73GDmdzbDw34Ct/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRESSER-PEREIRA. **O paradoxo da esquerda no Brasil**. Revista Novos Estudos, São Paulo: Cebrap, n. 74, mar. 2006, pp. 25-45. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/CfL4dND-JTGmPcFtIWzHDkqs/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CAMIA, Valeria; CARAMANI, Daniele. **Family meetings: Ideological convergence within party families across Europe, 1945–2009**. Comparative European Politics, London, v. 10, n. 1, p. 48-85. Fev. 2012. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1057/cep.2011.1>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Identificação ideológica e voto para presidente**. Opin. Publica, Campinas, v. 8, n. 1, p. 54-79, Maio 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762002000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762002000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jun. 2023.

COLOMER, Josep; ESCATEL, Luis. **La dimensión izquierda-derecha en América Latina**. Desarrollo Economico – Revista de Ciencias Sociales IDES, Buenos Aires, v. 44, nº 177, abril-junio 2005, p. 123-136. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/272558509\\_La\\_dimension\\_izquierda-derecha\\_en\\_America\\_Latina](https://www.researchgate.net/publication/272558509_La_dimension_izquierda-derecha_en_America_Latina)>. Acesso em: 18 jun. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neo-liberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERNÁNDEZ DE LA MORA, Gonzalo. **Izquierda y derecha hoy**. *In*: Derechas y izquierdas en el mundo actual. Papeles Memorias de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, Madrid, n.º VI, out. 1999, p. 48-65.

FREEDEN, Michael. **Ideología: una brevísima introducción**. Cantabria: Ediciones Universidad Cantabria, 2013.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o Último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

HERRERO, Miguel; MINÓN, Rodrigues. **En torno a la distinción entre derechas y izquierdas: una introducción y una disgresión**. *In*: Derechas y izquierdas en el mundo actual. Papeles Memorias de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, Madrid, n.º VI, out. 1999, p. 3-11.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Trump, Brexit and the Rise of Populism: Economic Have-Notes and Cultural Backlash**. Harvard University – Harvard Kennedy School (HKS). Ago. 2016. Disponível em: <<https://research.hks.harvard.edu/publications/getFile.aspx?Id=1401>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LIPSET, Seymour. **El fin de la ideología**. Buenos Aires: Eudeba, 1968.

MONTE, Lucas Araújo. **A onda azul na América Latina: um estudo comparado entre as direitas de Chile e Brasil**. 2022. 312 f., il. Tese (Doutorado) — Departamento de Estudos Latino-Americano, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

RACIONERO, Luis. **Los complejos de la derecha**. Barcelona: Editorial Planeta, 2006.

RODRÍGUEZ ARAUJO, Octavio. **Derechas y ultraderechas en el mundo**. México (D.F): Siglo XXI, 2004.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: USP, 2002.

TAVARES, Rui. **Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2016.

TOURAINÉ, Alan. **¿Cómo salir del liberalismo?**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1999.

VOLKENS, Andrea *et al.* **The Manifesto Data Collection**. Manifesto Project (MRG / CMP / MARPOR). Version 2017ª. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB), 2017.

WIESEHOMMEIER, Nina; BENOFF, Kenneth. **Presidents, Parties, and Policy Competition**. *The Journal of Politics*, Chicago, Vol. 71, No. 4, Oct. 2009, pp. 1435–1447. Disponível em: < <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1017/S0022381609990193?mobileUi=0&journalCode=jop>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ZECHMEISTER, Elizabeth; CORRAL, Margarita. **The Varying Economic Meaning of “Left” and “Right” in Latin America**, Latin American Public Opinion Project (Vanderbilt University), “Insights” series, Nashville, n. 38, p. 1-10, 2010. Disponível em: < <https://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/I0838en.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Nota: o presente capítulo se refere a extração integral de parte de algumas discussões desenvolvidas na tese de doutorado do autor (MONTE, 2022).

# O REDESENHO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DAS UNIDADES SUBNACIONAIS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE JOSÉ DONIZETE CAZZOLATO

Fábio José da Silva Nascimento<sup>13</sup>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dentre as várias publicações dedicadas ao divisionismo em nível subnacional no território brasileiro, destaca-se extensa produção acadêmica de José Donizete Cazzolato<sup>14</sup>. Até o presente, esse é o autor mais dedicado à elaboração de “parâmetros geográficos” voltados à orientação de processos de criação de novos entes subnacionais em nosso país. Sua iniciativa é pioneira na concepção de um novo padrão territorial no âmbito nacional.

Em linhas gerais, a divisão de territórios é fenômeno de natureza complexa. Não raramente, tais acontecimentos se manifestam em diferentes escalas, com desdobramentos expressos nos planos global, nacional, regional e local. Alguns exemplos dessa configuração podem ser identificados em distintas escalas: a) o crescimento de emancipação de distritos, possibilitando a criação de novos municípios no Brasil entre 1985 e 1996; b) o recente fracionamento do território sudanês, com o conseqüente surgimento do Sudão do Sul; c) o plebiscito ocorrido no Pará em 11 de dezembro de 2011. Essa votação pretendia obter o

---

<sup>13</sup> Doutor em Geografia (PUC-Rio). Professor da graduação em Geografia da Universidade Católica do Rio de Janeiro e das redes públicas de ensino do Maranhão e de São José de Ribamar (MA). CV: <http://lattes.cnpq.br/4099694260306747>

<sup>14</sup> Pesquisador com grande experiência em Geoprocessamento e Cartografia. É mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo. Sua carreira demonstra predileção pelos seguintes temas: divisão político-administrativa, identidade geográfica e toponímia. Em 2011, publicou o livro *Novos Estados e a divisão territorial do Brasil – uma visão geográfica*. Essa obra propõe critérios para atender às demandas emancipacionistas vigentes no Brasil em nível subnacional.

posicionamento da população paraense sobre a proposta de criação das unidades federativas de Tapajós e Carajás, dentre outros exemplos<sup>15</sup>.

Diferentes abordagens sobre o surgimento de novas unidades federativas são identificadas em variadas publicações. Dentre as discussões mais representativas nessa seara, destacam-se: a) a compatibilidade entre eventuais dispêndios inerentes à criação de neoburocracias subnacionais e a dotação orçamentária da União; b) o regramento vigente para o surgimento de novos entes federativos em nível estadual; c) o perfil dos principais interessados na criação de novos espaços de poder em escala subnacional; d) políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de novos estados; e) eventuais mudanças na representação parlamentar no parlamento brasileiro, derivados de possíveis acréscimos de novos entes subnacionais na federação brasileira etc.

## CAZZOLATO EM DETALHES: ENTRE ACERTOS E EQUÍVOCOS

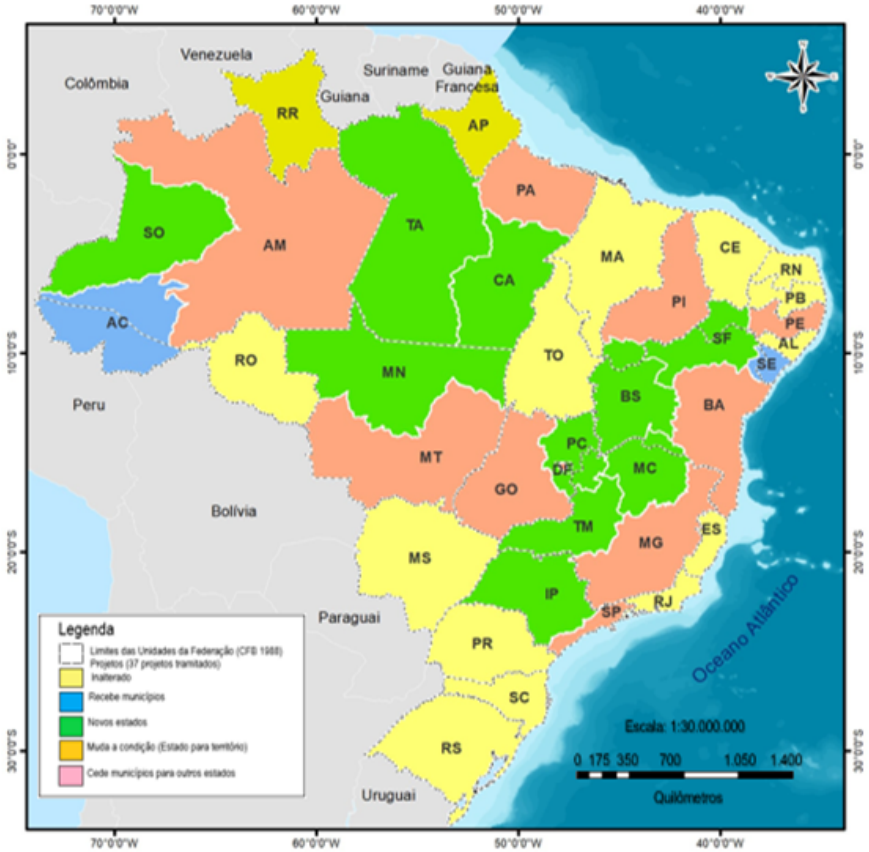
A proposta preconizada por Cazzolato (2011) faz uso de dispositivos dimensionais no redesenho político-administrativo das unidades subnacionais brasileiras. Trata-se de uma asserção com vistas a mitigar discrepâncias e promover maior simetria entre as unidades federativas brasileiras.

Em destaque no Mapa 1, o modelo proposto por Cazzolato atrela a redução de disparidades interestaduais a uma certa “equidade” na extensão física, no contingente populacional e no quantitativo de municípios de entes estaduais.

---

<sup>15</sup> Convém observar a ressalva feita por Castro (1995) sobre os cuidados indispensáveis no trato de alterações de escalas. Segundo essa pesquisadora, essa alternância não denota apenas uma mudança de diferentes níveis de análise, mas, principalmente, uma transfiguração nos níveis de concepção dos fenômenos. Desse modo, orienta-se cautela no uso de interpretações semelhantes para escalas diferentes.

Mapa 1 – Brasil: mapa político-administrativo proposto por Cazzolato (2011)



Fonte: Cazzolato (2011). Elaborado por Maria Luciene Lima (2020)

Contudo, essa ideia de criar territórios estaduais congruentes encontraria entraves para se tornar efetiva, caso fosse apreciada por parte do Congresso Nacional. Essa iniciativa esbarraria em uma falta de consenso sobre as modificações propostas, com eventuais resistências de congressistas eleitoralmente domiciliados em entes federados que teriam de realizar a cessão parcial seus territórios à jurisdição de coirmãs.

Ademais, a proposição elaborada por Cazzolato (2011) também encontraria dificuldades de aceitação na classe política dos estados do Amapá e de Roraima, indicadas ao retorno à condição de territórios. Os principais interlocutores dessas unidades subnacionais têm grande



força política no Congresso Nacional. Esses parlamentares tendem a avaliar tal proposição como um desprestígio a seus respectivos estados<sup>16</sup>.

Ainda sobre a proposta de um novo padrão territorial para a federação brasileira concebida por Cazzolato (2011), convém sublinhar a defesa enfática realizada por esse autor em prol da inserção de “parâmetros técnicos de cunho territorial” (p. 70) em iniciativas congressuais relacionadas ao surgimento de novos entes subnacionais. Segundo esse pesquisador, essa medida mitigaria disfunções existentes atualmente na federação em forma de “incômodas preponderâncias nem crônicas dependências” (p.10). Em sua perspectiva, essas ponderações são cruciais para “contrabalancear a paixão inerente aos territórios, identidades e respectivos quinhões de poder” (CAZZOLATO, 2013, p. 222).

Ademais, Cazzolato (2011) alvitra uma aproximação entre as dimensões de novas unidades federativas e os valores médios delineados para os seguintes indicadores: população, extensão física e número de municípios (Tabela 1). Conforme preconiza esse autor, os territórios estaduais também não devem contrastar da faixa com valores mínimos e máximos indicados para esses quesitos, em conformidade com os dados definidos para “o primeiro nível subnacional”<sup>17</sup>.

Tabela 1 – Brasil: Dimensões definidas para um novo padrão territorial

| <b>Indicador</b>               | <b>Média</b> | <b>Mínima</b> | <b>Máxima</b> |
|--------------------------------|--------------|---------------|---------------|
| Área (em mil km <sup>2</sup> ) | 200          | 40            | 400           |
| População (milhões)            | 6,126        | 2             | 20            |
| Municípios                     | 167          | 50            | 500           |

Fonte: Cazzolato (2013, p. 211)

<sup>16</sup> Dentre os principais interlocutores das unidades federativas de Roraima e do Amapá no parlamento brasileiro, destacam-se os senadores Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), Randolfê Rodrigues (Rede-AP), Lucas Barreto (PSD-AP), Doutor Hiran (PP-RR), Chico Rodrigues (União Brasil-RR) e Mecias de Jesus (Republicanos-RR), além dos ex-senadores Romero Jucá (MDB-RR) e Telmário Mota (PROS-RR) e do ex-governadores João Capiberibe (PSB-AP) e Camilo Capiberibe (PSB-AP).

<sup>17</sup> Baseando-se nesse critério, a proposta de surgimento da unidade federativa do Maranhão do Sul deveria ser rejeitada, pois essa candidatura a neoterritório subnacional não se enquadra nos requisitos mínimos do modelo proposto: 49 municípios, área de 146.272 km<sup>2</sup> e população aproximada de 1.361.728 habitantes.

Para suprimir assimetrias territoriais historicamente firmadas, o critério das congruências territoriais elaborado por Cazzolato (2011) necessita verificar outros elementos relevantes em cisões de unidades subnacionais: a) a efetiva consolidação de nódulos regionais no interior de unidades federativas (CAZZOLATO, 2013), funcionalmente sobressalentes como regiões informais; b) a precária cobertura de serviços públicos essenciais em extensões com potencial de se tornarem novos territórios estaduais, em consequência da concentrada atuação dos governos nas capitais e municípios do entorno do centro de poder.

Segundo Cazzolato (2011), o não acatamento de alguns elementos supracitados prejudica o “equilíbrio” entre entes subnacionais propostas e pode suscitar artificialidades resultantes de frágeis articulações internas em regiões de territórios estaduais indicadas a ser tornarem novas unidades federativas. Nesse caso, de acordo com o autor, aconselha-se que esses princípios sejam precisamente adotados em projetos voltados à criação de unidades federativas em extensões do “Brasil profundo” (SANTOS, 2013)<sup>18</sup>, onde os fluxos frequentemente denotam baixa fluidez, quando não se mostram intermitentes<sup>19</sup>.

Ademais, Cazzolato (2011) indica outros critérios que podem ser apontados na avaliação de propostas de criação de novos territórios estaduais no Brasil. Dentre as principais indicações, destacam-se a disponibilidade de receitas extraordinárias para custear neoburocracias, sobretudo em períodos de crise fiscal e a anuência do desmembramento territorial por parte dos colégios eleitorais mais populosos em nível estadual.

---

<sup>18</sup> O Maranhão é um dos exemplos de território estadual enquadrados no contexto supracitado. Essa unidade federativa possui um histórico de reprodução do patrimonialismo, clientelismo e do formalismo no “Brasil profundo” (PINHEIRO-MACHADO, 2016). Nessa unidade subnacional, subvenções controversas travestidas de políticas de desenvolvimento regional despertam o interesse dos controladores do poder no cenário estadual desde os anos 1960, quando tomadores de decisão na escala subnacional se aproveitaram da condição transitória desse território (situado entre a Amazônia e o semiárido nordestino) para angariar vultosos repasses provenientes de duas fontes: a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

<sup>19</sup> A criação de novas unidades subnacionais deve considerar a existência prévia de polaridades entre o interior do neoterritório e a futura capital. A existência de uma rede de influência bem assentada confere coesão interna ao nódulo regional aspirante à unidade federativa, reduzindo assim os inconvenientes deslocamentos para outras áreas, em decorrência do não atendimento de importantes demandas.

Boueri (2008) é autor do único estudo relevante sobre o custo de eventuais neoburocracias estaduais no Brasil até o momento. Esse pesquisador estimou desembolsos anuais expressivos por parte da União para custear novas unidades federativas até que os recém-criados governos estaduais gerem um volume de receitas próprias que lhes garantam autossustento<sup>20</sup>:

[...] As estimativas apontam para um valor de R\$ 832 milhões anuais, associados apenas ao custo fixo de manutenção de um estado no Brasil. Foi também estimado que cada habitante acresce R\$ 564,69 ao gasto público estadual e que cada real produzido em um estado requer um aumento de 7,5 centavos de real em termos de gasto público estadual. A área territorial dos estados e o número de municípios neles contidos não apresentaram correlação significativa com os gastos públicos estaduais (BOUERI, 2008, p. 5).

As propostas direcionadas ao surgimento de novos territórios estaduais no Brasil postergam importantes variáveis em análises técnicas, a exemplo da conveniência temporal e da exequibilidade financeira (CAZZOLATO, 2011). Enquadra-se nessa perspectiva as iniciativas voltadas à criação das unidades federativas de Carajás, Tapajós e Maranhão do Sul.

Outra abordagem de interesse de Cazzolato (2013) e não consensual entre vários pesquisadores é o critério definidor da participação da população em consultas plebiscitárias dirigidas sobre o surgimento de unidades subnacionais no Brasil. A Carta Magna vigente<sup>21</sup> define que somente a “população diretamente interessada” deve compor o colégio eleitoral de pleitos dessa natureza.

Entretanto, a fórmula de computação dos resultados e a definição dos integrantes do colégio eleitoral são “pontos seguramente polêmicos” (CAZZOLATO, (2013, p. 220) em pleitos relacionadas à divisão

---

<sup>20</sup> Não foram identificados levantamentos atualizados em condições análogas ao estudo feito por Boueri (2008) no período vigente.

<sup>21</sup> 3º parágrafo do artigo 18.

de territórios estaduais, ou seja, não estão juridicamente pacificados. Segundo esse autor, a ausência de consensos sobre esse importante tema decorre da oferta reduzida de literatura associada a uma escassez de eventos plebiscitários em nosso país.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) considera que a população diretamente interessada em pleitos dessa natureza se limita aos eleitores da unidade subnacional a ser dividida, em caso de ratificação nas urnas (SOUZA; SILVA, 2018). Contudo, juristas como Dallari (2012) advogam em desfavor desse regramento. Esse autor argumenta que sufrágios dessa natureza deveriam contemplar todos os(as) eleitores(as) brasileiros(as), em razão de abarcar dispêndios orçamentários a serem custeados pelo conjunto federado.

Cazzolato (2013) diverge da interpretação de Dallari (2012) em relação ao tamanho dos colégios eleitorais aptos a participar de plebiscitos sobre a criação de novas unidades federativas. Para o primeiro, a majoração do colégio eleitoral de consultas dessa natureza “esbarra em questões como a grande extensão do país e conseqüente força das regionalidades ou no custo dos plebiscitos” (CAZZOLATO, 2013, p. 220).

O contraponto alvitrado por Cazzolato (2013) sugere restringir o direito a voto em pleitos de processos emancipatórios estaduais a eleitores da extensão candidata a nova unidade subnacional. Segundo essa asserção, a redução do universo eleitoral oficialmente convencionado seria acompanhada da assunção dos percentuais necessários para aprovar cisões territoriais de subnacionais, avultando o “sim” dos vigentes 51% para a porcentagem de 75%.

Cazzolato (2013) advoga que o envolvimento de todos os eleitores brasileiros em consultas plebiscitárias sobre o surgimento de novas unidades subnacionais não requer participação direta, uma vez que tais discussões são realizadas no Congresso Nacional e envolvem parlamentares que representam todas as regiões do Brasil.

Cazzolato (2011) manifesta predileção pelo divisionismo, salvaguardando um pré-requisito: a existência de condições técnicas para que

ções de territórios estaduais ocorram. Essa condição está relacionada a parâmetros de “regionalidade, identidade, demografia, rede urbana, produção e recursos econômicos” (CAZZOLATO, 2013, p. 221).

Cazzolato (2011) reconhece a força política de apelos emocionais engendrados por agentes desfavoráveis às divisões territoriais de unidades subnacionais no Brasil. Como exemplo, é pertinente evidenciar a retórica convincente desses personagens durante a consulta plebiscitária ocorrida no Pará, em 2011<sup>22</sup>.

Na ocasião, os eleitores paraenses foram estimulados a participar de uma inédita consulta plebiscitária<sup>23</sup>, na qual opinaram sobre a surgimento de duas novas unidades subnacionais: Carajás<sup>24</sup> e Tapajós (Mapa 2). Caso efetivado, o território de Tapajós<sup>25</sup> teria como centro de poder o município de Santarém. Sua extensão abrangeria 27 municípios das regiões do Baixo Amazonas e Sudoeste Paraense. Essa área possui baixa articulação com o restante do país e é nacionalmente conhecida por abrigar extensões florestadas.

---

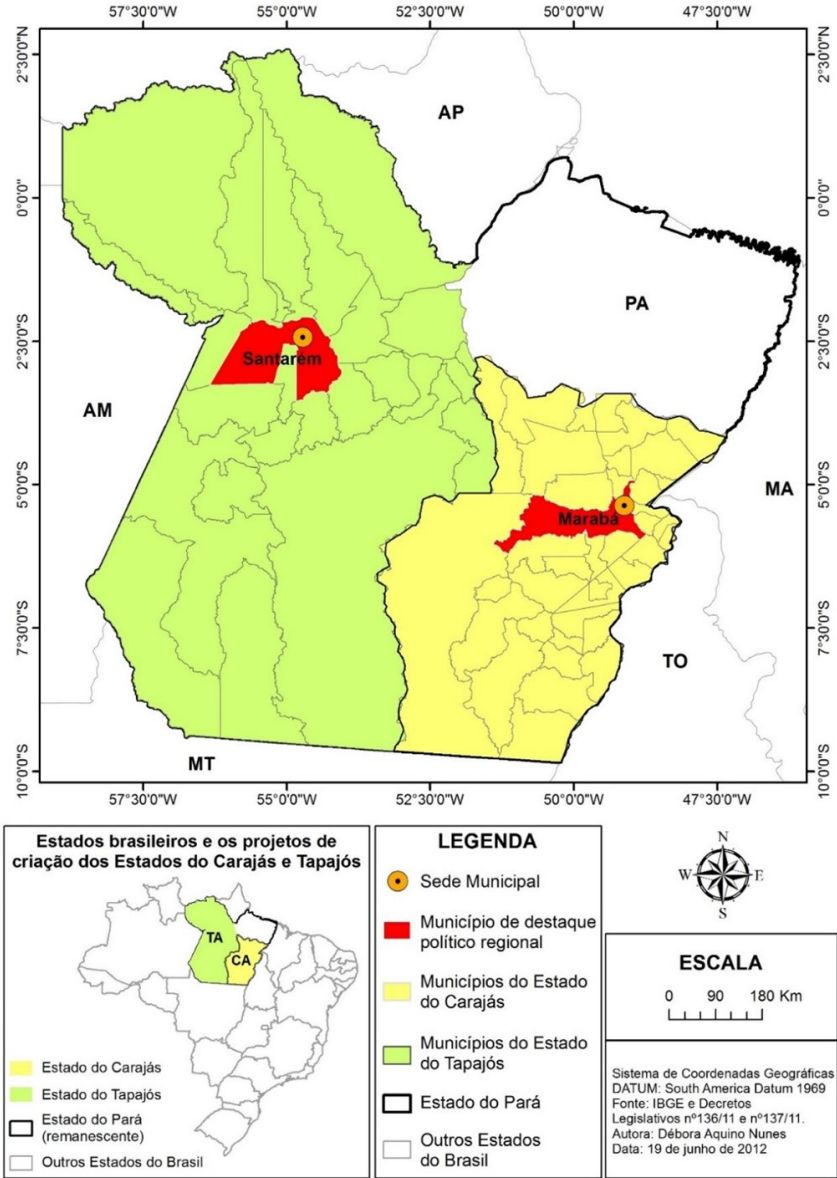
<sup>22</sup> Além de considerar as sugestões de Cazzolato (2011), as discussões sobre a criação de novos territórios estaduais deveriam também debater a efetividade na prestação de serviços públicos nas extensões de nódulos regionais aspirantes à emancipação.

<sup>23</sup> Para a realização dessa consulta, foi acionado o acionamento do dispositivo constitucional presente no artigo 18, parágrafo 3, da Constituição de 1988.

<sup>24</sup> De acordo com o texto do Projeto de Decreto Legislativo 136/2011, integrariam o território de Carajás os seguintes municípios: Xinguara, Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Eldorado do Carajás, Anapu, Redenção, Bom Jesus do Tocantins, Bannach, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Conceição do Araguaia, Canaã dos Carajás, Cumarú do Norte, São Geraldo do Araguaia, Santana do Araguaia, Curionópolis, Floresta do Araguaia, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Rio Maria, Itupiranga, Jacundá, Santa Maria das Barreiras, Rondon do Pará, Nova Ipixuna, Marabá, Novo Repartimento, Tucumã, Ourilândia do Norte, Sapucaia, Palestina do Pará, São João do Araguaia, Pacajá, Tucuruí, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, Pau D'arco, e São Félix do Xingu.

<sup>25</sup> De acordo com o texto do Projeto de Decreto Legislativo 137/2011, integrariam o território de Tapajós os seguintes municípios: Almeirim, Itaituba, Mojuí dos Campos, Terra Santa, Prainha, Monte Alegre, Jacareacanga, Alenquer, Óbidos, Medicilândia, Oriximiná, Faro, Juruti, Curuá, Belterra, Senador José Porfírio, Rurópolis, Porto de Moz, Santarém, Vitória do Xingu, Altamira, Novo Progresso, Uruará, Placas, Aveiro, Brasil Novo e Trairão.

Mapa 2 – Pará: projetos territoriais de criação dos estados de Carajás e Tapajós



Fonte: Nunes, Trindade Júnior e Trindade (2016). Elaborado por Débora Aquino Nunes (2012)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito das valiosas contribuições de Cazzolato (2011) acerca de um “redesenho” das unidades político-administrativas subnacionais brasileiras, é pertinente reconhecer que propostas vigentes de criação de novos territórios estaduais em tramitação no Congresso Nacional não reúnem condições efetivas de se concretizarem. Diferentes razões ratificam essa constatação. Em função da complexidade que envolve esse tema, convém dar notoriedade aos elementos mais representativos:

a) o surgimento de novos territórios estaduais no Brasil não integra na agenda preferencial das duas casas do parlamento brasileiro. Esse tema possui pouca visibilidade no meio político. Essa baixa percepção de importância contribui para a existência de escassas discussões sobre critérios técnicos a serem empregados em casos de criação de novas unidades federativas.

b) a criação de novas unidades federativas no Brasil também não é um tema amplamente discutido pela sociedade, salvo em raras oportunidades, a exemplo da consulta plebiscitária ocorrida no Pará em 2011. Mesmo em espaços nos quais se presume a existência de pessoas mais interessadas a debater esse assunto, como as casas políticas, a academia e a imprensa, não se observa grande predisposição a diálogos sobre essa abordagem, salvo alguns raros entusiastas.

c) a literatura consultada não identificou propensão de mudança no atual regramento jurídico sobre eventuais criações de novos territórios subnacionais. Atualmente, esses dispositivos legais outorgam maior peso a colégios eleitorais de maior contingente populacional no interior das unidades federativas. Em geral, tais extensões abarcam as capitais estaduais e suas cercanias. Tradicionalmente, essas áreas são menos predispostas a ratificar desmembramentos de seus respectivos territórios subnacionais. A tentativa de divisão do território do Pará em 2011 reforça esse argumento.

d) há insegurança jurídica em questões inerentes à criação de novos territórios subnacionais no Brasil. Até o momento, não foram elaborados dispositivos infraconstitucionais fundamentais para pacificar questões relevantes, a exemplo de: a) critérios de escolha de novas capitais estaduais; b) partilha de receitas oriundas de transferência legal; c) parâmetros técnicos consensuais capazes de definir a extensão dos territórios de novos entes subnacionais.

e) os artigos 234 e 235 da Constituição de 1988 criaram impedimentos transitórios para a majoração expressiva de dispêndios públicas em novos entes subnacionais. Ainda assim, tais “freios e contrapesos” não impossibilitam o surgimento de órgãos nessas novas unidades federativas. Atualmente, as despesas geradas por estruturas burocráticas são alvo de críticas contundentes de vários tomadores de decisão com mandato no Congresso Nacional. A criação de mais órgãos em novos estados tende a acentuar o tom de desaprovação em discursos contrários ao surgimento de novos territórios estaduais.

f) a consuetudinária instabilidade econômica brasileira costuma retardar a tramitação e votação de assuntos relacionados a temas não emergenciais, a exemplo de pautas que tratam da criação de novos entes subnacionais. Em períodos de crise, propostas com prognóstico de majoração de despesas públicas encontram resistência no executivo federal e em uma parcela do parlamento nacional. Enquadram-se nessa condição os projetos sobre a criação de novas unidades federativas no Brasil.

g) atualmente, as estratégias de convencimento adotadas por poucos entusiastas da criação de novos entes subnacionais possuem baixa eficácia, pois estão direcionadas a “pregar a convertidos”, ou seja, focam as populações de extensões mais “simpáticas” à causa emancipacionista subnacional, a exemplo dos municípios aspirantes a se tornarem capitais estaduais. Para alcançarem os seus objetivos, esses mobilizadores deveriam dirigir esforços para persuadir eleitores de colégios eleitorais mais populosos. Tradicionalmente, esses últimos tendem a votar pela rejeição da criação de novas unidades federativas, sobretudo por receio de perder influência sobre áreas mais distantes e menos povoadas.



h) melhorias em processos de descentralização administrativa executados por governos estaduais tendem a reduzir a “sensação de abandono” de áreas mais afastadas do centro de poder. Se essa propensão identificada por Silva (2011) se mantiver nos próximos anos, é provável que o “emancipacionismo subnacional” venha a arrefecer, pois o argumento de não atendimento de demandas da população situada em extensões mais afastadas das capitais estaduais desaparecerá gradativamente.

## REFERÊNCIAS

BOUERI, Rogério. Custo de Funcionamento das Unidades Federativas Brasileiras e Suas Implicações Sobre a Criação de Novos Estados. **Revista de Estudos Paraenses**, v. 1, p. 145-166, 2008.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: INÁ, Elias de Castro; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (org.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.

CAZZOLATO, José Donizete. **Novos Estados e a divisão territorial do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

CAZZOLATO, José Donizete. O Embate Paraense e a Agenda Territorial. In: FONSECA, Antônio Ângelo Martins da; BRITO, Cristovão; PERTILE, Noeli; CALDAS, Alcides dos Santos (org.). **Estado, território e a dinâmica das fronteiras: reflexões e novos desafios**. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013, v. 1, p. 207-230.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Criação de estados federados**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

NUNES, Débora Aquino. TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. TRINDADE, Gesiane Oliveira da. Cidades médias na Amazônia brasileira: da centralidade econômica à centralidade política de Marabá e Santarém (Estado do Pará), *Confins* [Online], 29 | 2016, posto online em 25 nov. 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/11376>. Acesso em: 30 jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.11376>.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasil profundo” em tempos de crise. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 8, n. 2, jul.-dez. 2016.

SILVA, Antônio Esmerahdson Pinho da. **A invenção do Maranhão do Sul enquanto projeto de desenvolvimento regional**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Santa Cruz do Sul: UNISC, 2011.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. SILVA, Maria Dolores Lima da. Discursos divisionistas e criação de novos estados no Brasil: impactos no arranjo federativo. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.13, n.2, maio-ago. 2018.

# A INTERNET COMO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: USO DAS MÍDIAS SOCIAIS NOS PROCESSOS DE ESCOLHA DE REPRESENTANTES POLÍTICOS

Viviani Corrêa Teixeira<sup>26</sup>

## INTRODUÇÃO

Com o uso da Internet para as finalidades políticas, a ideia de distância diminui, pois nas redes sociais virtuais os representados podem interagir com seus representantes, assim com os representantes podem interagir com os representados. Em redes sociais como o Twitter, Facebook, Instagram é possível “dialogar” diretamente, sem a necessidade de deslocamento físico, agendamento prévio, etc. Outro fator marcante no uso político da internet é a possibilidade da transparência, nos sites, páginas e canais de comunicação/interação é possível disponibilizar informações sobre gastos públicos, atividades parlamentares, agenda de trabalho e parcerias. Além das possibilidades elencadas, os usuários das mídias sociais podem promover a divulgação de processos escolha, planos de governo, campanhas eleitorais, como veremos no texto que segue.

## DESENVOLVIMENTO

As reflexões sobre as possibilidades que a Internet<sup>27</sup> tem de colaborar no aperfeiçoamento da experiência de participação dos cidadãos no sistema político e seus impactos no processo democrático,

---

<sup>26</sup> Doutora em Sociologia Política (UFSC). Professora (IFC). CV: <http://lattes.cnpq.br/7959403211618013>

<sup>27</sup> Quando nos referirmos a Internet, estaremos nos referindo ao conjunto de Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs usados para troca de mensagens, postagem de conteúdos, compartilhamento de notícias, espaços para reações e comentários; divulgação de ideias, produtos e serviços on line; Comunicação e interação usando redes eletrônicas (O que pode ser definido como mídias sociais).

divide opiniões. De um lado encontram-se os ciberotimistas e de outro, encontram-se os ciberpessimistas.

Os otimistas acreditam nas possibilidades de re-“construção” da democracia propiciada pelos meios tecnológicos e que o uso da tecnologia ajudará a acabar com a crise de representação que as democracias enfrentam atualmente. Nesta visão, através dos meios eletrônicos é possível a participação de todos em plebiscitos, referendos e demais tipos de escolhas, pois com o uso do voto pela Internet, todos podem votar sem se deslocar ou sobrecarregar espaços físicos.

Na linha dos fortes autores teóricos otimistas “ciberotimistas” estão Pierre Levy, Nicholas Negroponte, Howard Rheingold, Joel Rosnay. Esses autores apostam suas perspectivas em torno de uma mediação democrática realizada via computador, para eles as ferramentas da Internet possibilitam uma maneira diferente de lidar com a informação, permitindo maior relação com a informação e com os emissores de mensagens, distanciando-os das medias tradicionais. Essa outra lógica de comunicação proporcionaria a criação de um novo ambiente político, com novas possibilidades de igualdade e oportunidades democrática, pois a facilidade de acesso a informação aproximaria as pessoas umas das outras e das instituições.

No lado dos autores pessimista “ciberpessimistas”, indo totalmente contra as apostas dos otimistas, encontra-se Paul Virilio e Jean Baudrillard, para eles a Internet não trará nada de novo em relação às possibilidades democráticas, muito pelo contrário, continuará beneficiando as pequenas elites, por possuírem maiores disponibilidade de recursos tecnológicos e utilizarem melhor as fontes de informações e comunicação oferecidas pela Internet. Acreditam também que esse novo meio irá colaborar ainda mais para uma maior estratificação da sociedade e que formas de controle e dominação, vivenciados nas relações presenciais serão estendidas ao ciberespaço

É possível observar problemas conceituais nas posições dos otimistas e dos pessimistas. Os otimistas pecam por esperar demais

dos meios de comunicação, induzindo que o modo de comunicação ou a mediação tecnológica seriam (eles mesmos) construtores de novas possibilidades democráticas. Já os pessimistas pecam por acreditar que as instituições são fixas e imutáveis cabendo as esferas do estado nação todo o controle e poder sobre os meios de comunicação, interferindo na relação entre pessoas e instituições.

Para entendermos melhor a relação da Internet com o processo democrático é necessário certo distanciamento das duas posições (cibrotimista e ciberpessimistas), para tanto, adotaremos uma via menos dicotômica devido à complexidade do tema, faremos uma análise da Internet sem colocá-la em um “campo” isolado (da tecnologia, exclusivamente), pois a Internet como uma criação humana pode incorporar e refletir nela aspectos humanos, desse modo torna-se interessante compreender como as pessoas e instituições se utilizam da Internet, aproveitando-a ou não como um espaço ou ferramenta democratizante.

Alguns autores como Arunachalam (2005), salientam que algumas TICs são negativas e positivas ao mesmo tempo. Ele entende que determinadas tecnologias tendem a ampliar as desigualdades e favorecer os que as adotam primeiro, excluindo aqueles que chegam depois, mas a Internet se diferencia destas, porque graças ao fluxo de informações livre e desimpedido que facilita, apresenta-se como uma tecnologia democratizante, por transformar o acesso às informações em um campo de ação. Também para Fishkin (2002, p. 17) as possibilidades democráticas podem ser influenciadas pelas novas tecnologias, pois elas têm a capacidade de transformar o modo pelo qual as pessoas, em grande quantidade, se comunicam e interagem. O resultado disso seria a criação de novas possibilidades para a configuração institucional de “potenciais” reformas democráticas, em virtude dos possíveis mecanismos institucionais de consulta de opinião pública.

Desse modo, o que aparentava ser somente um moderno meio de comunicação, proporcionou a ascensão de uma dimen-

ção social e política diferenciada, possibilitando o envolvimento público nas questões políticas:

Além da prática da conectividade isolada do usuário da rede, a internet proporciona, uma forma de conexão “coletiva”. Isso ocorre desde a troca de e-mails numa base cidadão-cidadão, chats, grupos eletrônicos e listas de discussão sobre questões específicas até as amplas conferências virtuais. Nesse sentido, a internet mostra-se como um importante lugar, uma arena conversacional, na qual o espaço se desdobra e novas conversações e discussões políticas podem seguir o curso. A internet reduz os custos da participação política e pode proporcionar um meio de interação através do qual o público e os políticos podem trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, contextualizada, rápida e sem obstáculos burocráticos (MAIA, 2002. p. 47).

No ambiente tecno social, existe a possibilidade da transposição de fronteiras<sup>28</sup> e o fortalecimento do “elo” de ligação entre algumas relações que seriam praticamente impossíveis de se realizar fora desse meio:

por todo o mundo, porém, particularmente no mundo em desenvolvimento, centenas de experiências menos conhecidas puseram on-line os interesses, preocupações, valores e vozes de cidadãos, até então isolados uns dos outros e de suas instituições locais (CASTELLS, 2003, p. 119).

Diferentemente das relações sociais presenciais, nas quais alguns grupos sofrem coerção física, econômica, política e cultural que os impede de expressar opiniões e manifestar necessidades, a Internet os revela, os coloca como protagonistas da própria história, sem mediação ou edição.

---

<sup>28</sup> Como em alguns casos de pessoas que conseguiram transpor as barreiras impostas por governos autoritários como é o caso de Cuba, China, alguns países do Oriente Médio, tais como Egito e Líbia e dos conflitos ocorridas nos últimos meses entre Rússia e Ucrânia.

Analisando pelo aspecto da superação de barreiras, limites e oportunidades de angariar demandas, é possível visualizar no ambiente tecno social um novo “espaço público<sup>29</sup>”, aberto ao diálogo:

o espaço público nunca foi uma realidade homogênea e compartilhado universalmente. Pelo contrário, ele sempre foi multifacetado e formado por várias camadas de grupos e organizações, a maioria relativamente fechados (sejam grupos religiosos, maçônicos, políticos, sindicais etc.). O novo espaço público constituído pela Internet tende a destruir o caráter relativamente “reservado” das diferentes agrupações e redefine as fronteiras entre o público e o privado (SORJ, 2006, p. 14-15).

Nesse novo espaço, informações de caráter reservado ou privado ganham dimensões públicas, como exemplo disso podemos destacar a coletadas de dados (independente de autorização) postadas em web sites e contas pessoais de usuários, que algumas empresas fazem sobre os candidatos a empregos. A partir da análise das informações que eles mesmo colocam a seu respeito, as empresas podem ter um conhecimento prévio sobre as preferências, experiências e habilidades dos candidatos, e, com isso construir o perfil dos mesmos.

Outro exemplo, é a publicação de documentos confidenciais do governo americano pelo site wikileaks no ano de 2010, as informações que até então permaneciam em absoluto sigilo, foram levadas ao público para que tirasse suas conclusões sobre algumas resoluções tomadas por seus representantes políticos. É possível desse modo afirmar que, o compartilhamento via Internet de informações pessoais e contidas no interior dos grupos e organizações rompe com os limites do que é privado.

Bezerra e Jorge (2010) destacam que a distância entre representantes e representados e os custos da informação política servem como obstáculos para a participação ativa dos cidadãos na vida polí-

---

<sup>29</sup> O conceito de espaço ou esfera pública referido aqui, é o âmbito social no qual são debatidos temas relativos à coletividade.

tica de seus respectivos países. Porém, com a Internet aumentaram as probabilidades de divulgação de informações, ampliaram-se as formas de controle dos agentes estatais e criaram-se expectativas quanto à ampliação da participação política dos cidadãos.

As TICs oferecem oportunidades dos serviços *on line* serem incorporados às reformas administrativas, capacitando as administrações públicas para poderem lidar com desafios de uma atmosfera cada vez mais complexa, incerta e mutante. Um desses desafios relaciona-se com a crise de legitimidade que afetou a democracia e o governo. A busca de novas formas de cooperação entre as TICs pode ser catalisadora da mudança de enfoque dos serviços públicos, em direção a um modelo dirigido ao povo, com maior qualidade, mais personalizado, holístico, efetivo, criativo e pode amparar novos modos de criação de redes sociais e políticas e novas formas de participação democrática (FREY, 2002, p. 147).

De fato, se bem aproveitada, a rede social virtual pode servir para posicionar a sociedade civil frente aos agentes do sistema político, e exigir destes uma posição mais efetiva em prol das suas necessidades e potencialidades, pois com a democratização da informação e a velocidade na comunicação existe a possibilidade dos sujeitos tomarem consciência dos temas vigentes na sua comunidade, localidade ou até mesmo dentro da globalidade, com isso, eles têm a chance de agir na direção das possíveis mudanças e colocar suas prioridades, dúvidas e sugestões em um espaço público amplo, com maior visibilidade e rapidez nas respostas:

os recursos interativos da Internet, ao aprofundar a interação cotidiana entre pessoas distantes umas das outras - um processo característico do desenvolvimento mais geral das telecomunicações neste século - diminuem a distância efetiva entre as pessoas, aproximando-as e dando a impressão de vivermos em uma enorme aldeia composta por todos os internautas do planeta. Por um lado, a agilidade, o custo reduzido e os novos recur-

so comunicativos das interações via Internet, quando aliados à impessoalidade característica da comunicação eletrônica, incentivam as pessoas a expandirem suas redes de interação cotidiana para além do círculo de pessoas com quem normalmente se comunicavam através de contatos ao vivo, por telefone ou por cartas. Por outro lado, essas novas interações via comunicação eletrônica tendem a ser mais horizontais sem decorrência da ausência de enlces institucionais as mediando. Dessa maneira, o globo terrestre parece tornar-se uma grande aldeia e, ao mesmo tempo, o círculo mais próximo de interações de cada pessoa se globaliza (EISENBERG, 2003, p. 497).

A Internet possibilita que pessoas de localidades distantes se comuniquem com baixo custo e sem os entraves das comunicações tradicionais os mediando, com isso a comunicação passa ser mais horizontalizada, aumentando o ciclo de contatos de uma pessoa e estendendo as ligações locais para globais e vice versa. Desse modo, discussões em torno de problemas ou necessidades de um bairro em determinado país, podem ser compartilhados com experiências internacionais, aparentando a ideia de que todas as pessoas que estão conectadas a Internet vivem em uma mesma comunidade.

Para Eisenberg (2003) a prolífera tematização de debates públicos nas listas de discussão da rede se assemelha a organização dos espaços públicos urbanos, onde as pessoas se encontravam para discutir diversos assuntos sem a mediação dos meios de comunicação de massa que marcaram a experiência urbana do pós-guerra. Em certos aspectos, a Internet implantaria mecanismos de debate que conservariam determinado grau de independência em relação às mediações impostas pela mídia, promovendo uma relativa recuperação de uma esfera pública nos moldes dos cafés e praças característicos do século XVIII, cujo declínio estaria vinculado ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa.



Nesse caso, a Internet surgiria para resolver o problema do distanciamento das pessoas das causas públicas, ocasionados pelos meios de comunicação de massa. Em vez de importantes debates sobre causas públicas serem mediados por grandes meios de comunicação de massa, passam a ser realizados diretamente pelas pessoas, nos espaços para avaliação de produtos, serviços, organizações, instituições e estabelecimentos comerciais; nos canais para manifestações; nos espaços para comentários e demais reações nas redes sociais; nas listas de contatos de aplicativo de mensagens; nos grupos de interesses conectados via páginas<sup>30</sup> de redes sociais, em postagens nas páginas das redes sociais.

Bernardo Sorj (2006, p. 02), destaca que a www e o e-mail permitiriam a criação de novos mecanismos de relacionamento entre as instituições públicas e os cidadãos, favorecendo a transparência na execução dos orçamentos públicos acessíveis on line, facilitando trâmites e reclamações sobre serviços, disponibilizando informação e sugerindo novas formas de organização dos serviços públicos. Mas, sobretudo, as novas tecnologias da comunicação abririam a possibilidade de uma nova forma de participação cidadã, horizontal, independente das grandes estruturas políticas e organismos de comunicação de massas. Afinal cada indivíduo poderia ter voz ativa na construção de um espaço de opinião pública realmente democrática. A Internet seria particularmente relevante para o desenvolvimento da sociedade civil, pois permitiria a criação de redes flexíveis, a rápida mobilização para campanhas ad hoc, distribuição de informação alternativa e facilitaria a criação de redes nacionais e internacionais de militantes não-filiados às estruturas políticas tradicionais.

Castells (2003, p. 135) destaca que a Internet encerra um potencial formidável para a expressão dos direitos dos cidadãos e a comunicação de valores humanos. Certamente não poderá substituir a mudança social ou a reforma política. Mas ao nivelar relativamente o terreno da manipulação simbólica, e ao ampliar as fontes de comu-

---

<sup>30</sup> Entre essas páginas estão Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, TikTok, etc.

nicação, colaboraria para a democratização. A Internet colocaria as pessoas em contato numa ágora pública, para expressar suas aflições e compartilhar suas esperanças.

Ela seria um novo espaço, com características que podem ampliar e dinamizar valores e direitos humanos através de fontes de comunicação alargadas, isso colocaria as pessoas para dialogarem umas com as outras em uma grande arena pública, sem os grandes perigos da manipulação simbólica exercida em outros meios de comunicação.

Como ressalta Norris (2000), uma questão-chave na avaliação do papel das tecnologias digitais para a democracia é saber quanto os governos e a sociedade civil aproveitam as oportunidades oferecidas pelos novos canais de *informação* e *comunicação* para promover e fortalecer as instituições centrais de representação que unem os cidadãos e o Estado. As oportunidades para participação do público e o engajamento cívico geradas com as novas tecnologias são importantes, principalmente pela capacidade que a Internet tem de permitir acesso a informações sobre a promoção da transparência, abertura e responsabilização de agências governamentais a nível nacional e internacional, e fortalecer os canais de comunicação interativa entre esses agentes.

Tanto os governos como os cidadãos podem fazer uso das tecnologias, mas para que ela realmente atenda os fins democráticos, é necessário aproveitar seus canais de comunicação para fortalecer o elo entre essas duas esferas da sociedade, por meio da interatividade, da transparência das ações do poder público, também como um lugar onde as pessoas possam expressar suas demandas e fazer cobrança a seus representantes sem as dificuldades até então impostas por limitações de tempo e espaço.

## CONSIDERAÇÕES

Dentro da ótica dos usos políticos da Internet podemos pensar os processos eleitorais. As campanhas eleitorais anteriores ao advento da Internet aconteciam especialmente de forma local: devido às grandes

distâncias físicas, a comunicação demorava uma boa fração de tempo para chegar de uma cidade a outra, com o uso da nova ferramenta os processos políticos eleitorais adquiriram novas possibilidades, devido à disponibilidade de acesso a informações textuais e digitais. A comunicação passa a acontecer praticamente em tempo real e, em larga escala, passando do alcance local a quase global. Informações que levariam dias ou meses para circular de um grupo a outro chegam praticamente instantaneamente com o aperfeiçoamento das técnicas comunicacionais, criando novas oportunidades de atuação e participação dos eleitores no processo político eleitoral:

em uma das mais singulares e marcantes campanhas eleitorais da história republicana brasileira, iniciativas na web sem vínculo partidário ajudaram o cidadão a participar da vida pública e fiscalizar a classe política. São ferramentas digitais que invertem o eixo da participação na vida pública: de simples receptores das mensagens de políticos e partidos, os cidadãos passam a ter voz ativa na organização de suas demandas. O trabalho que antes exigia papel, telefone, carros de som e horas de reuniões hoje pode ser feito em poucos cliques – de listar problemas do bairro a monitorar o trabalho e as propostas de deputados e senadores em Brasília (LUZ, 2010, p. 19).

Apresenta-se nesse novo aspecto um modo distinto de atuação dos eleitores no processo eleitoral. Diferente dos processos eleitorais anteriores ao advento da Internet onde eleitores e candidatos tinham dificuldade de dialogar em um espaço público comum, as redes sociais via Internet podem auxiliá-los nessa interação.

As emergentes estruturas de oportunidades políticas através da Internet poderão se revelar mais adequada para alguns. Como exemplo, a Internet poderia plausivelmente proporcionar uma melhor ferramenta de comunicação de campanha para os partidos menores, do que os meios de comunicação tradicionais, como jornais, rádio e televisão. Por facilitar

a efetiva ligação global em rede, a cooperação das ONGs transnacionais além das fronteiras, fornece amplo acesso às informações como documentos oficiais, propostas legislativas, fortalecer a comunicação interna entre as organizações partidárias e promover maior ativismo cívico e engajamento entre os cidadãos comuns (NORRIS, 2000).

A Internet como um meio de comunicação, informação e interação não tem autonomia para criar ou expandir as redes sociais, nem mobilizar os eleitores a participarem de uma campanha eleitoral, mas operacionaliza a troca de informações e a comunicação entre eleitores, e entre estes e candidatos auxiliando na promoção de debates. Existem exemplos de redes sociais construídas no plano virtual que obtiveram grande alcance nacional e internacional e também se materializaram no mundo real, tais como a divulgação das propostas em campanhas eleitorais.

A campanha eleitoral presidencial<sup>31</sup> de 2018 e de 2022 no Brasil, demonstrou esse poder de mobilização e participação de eleitores no processo de escolha eleitoral, nesses dois períodos eleitorais, foi possível observar o engajamento de seguidores e a amplitude das ações de comunicação/informação, onde inúmeras possibilidades da comunicação digital foram exploradas. Tanto em 2018 como em 2022 os candidatos mais bem votados, são também os que tem o maior número de seguidores nas redes sociais.

Cabe ressaltar aspectos relevantes na interação ou comunicação nas redes sociais virtuais ou via Internet aplicado a campanha eleitoral: a

No ambiente virtual existe a opção de se criar um novo *ser* virtual ou uma nova identidade, ou seja, as pessoas serão aquilo que projetam ou querem ser, diferenciadas ou não da realidade. Tanto a identidade virtual como as relações dessa nova identidade virtual

---

<sup>31</sup> Os dois candidatos mais bem votados para o primeiro e segundo turno em 2022, somam juntos mais de 85 milhões de seguidores entre Facebook, Instagram, Twitter, TikTok e YouTube\*.

\*Lula tem mais de 27 milhões de seguidores em suas redes sociais e Bolsonaro 58 Milhões de seguidores. Dados coletados pela autora em 05/06/2023.

podem ser administradas ou alimentadas por outrem, do mundo real, não necessariamente seu criador.

Além da construção de identidades nas relações sociais virtuais, é importante salientar que os notáveis aspectos transformadores e criativos atribuídos às redes sociais via Internet se referem a infinidade de desdobramentos que a própria Internet pode oferecer à expressão intelectual, de valores simbólicos e culturais, aspirações, anseios e conhecimentos humanos:

haveria o predomínio da lógica de redes, esta lógica, característica de todo tipo de relação complexa, pode ser, graças às novas tecnologias, materialmente implementada em qualquer tipo de processo, tais como a flexibilidade, pois a tecnologia favorece processos reversíveis, permite modificação por reorganização de componentes e tem alta capacidade de reconfiguração; crescente convergência de tecnologias, principalmente a microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, computadores, mas também e crescentemente, a biologia. O ponto central aqui é que trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam as categorias segundo as quais todos os processos são pensados (WERTHEIN, 2000, p. 71).

Isso inclui os processos políticos eleitorais, pois auxilia nas possibilidades de participação social e política coletiva na rede virtual, e se nutre de seus próprios participantes através da interação e da informação, principalmente.

Atualmente, na era da comunicação digital, eleitores e candidatos podem ter “perfis” ou “avatars” na rede social virtual. Em redes como o Facebook, Twitter, Instagram, eleitores e candidatos podem compartilhar o mesmo espaço, usar este mesmo lugar para comunicar suas percepções, construir ou desconstruir imagens.

A Internet e suas mídias não se restringem a determinados modelos de democracia, ou determinado tipo de público ou cultura. Ela tanto pode ser usada por cidadãos como pelo Estado. As redes sociais virtuais principalmente, se constituem como uma “ambiente” propício para a relação direta entre representantes e representados (cidadãos e Estado), pois todos que participam desse espaço podem se expressar. Essa característica fomenta a ideia que as redes sociais virtuais se constituem como grande “espaço público de debate”.

## REFERÊNCIAS

- Arunachalam, S. Acesso público à Internet. In: Ambrosi, A.; Peugeot, V.; Pimienta, D. (Orgs.). **Desafios de palavras**: enfoques multiculturais sobre as Sociedades da Informação. Paris: C & F Éditions, 2005.
- Bezerra, H. D.; Jorge, V. L. Democracia digital e participação política no Brasil. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/component?option=com\\_docman/task/doc\\_download/gid,192/Itemid,85/2009](http://www.anpocs.org.br/portal/component?option=com_docman/task/doc_download/gid,192/Itemid,85/2009)>. Acesso em: 02 nov. 2010.
- Castells, M. A galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- Eisenberg, J. Internet popular e democracia nas cidades. Revista Informática pública. Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/bdbcomp/servlet/Autor?id=8917>>. Acesso em: 22 fev. 2011.
- Eisenberg, J. Internet, Democracia e República. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 491-511, 2003.
- Levy, P. O que é o virtual?. São Paulo: Editora 34, 1996 (1. reimpressão).
- Luz, E. M. Do BBB, Twitter, Orkut ao CQC: progressos, problemas e possibilidades rumo à concretização da ciberdemocracia brasileira. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/component?option=com\\_docman/task/doc\\_download/gid,192/Itemid,85/2009](http://www.anpocs.org.br/portal/component?option=com_docman/task/doc_download/gid,192/Itemid,85/2009)>. Acesso em: 02 nov. 2010.
- McLuhan, H. M. Os meios de Comunicação como Extensões do Homem. Tradução de Décio Pignatari. SP.: Culturix, s/d,1964.
- Norris, P. Digital divide, civic engagement, information poverty, and the Internet Worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Sorj, B. Internet, espaço público e marketing político: entre a promoção da comunicação e o solipsismo-moralista. Disponível em: <[www.centroedelstein.org.br](http://www.centroedelstein.org.br)>. Acesso em: 05 abr. 2011.

Sorj, B. Sociedade da informação e divisão digital- uma introdução. Disponível em: <[eprints.rclis.org/bitstream/10760/12075/1/Information\\_Societies\\_and\\_Digital\\_Divides\\_reading.pdf](http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/12075/1/Information_Societies_and_Digital_Divides_reading.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2011.

Wertheim, J. A sociedade da informação e seus desafios. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

# POLÍTICA EXTERNA E REFUGIADOS: UMA ANÁLISE DO BRASIL NA PRIMEIRA ERA LULA (2003-2010)

Alice de Carvalho Nogueira<sup>32</sup>

## INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o aumento do fluxo de pessoas através das fronteiras dos Estados, seja por motivos voluntários ou forçados, adquiriu relevância no ambiente internacional. O fenômeno engloba diversas questões que abrangem desde conflitos armados e seus desdobramentos em termos de paz, até as intrincadas dinâmicas econômicas e financeiras em âmbito global. Para além, o assunto se estende às tensões que permeiam as divisões culturais entre o ocidente e o oriente, bem como às perspectivas filosóficas divergentes acerca dos direitos individuais em contraposição aos direitos do Estado (TEITELBAUM, 1984). Neste cenário, a compreensão e a gestão dos fluxos migratórios surgem como uma questão eminentemente política, e fundamental para a garantir e fortalecer o protagonismo dos países em fóruns regionais e multilaterais.

As migrações podem ocorrer seja por fins econômicos, em busca de melhores empregos e qualidade de vida; ou como consequência do deslocamento forçado, resultado das mais diversas formas de perseguição e em busca de segurança. O segundo grupo citado será o foco deste capítulo, no desenvolvimento de uma análise que relaciona as políticas migratórias para refugiados ou deslocados forçados com a política externa dos países envolvidos. A partir da revisão de literatura, podemos afirmar que as políticas relacionadas à migração podem ser caracterizadas como formas de política externa (REIS, 2011; TEITEL-

---

<sup>32</sup> Mestranda em Relações Internacionais (UERJ). CV: <http://lattes.cnpq.br/2013409818595988>



BAUM, 1984). Em outros termos, a questão da política para refugiados, estabelece uma ligação intrínseca entre as esferas doméstica e externa, configurando-se como uma interação dos múltiplos interesses presentes em ambos os âmbitos (MOREIRA, 2015).

No contexto dos movimentos migratórios internacionais, o tema dos refugiados ganhou uma proeminência significativa ao trazer à tona a fragilidade do entre fronteiras. O objeto de análise neste capítulo é o Brasil, no qual a adesão ao regime internacional dos direitos humanos, e ser signatário dos principais acordos sobre o tema, são pontos que perpassam a história do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o Itamaraty. Dessa forma, o período a ser analisado, será o do governo Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2010, no qual, em função de um projeto político de inserção do Brasil no cenário internacional, políticas para refugiados foram implementadas e/ou impulsionadas (MILANI, 2011). Os anseios de projeção internacional e regional do país da época são vistos em diversos eixos da sua política externa, e no que se refere ao âmbito dos direitos humanos, as políticas para refugiados estão em sua base.

No país, as afirmações de leis voltadas ao tema, os projetos de integração e o diálogo constante com órgãos internacionais, como o Alto-comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e organizações da sociedade civil, como a Cáritas Arquidiocesana, tornam o tema ativo no debate público e acadêmico. Portanto, o presente trabalho tem como objeto de estudo a política relativa aos refugiados nos dois mandatos do presidente Lula da Silva (2003-2010) e suas conexões com a política externa do período. Neste contexto, este estudo visa agregar reflexões ao tema, e para os devidos fins, problematiza a seguinte questão: qual o direcionamento da política externa brasileira em relação aos refugiados referente aos anseios de inserção estratégica regional do Brasil? Seu argumento, apresenta-se à luz da hipótese de um projeto de política externa em prol da inserção do Brasil no cenário internacional, no qual políticas para refugiados foram implementadas e/ou impulsionadas para afirmar sua posição de liderança humanitária regional.

Com vistas a cumprir seu objetivo, o capítulo está dividido em três seções, além da introdução e da conclusão. Primeiro, apresenta-se o critério para compreender a ligação entre política externa e a política migratória para refugiados, por meio das conexões expostas por Michael Teitelbaum (1984). Em seguida, faz-se um breve histórico da política para refugiados no Brasil, evidenciando como ocorreu sua institucionalização. Por fim, na terceira parte, a relação entre as diretrizes de política externa do governo Lula e o impulso às políticas de refúgio é traçada. Para a realização do estudo, optou-se por bibliografias tradicionais às Relações Internacionais e a política externa.

## **POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA MIGRATÓRIA PARA REFUGIADOS**

As estreitas relações entre a política externa e a política migratória adquiriram grande relevância para diplomacia a partir da década de 1980 por dois principais fatores: a transformação gradual no tamanho e na natureza dos movimentos internacionais, e as séries de crises internacionais humanitárias e migratórias que trouxeram clareza para tais padrões (TEITELBAUM, 1984). Conforme aborda Reis (2011), o aumento na circulação de pessoas se tornou uma característica incontornável do mundo contemporâneo, o que torna a administração das tensões e conflitos decorrentes desses movimentos uma das principais questões políticas da nossa era. A necessidade de regulação levou a criação de diversos “instrumentos de política externa altamente codificados”, vistos a partir de mecanismos, como tratados formais entre Estados, convenções e protocolos (TEITELBAUM, 1984, p. 437).

A Convenção de Genebra em 1951 promulgada no âmbito das Nações Unidas, formaliza as preocupações migratórias no cenário internacional e traz proeminência a questões relativas ao refúgio. O documento estabelece a definição jurídica de refugiados, vistos como: migrantes internacionais forçados, os quais encontram-se fora de seu país de origem devido a fundado temores de perseguição relaciona-

dos a questões de raça/etnia, opinião política, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social, e não possam ou não queiram retornar a proteção de tal país<sup>33</sup>. O órgão para lidar com o tema, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), foi criado no mesmo período.

Os acordos internacionais sobre o tema buscam estabelecer critérios para decisões de pedidos de refúgio e as obrigações dos Estados em relação aos refugiados (TEITELBAUM, 1984). Salienta-se, que a disposição vista como mais relevante e fundamental por diversos atores é a obrigação de não devolução. Isto é, a segurança ao indivíduo de que ele não será devolvido ao seu país de origem se este estiver sob a condição de um “fundado temor de perseguição”. Este ponto, é a principal proteção para refugiados de boa-fé que estão fugindo de perseguições as quais põem suas vidas em riscos — mas, também, é o principal incentivo a imigrantes irregulares a reivindicarem o status de refugiado (TEITELBAUM, 1984).

A soberania estatal enfatiza que os Estados não são obrigados a fornecer auxílio ou asilo a refugiados que chegam aos seus territórios, o que ressalta a influência dos interesses políticos nas decisões relacionadas ao tema em cada legislação. Conforme Reis e Moreira (2010, p. 21), “toda a lógica e dinâmica inerente à questão dos refugiados tem como engrenagem a esfera política do Estado-nação e as relações entre Estados e organizações no cenário internacional”. Isto é, a concessão de refúgio é um ato soberano do Estado, que decorre da atribuição estatal referente ao controle territorial e de sua fronteira. Logo, traduz-se em uma decisão política, firmada em interesses políticos (REIS; MOREIRA, 2010).

O peso da política externa ganha destaque à medida que os fluxos migratórios se originam em ambientes de instabilidade política interna que geram repercussões regionais e/ou internacionais (MOREIRA, 2015). A admissão de refugiados pode servir a fins estratégicos para

---

<sup>33</sup> Em 1984, a Declaração de Cartagena ampliou a definição, ao inserir também a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.

descredibilizar Estados adversários, como foi visto no acolhimento de países ocidentais a pessoas provenientes de países comunistas no contexto da Guerra Fria. Ou para promoção própria de uma imagem de país acolhedor e que age em prol dos Direitos Humanos, principalmente em Estados que pretendem superar experiências passadas. Em outros termos, os aspectos relacionados à política externa guiam as respostas dos países receptores na elaboração e promulgação de medidas humanitárias (TEITELBAUM, 1984; MOREIRA, 2015).

Os interesses de política externa podem ser vistos em elementos estratégicos, políticos, ideológicos e de segurança (TEITELBAUM, 1984). Esses interesses são delineados pelos atores internos, alinhados às forças políticas predominantes e consideram, além dos aspectos políticos, fatores econômicos, sociais, culturais e demográficos em suas análises. A busca por soluções em relação aos refugiados envolve, assim, uma perspectiva ampla, que transcende fronteiras geográficas e considera a relevância dos interesses estratégicos nacionais, bem como os aspectos políticos, ideológicos e de segurança envolvidos. Além disso, a capacidade local de inserção é um ponto importante, assim como a receptividade por parte da comunidade receptora. Portanto, a política para refugiados conecta a política doméstica e a política externa, em uma interação complexa dos diversos interesses nos dois âmbitos (MOREIRA, 2015).

## **POLÍTICAS PARA REFUGIADOS NO BRASIL**

O Ministério das Relações Exteriores brasileiro possui uma tradição histórica de apoio e engajamento em questões relacionadas aos direitos humanos, tendo como um dos pilares a adesão e promoção de Convenções e instrumentos internacionais referentes ao tema. Os destaques podem ser vistos, principalmente, desde o processo de redemocratização do Estado e após a promulgação da Constituição de 1988 — nesta, se estabelece no art. 4 (inciso II) que os direitos humanos devem prevalecer nas relações internacionais do Estado (MILANI, 2011). Neste

contexto, a política para refugiados surge como uma das bases para as políticas de direitos humanos.

A legislação referente ao refúgio foi institucionalizada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), por meio da lei brasileira nº 9474/1997, a qual segue as definições estipuladas nos fóruns internacionais citados. A lei implementou também a criação do Comitê Nacional dos Refugiados (CONARE), como órgão ligado ao Ministério da Justiça e ao das Relações Exteriores, o qual conta com a participação do governo, de organizações da sociedade civil e o apoio das Nações Unidas, representada pelo ACNUR. O comitê age em prol de promover a integração local, e principalmente, em prover o reconhecimento ou não do status de refúgio dos deslocados forçados que chegam ao país. A concessão do status é considerada uma operação delicada, o que traz a importância da criação e da atuação do CONARE em estreita colaboração com a ACNUR, a fim de enquadrar a política brasileira nas normas internacionais de proteção aos refugiados (CERVO; LESSA, 2014).

A aprovação da lei para o refúgio concedeu ao Brasil o reconhecimento perante a ACNUR do seu papel de liderança na região latino-americana em questões relacionadas ao tema — “atualmente, os países da região encontram-se em diferentes estágios do processo de consolidação interna de seus compromissos internacionais. O Brasil tornou-se líder regional com a aprovação de uma lei de refugiados em 1997” (ACNUR, 2003, p. 8 apud JUBILUT, 2006). O Estatuto dos Refugiados foi resultado do Programa Nacional de Direitos Humanos, de 1996, e das forças políticas do período. Por um lado, foi um marco na tentativa de criar uma política pública de Direitos Humanos para refugiados, e por outro, um aspecto da política externa brasileira, quando observado na conjuntura do Marco de Reassentamento, elaborado em 1999 (SILVA, 2013).

A política internacional de reassentamento de refugiados — caracterizada como a transferência de refugiados entre o país acolhedor e o seu Estado-nação — foi um mecanismo introduzido com um papel complementar à proteção internacional, e no qual os Estados poderiam

demonstrar sua solidariedade perante ao ambiente internacional, isto é, uma possibilidade de propaganda de sua política externa (SILVA, 2013). No Brasil, o primeiro acordo firmado com a agência encarregada da ONU para a inserção do mecanismo foi em 1999, e inicialmente recebeu algumas famílias afegãs. Destaca-se, que o reassentamento foi previsto na lei nº 9474/1997, o Estatuto do Refúgio, e caracterizado de acordo com o artigo 46 desta, como:

Art. 46. O reassentamento de refugiados no Brasil se efetuará de forma planejada e com a participação coordenada dos órgãos estatais e, quando possível, de organizações não-governamentais, identificando áreas de cooperação e de determinação de responsabilidades.

O alto grau de imprevisto e a falta de especialização necessária, impediram que o efeito pretendido de impacto na política externa acontecesse, ou qualquer efeito político relevante (SILVA, 2013). Tal cenário mudou somente em 2004, com o programa de reassentamento de colombianos, como será tratado no decorrer do tópico seguinte.

## **A POLÍTICA PARA REFUGIADOS DO GOVERNO LULA (2003-2010)**

A primeira era do governo Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2010, buscou por meio de sua política externa (PE) a integração regional sul-americana, como meio para impulsionar o desenvolvimento nacional. A PE do período é caracterizada a partir da corrente autonomista — a qual o traço marcante é a defesa de uma projeção autônoma e proativa do Estado na política internacional — em busca da construção de uma liderança regional e a possível a ascensão para a posição de potência global (SARAIVA, 2013). A corrente de pensamento autonomista, busca, conforme indica Saraiva (2013, p. 66):

(...) uma reforma da dinâmica das instituições internacionais que proporcione espaços de atuação para o país. Com um comportamento baseado em um revisionismo

soft da ordem internacional, os autonomistas têm preocupações de caráter político-estratégico em relação ao embate Norte/Sul, e buscam uma aproximação com países emergentes que teriam características comuns com o Brasil. A construção da liderança regional e a ascensão para a posição de potência global são seus objetivos principais.

A integração regional era vista na ótica da existência de uma identidade própria da região, que deveria ser aprofundada em âmbitos políticos e sociais. Indo além, os autonomistas levaram o país a um movimento de fortalecimento da presença internacional como *global player* (SARAIVA, 2013).

Em relação ao governo anterior do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), as mudanças foram sentidas progressivamente entre os dois mandatos do presidente Lula — essencialmente, no que se refere às dinâmicas do processo decisórios e a forma de inserção internacional do país (SARAIVA, 2013). O período é caracterizado, a partir, da ideia de “autonomia pela diversificação”, no que se refere à estratégia de buscar novos parceiros e opções não tradicionais, conforme indicam Vigevani e Cepaluni (2007). As orientações de política externa tradicionais se mantiveram, como a cooperação, a construção da paz, a adesão aos regimes internacionais, a defesa dos Direitos Humanos, o respeito às organizações internacionais, e o fortalecimento das relações entre os países da região (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A ênfase nos Direitos Humanos durante o governo Lula, foi além das diretrizes de política externa, e surgiu também como pauta da política doméstica. Novos órgãos foram criados, o Programa Nacional de Direitos Humanos foi perpetuado, e ocorreram diversos investimentos na área social, em prol de erradicar a fome e a miséria (MOREIRA, 2015). No que se refere a políticas para refugiados, o tema já havia sido institucionalizado e tratado como política governamental no período anterior, no entanto, no período Lula a questão foi impulsionada. Tratar sobre a política em relação aos refugiados do governo citado, está

vinculado com a política migratória do mesmo período, por sua ligação com a política externa (MOREIRA, 2015). Conforme Reis (2011, p. 49) argumenta, as migrações internacionais se tornaram um tema estratégico nos fóruns e debates internacionais do século XXI, logo:

A maneira de compreender e lidar com as migrações internacionais tem relação direta com o objetivo de defender e assegurar o protagonismo do país em fóruns regionais e multilaterais, dentro de um contexto internacional em que o tema é cada vez mais importante e controverso. (REIS, 2011, p. 49).

Abordar sobre as migrações, principalmente, quando se referem aos refugiados e as questões dos direitos humanos, nos fóruns internacionais reforçou as diretrizes mais amplas da política externa brasileira do governo Lula. Em consonância com pontos, como: o questionamento da hierarquia internacional dentro dos organismos multilaterais, o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e a denúncia de injustiças em relação aos direitos humanos e ao desenvolvimento (REIS, 2011). Pode-se observar a afirmação de sua relevância no discurso da delegação brasileira proferido na 60ª sessão do Comitê Executivo do ACNUR em 2009:

O refúgio é uma política de Estado no Brasil. É um elemento importante da democracia brasileira e sua tradição de abertura. É um dos pilares da política de direitos humanos.

(...) Nós esperamos aumentar as oportunidades de reassentamento no Brasil. A longa experiência do Brasil em ter um órgão tripartite em que governo, sociedade civil e ACNUR trabalham juntos em políticas para refugiados tem sido bem-sucedida.

(...) O processo de integração social e econômico dos refugiados tem sido um constante desafio. Acreditamos que o engajamento de outros países em programas de reassentamento abre as portas para cooperação Sul-Sul.



O Brasil está pronto a compartilhar sua experiência com parceiros interessados. (ARQUIVO DO ITAMARATY, DELEGAÇÃO DO BRASIL EM GENEVRA, 2009 apud MOREIRA, 2015, p. 140)

O reconhecimento da boa gestão migratória, faz com que o pensamento brasileiro, muna-se de argumentos para criticar países propensos a violar direitos humanos dos imigrantes (CERVO; LESSA, 2014). Perante a crescente securitização do tema nas políticas europeias e norte-americanas, por um lado, o Brasil buscou manter sua posição de denúncia a discrepância entre os discursos de direitos humanos proferidos por tais países, e o real tratamento que os mesmos oferecem aos imigrantes (REIS, 2011). O discurso do ex-presidente Lula da Silva no Conselho de Direitos Humanos na ONU em junho de 2009, evidencia tal afirmação:

No Brasil, nós acabamos de legalizar centenas de milhares de imigrantes que viviam ilegalmente no país. Para dar uma resposta, um sinal aos preconceituosos, aqueles que imediatamente querem encontrar os responsáveis pela sua própria desgraça, o seu desemprego. (LULA, 2009 apud REIS, 2011, p. 52)

Por outro, o país age em prol de uma posição unificada sobre o assunto entre os países do Sul, e de adquirir “papel de vanguarda” na defesa dos direitos humanos dos imigrantes e refugiados. Em outros termos, a “gestão da questão migratória ofereceu ao governo brasileiro, ao longo dos últimos anos, uma plataforma única para criticar o posicionamento dos países ricos” (REIS, 2011, p. 62).

O enfoque regional é um dos eixos de destaque da política para migrantes, e principalmente, para refugiados. O Brasil assumiu o papel de administrar as crises humanitárias e deliberar sobre os conflitos políticos da região, buscando assegurar a estabilidade regional (MOREIRA, 2015). Algumas iniciativas no âmbito do Mercosul ligadas ao processo de integração regional foram implantadas, como por exemplo, o acordo de Residência entre os países do Mercosul, no qual migrantes podem obter autorização de residência no Brasil perante a apresentação de alguns

documentos. No entanto, neste âmbito, destaca-se o papel brasileiro no programa de reassentamento regional solidário para refugiados.

A elaboração da Declaração e o Plano de Ação do México em 2004, com a intenção de fortalecer a proteção internacional dos refugiados na América Latina, contou com o destaque do governo brasileiro na implementação do “Reassentamento Solidário”. Batizado com este nome devido a aspirações da política externa, o mecanismo propunha a criação de um programa de reassentamento regional com base nos princípios da solidariedade internacional e da responsabilidade compartilhada (SILVA, 2013). Em 2004, iniciou-se o programa de reassentamento de refugiados colombianos no território brasileiro, nacionalidade que manteve um número frequente de chegadas. Já no ano de 2006, o Brasil foi o 12º país que mais reassentou refugiados em seu território, a sua maioria colombianos e palestinos (MILANI, 2011).

Embora o programa de reassentamento não seja novo, o processo durante o governo Lula surge a partir de uma ótica regional mais coerente, e de uma articulação entre governo, organizações internacionais e organizações da sociedade civil mais intensa (MOULIN, 2011). O mecanismo fez parte da guinada na reorientação na política externa brasileira visando o papel de protagonista regional sobre assuntos humanitários (SILVA, 2013). Neste sentido, o sucesso do programa fortaleceu a posição internacional e regional do Brasil perante ao tema (MOULIN, 2011). Junto destes, outros feitos como a Declaração de Brasília sobre refugiados e apátridas de 2010, e a presença da atuação humanitária brasileira no Haiti, exercendo papel central na MINUSTAH<sup>34</sup>, afirmam tal posição e a inserção do país na cooperação humanitária internacional.

## CONSIDERAÇÕES

Em um sistema internacional formado por Estados-nações, baseados no princípio de soberania, o movimento de pessoas através das

---

<sup>34</sup> Missão de paz das Nações Unidas, criada para restaurar a ordem, restabelecer a segurança e promover ajuda humanitária no Haiti, após um período conturbado da política local.

fronteiras nacionais interfere na relação entre os governos envolvidos. Os mecanismos de política externa criados para lidar com os fluxos migratórios são diversos, e os que se referem a políticas para refugiados são frequentemente usados com fins estratégicos. Isto é, podem ser usados para descredibilizar Estados adversários, ou para promoção de uma imagem de país acolhedor e engajado nos direitos humanos, como ocorreu no período do governo Lula da Silva no Brasil analisado neste trabalho.

A presença internacional do Brasil em questões humanitárias durante o governo Lula, aumentou exponencialmente deixando claro sua busca por protagonismo internacional no âmbito dos direitos humanos. No que se refere a este estudo, constata-se que desde a promulgação do Estatuto para Refugiados em 1997, o Brasil apresenta uma política moderna e abrangente sobre o tema, além de reconhecida pelas devidas organizações internacionais. No entanto, observa-se também, a intensificação das iniciativas em torno do assunto no período analisado (2003-2010), principalmente, no programa de reassentamento regional de refugiados implantado em uma ação conjunta com a agência da ONU encarregada, a ACNUR, no território brasileiro.

As intenções de fortalecer a associação entre direitos humanos e cooperação Sul-Sul podem ser vistas nas iniciativas no âmbito do Mercosul, ou nos discursos da delegação brasileira em meio aos encontros das Nações Unidas. O Brasil usou de sua boa gestão migratória para condenar as atitudes dos países ricos e buscar unificar o posicionamento dos países do Sul. Em consonância também, com a sua conduta na política externa de questionar a ordem internacional e a hierarquia dentro das instituições vigentes. No que se refere ao programa de reassentamento, o país foi pioneiro na região, buscando afirmar seu papel de protagonista regional em um mecanismo para expor sua solidariedade perante o ambiente internacional.

Sendo assim, no que se refere à questão proposta neste trabalho, o direcionamento da política externa brasileira no governo Lula da Silva em relação aos refugiados está conectado com os seus anseios de

inserção de estratégica no cenário regional e internacional. Com uma legislação já abrangente sobre o tema, políticas para refugiados foram impulsionadas para afirmar a posição de um país cooperativo, engajado nos direitos humanos, e dos anseios de liderança humanitária regional do Brasil. Tal ponto pode ser visto, por exemplo, no programa de reassentamento para refugiados e na presença no Haiti. Nota-se, também, que a política externa pode ser aplicada para facilitar ou restringir os fluxos de refugiados existentes.

## REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014.

JUBILUT, Lílíana Lyra. Refugee Law and Protection in Brazil: a model in South America? **Journal of Refugee Studies**, Oxford, v. 19, n. 1, 2006, p. 22-44. Disponível em: <<http://jrs.oxfordjournals.org/content/early/2005/12/31/jrs.fej006.extract>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MILANI, Carlos. Atores e agendas no campo da política externa brasileira de direitos humanos. In: MILANI, Carlos; PINHEIRO, Letícia (org). **Política externa brasileira: a política das práticas e as práticas da política**. Rio de Janeiro: FGV, p. 33-70, 2012.

MOULIN, Carolina. Os Direitos Humanos dos Humanos sem Direitos – Refugiados e a Política do Protesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 26, n. 76, 2011. p. 145-155. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200008>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MOREIRA, Júlia. Política Externa e Refugiados no Brasil: uma análise sobre o governo Lula (2003-2010). **Carta Internacional**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 133-151, 2015. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/335/262>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

REIS, Rossana. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p.47-69, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292011000100003>>. Acesso em: 9 ago. 2022.

REIS, Rossana; MOREIRA, Júlia. Regime internacional para refugiados: mudanças e desafios. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 17-30, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31649/20176>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

SARAIVA, Miriam. Continuidade e mudança na política externa brasileira: as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. **Relações Internacionais**, n. 37, p. 63-78, 2013.

SILVA, César Augusto. **A política brasileira para refugiados (1998-2012)**. 292 f. Porto Alegre, 2013. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

TEITELBAUM, Michael. Immigration, Refugees and foreign policy. **International Organization**, vol. 38, n. 3, p.429-450, 1984.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, vol. 29, n. 2, p.273-335, 2007. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

# A DEMOCRACIA LIBERAL EM XEQUE: O CONCEITO DE POLÍTICO EM CARL SCHMITT E O FENÔMENO DO POPULISMO PARA PIERRE ROSANVALLON

Edson Lugatti Silva Bissati<sup>35</sup>  
Cáio César Nogueira Martins<sup>36</sup>  
Alexandre Rodrigues Faria<sup>37</sup>  
Fábio Antônio da Silva<sup>38</sup>  
Guilherme de Abreu Duque<sup>39</sup>

## INTRODUÇÃO

O nascimento da democracia e do liberalismo significou uma transformação na estrutura da política e na constituição dos Estados no mundo, isto porque o modelo clássico de organização sociopolítica no período medieval, cujo cerne era a presença da igreja como instituição que controlava e/ou servia de base para a conformação do poder, entrou em processo de declínio com a ascensão da modernidade.

O florescimento do liberalismo contou com as concepções de diversos pensadores, filósofos e teóricos. Dentre os estudiosos do assunto, sublinharmos os trabalhos do inglês John Locke (1632-1704), tido como o pai do pensamento liberal. Locke se debruçou a formular teses voltadas à tolerância (política e religiosa) o limite dos poderes, e a preservação da propriedade privada como motes de organização da vida pública. Seus escritos tornaram-se elementos centrais para as reflexões de outros estudiosos sobre liberalismo. No que tange a democracia, outros teóricos buscaram refletir e dissertar sobre seus caminhos na vida moderna. A exemplo, o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) trabalhou

---

<sup>35</sup> Doutorando em Ciência Política (UERJ). CV: <http://lattes.cnpq.br/0715050081368570>

<sup>36</sup> Mestrando em Ciência da Religião (UFJF). CV: <http://lattes.cnpq.br/0040698679467668>

<sup>37</sup> Mestrando em Ciências Sociais (UFJF). CV: <http://lattes.cnpq.br/0213760270407542>

<sup>38</sup> Mestrando em Ciências Sociais (UFJF). CV: <http://lattes.cnpq.br/4147064812664247>

<sup>39</sup> Mestrando em Ciências Sociais (UFJF). CV: <http://lattes.cnpq.br/5003628696259100>

o tema com enfoque no exercício da soberania pelo povo, a constituição do Estado pela vontade geral e o exercício do poder forjado pelos cidadãos. Suas contribuições catalisaram os debates e as concepções acerca da vida democrática, bem como se tornaram reflexões centrais para o entendimento do que viria a ser a política moderna.

É imperioso destacar que os conceitos de democracia e liberalismo emergiram separadamente no meio social, permanecendo assim, como formas ou ideologias isoladas que organizam as relações políticas e sociais durante algum tempo. Entretanto, com a eclosão das duas grandes guerras mundiais na primeira metade do século XX, a “democracia-liberal” surgiu como caminho ou resposta às tensões políticas que circundavam o continente europeu. O surgimento e implementação da democracia-liberal como modelo político de organização do Estado trouxe consigo a junção dos valores democráticos de exercício do poder pelo/para o povo, juntamente com os valores liberais de tolerância, respeito à liberdade individual e representação política dos vários setores da sociedade, principalmente no parlamento. Esses ideais ainda hoje norteiam a democracia de inúmeros países mundo afora; porém, isso não significa que o modelo democrático-liberal reina de maneira incontestada, nem que seja isento de problemas e tensões inerentes à vida política e as relações de poder, pelo contrário, teorias opostas ou críticas a democracia-liberal foram colocadas em debate, causando tensionamentos e até rupturas enquanto regime político.

Tecidas tais considerações inaugurais, procuraremos trabalhar neste ensaio as proposições teórico-políticas do jurista alemão, Carl Schmitt, em sua clássica obra *O conceito do político* (2008), cujo centralidade das reflexões do autor visa tecer incisivas críticas ao liberalismo e a democracia parlamentar, como também busca argumentar que no âmbito da política, o que prevalece é a lógica da disputa entre amigo/inimigo. Dessa maneira, o autor buscou traçar um modelo político-institucional oposto ao da tradição liberal democrática, reverberando na seara teórica e na vida política concreta.

Esgotado os comentários sobre a obra do jurista alemão, passaremos a discutir as questões que envolvem o fenômeno do populismo e suas implicações nas sociedades democráticas, tendo como pano de fundo os trabalhos do politólogo francês Pierre Rosanvallon, em especial o livro *O século do populismo: história, teoria, crítica* (2020). Neste trabalho, o autor procura traçar um diagnóstico do fenômeno, abordar seu percurso histórico e suas características, além de tecer uma análise crítica sobre o conceito de populismo e seus impactos na esfera da democracia liberal.

Trabalhando tais questões objetivamos oferecer uma reflexão sobre alguns dos múltiplos desdobramentos da teoria liberal democrática no campo teórico e político da vida moderna e contemporânea. Observando, através destes autores, de suas teorias e dos fenômenos em questão, como as dinâmicas sociopolíticas forjadas majoritariamente no pensamento ocidental, trazem em sua própria constituição a complexidade que é teorizar, discutir e imaginar regimes políticos minimamente capazes de serem estáveis e de tornar possível uma configuração social, tolerante, plural, equitativa e democrática. Colocadas tais considerações inaugurais, o objetivo deste ensaio é oferecer uma reflexão sobre alguns dos múltiplos desdobramentos da teoria liberal democrática no campo teórico e político da vida moderna e contemporânea.

## **O CONCEITO DE POLÍTICO NA OBRA DE CARL SCHMITT E SUA OPOSIÇÃO AO LIBERALISMO**

O tema da disputa ou da luta entre opostos é a marca central das reflexões que Schmitt procurou fazer na obra intitulada *O conceito do político* (2008). Neste trabalho, o jurista alemão teoriza as fundamentais características do político, pensando o conceito por uma chave até então não dominante no debate da época. O cerne das proposições do teórico se baseia em refletir sobre a constituição do político a partir de seus desdobramentos na esfera estatal, social, constitucional, histórica e institucional na vida moderna. As transformações políticas ocorridas na Alemanha no início do século XX, como a derrota do país na pri-



meira grande guerra e a instauração da República de Weimar de caráter parlamentar e semipresidencial no início dos anos 20, foram eventos que influenciaram decisivamente os trabalhos de Schmitt e esboçaram sua oposição ao liberalismo democrático emergente no período. Seu entendimento do que vem a ser um político caminha no sentido oposto às teorizações da tradição liberal, que pensa a dinâmica da vida social calcada no aspecto da tolerância, do pluralismo e da representação. Schmitt traça uma recuperação do conceito de político construindo um pensamento pela ótica dos pensamentos da direita, o que vai revelando os objetivos de sua teoria, como também, seus acenos na concretude política de seu tempo.

Para o autor, só se entende bem o que é o Estado quando se compreende bem a essência do que vem a ser o político, ou seja, o não entendimento do político acarreta uma percepção equivocada sobre as questões ligadas à seara do Estado. O político, neste caso, detém caráter vital nas questões concernentes a temática do poder estatal, pensar o político como uma característica dentre outras, é para Schmitt, fruto de uma despolitização ocorrida no século XIX, promovida pelo axioma da economia livre, que deve ser eliminada como preceito de entendimento sobre o modo de pensar o Estado e sua constituição.

Para tanto, compreender o conceito só é possível através de categorias e identidades inerentemente políticas e maniqueístas, assim como existem distinções em outras searas da vida, por exemplo, belo e feio no aspecto estético, bom e mau no campo da moralidade, ao pensar o político a diferenciação que melhor o define é a noção de *amigo* e *inimigo* (SCHMITT, 2008, p. 27). Porém, tal diferenciação serve unicamente como definição conceitual, não sendo a expressão total da questão, que por sinal, como concebe Schmitt, o inimigo político não precisa ser inerentemente mau como ocorre na esfera da moralidade, mas, basicamente o inimigo é precisamente o outro, é o desconhecido; logo, o político acaba por ser aquele que forja a identidade. Se opor ao outro é o elemento de constituição de determinado grupo.

São através destas categorizações sobre o caráter do político, que Carl Schmitt esboça sua oposição aos conceitos liberais referente às relações de poder e a dinâmica da política enquanto caráter da vida social. Ao delimitar os caminhos de seu trabalho, o pensador afirma que o liberalismo concebeu o inimigo pelo lado econômico como um concorrente e pelo lado espiritual (político) como somente um pretenso adversário na esfera das discussões. A pressuposição da ideia de consenso em política, típica dos preceitos medulares da democracia-liberal moderna e mesmo contemporânea, na teoria schmittiana, é basicamente a negação do caráter fundamental que constitui o político e também os caminhos para a sua análise. Afinal, em sua visão, todo individualismo coerente tem que negar o político, tendo em vista que ele exige que o ponto de referência fundamental seja o indivíduo, impossibilitando assim, a compreensão da natureza identitária da coletividade que é onde se encontra o político (MOUFFE, 2015, p. 10).

Dessa maneira, as concepções liberais dialógicas e consensuais oriundas do racionalismo, se situam no pólo oposto do que é a constituição do político, pois ao contrapor-se ao Estado e as instituições eminentemente sociais como a Igreja, o que o liberalismo faz é criticar ou negar a essência da política, que é o antagonismo (MOUFFE, 2015). Nesta perspectiva, os empreendimentos sociais, nas suas mais variadas facetas, como a moral, a ética, o religioso, conseqüentemente, transformam-se em político através da formação de grupos opostos em sua configuração, inviabilizando assim a manutenção ou mesmo a possibilidade de consenso.

Schmitt vai além, e entende ser o conflito um dos catalisadores que constituem o político. Em suas palavras: “um mundo no qual a possibilidade de semelhante combate estivesse eliminada e desaparecida, um planeta definitivamente pacificado, seria um mundo sem a distinção entre amigo e inimigo, por conseguinte, um mundo sem política” (SCHMITT, 2008, p. 37). Diante disso, um outro aspecto no qual o autor procura se contrapor através de suas reflexões, é o pluralismo e a clássica premissa moderna e liberal, que consiste na possibilidade de

coexistência no tecido social de múltiplas ideologias políticas e filosóficas, crenças religiosas, composições étnicas, dentre outras, seja no interior de um Estado ou mesmo na comunidade mundial.

Em sua perspectiva, o Estado é uma unidade normativa, baseada em um caráter eminentemente político, além disso, a teoria ou as teorias pluralistas sobre o ente estatal se caracterizariam por um traço que dissolve e refuta a sua essência enquanto organização sociopolítica, ignorando assim o conceito de toda teoria do Estado, cujo cerne é o político (SCHMITT, 2008). Essa concepção fornece elementos para as reflexões e construções teóricas que Schmitt faz acerca do seu entendimento de democracia inserida nessa noção antiliberal de Estado, nos possibilitando observar como suas questões buscam criticar os elementos que constituem o regime político e conseqüentemente institucionais da democracia liberal.

Os preceitos institucionais do liberalismo político, que visam a limitação do poder e o enfoque na ação individual, acabam por seguir no sentido contrário do que constitui uma teoria do político e do estatal, isto é:

Embora o liberalismo não tenha radicalmente negado o Estado, tampouco encontrou, por outro lado, uma teoria positiva do Estado e uma reforma estatal própria, ao contrário, procurou apenas vincular o político ao ético e submetê-lo ao econômico. Criou uma teoria da divisão e do equilíbrio dos “poderes”, um sistema de inibidores e controles do Estado que não pode ser qualificado de teoria do Estado ou de princípio da construção política (SCHMITT, 2008, p. 67).

A partir disso, Schmitt abre caminho para sua oposição à divisão dos poderes como mecanismo institucional de organização do poder no seio do Estado, os elementos dessa separação caminham no sentido diverso do que ele entende como questões reguladoras da vida política em um determinado país. Por entender ser a ética liberal de organização política uma limitadora do político, seus mecanismos de contenção não

se sustentam ao longo do tempo, desaguando assim na lógica da disputa através dos grupos presentes no tecido social.

Schmitt é contrário à democracia parlamentar, ao judiciário como guardião institucional e o chefe de Estado sendo submetido ao controle de outros entes institucionais. Como o parlamentarismo é baseado na ideia de uma instituição que representa os interesses plurais da sociedade e por isso busca politicamente o consenso, sua existência é por excelência, também o oposto do político. Logo, como concebe o autor, o poder parlamentar não produz o Direito, pois, é somente por meio do embate que o mesmo é concebido (SCHMITT, 2008).

Conseqüentemente, por negar o pluralismo, a maneira como Schmitt pensa a organização política estatal e a democracia, é antagônica aos preceitos da democracia liberal. O entendimento de que o consenso não se sustenta como fim político, pressupõe também a impossibilidade do pluralismo sociopolítico no interior de determinada sociedade, ou seja, a existência de uma heterogeneidade na vida social, acaba por promover o conflito.

Sob a ótica do pensamento de Schmitt, o antagonismo é uma marca constitutiva do político, e como o político é o elemento por excelência do Estado ou das teorias do Estado, a possibilidade democrática só seria possível através de um *demos* homogêneo, que no seu interior possui traços em comum que sustenta a unidade política, tendo o ente estatal como garantidor dessa sociedade homogênea (MOUFFE, 2015). Desta maneira, a inexistência da possibilidade de consenso descamba na impossibilidade de uma configuração política e social plural, que, por conseguinte, torna impraticável a liberal democracia. O argumento de Schmitt, dentre suas várias objeções ao liberalismo, nega fundamentalmente o cosmopolitismo como princípio norteador da política no interior dos e entre os Estados. Certamente, isso explica não só o lugar do teórico como um dos maiores juristas críticos da democracia liberal moderna, como também, elucida sua simpatia ao regime nazifascista de Adolf Hitler.

## O POPULISMO NA PERSPECTIVA DE PIERRE ROSANVALLON

Nos últimos anos um tema vem ganhando espaço no debate público, principalmente no campo da teoria e da ciência política ocidental. Com a ascensão ao poder de políticos conhecidos como *anti-establishment*, como Donald Trump nos EUA, Viktor Orbán na Hungria, Erdogan na Turquia, e Jair Bolsonaro no Brasil, a temática do populismo passou a ser muito trabalhada e citada como conceito explicativo para as transformações políticas e econômicas que emergiram com a eleição desses líderes situados mais ao campo da extrema-direita (TORMEY, 2019). Neste sentido, diversos trabalhos foram publicados, traçando ou categorizando políticos como sendo populistas ou cujas práticas governamentais se assemelham a ações inerentes ao populismo. Além disso, essa espécie de onda populista de direita da última década levou pensadores a refletir sobre o que vem acontecendo e quais os possíveis impactos do fenômeno nas democracias liberais do ocidente.

Pierre Rosanvallon é um destes intelectuais que se debruçaram em pensar as implicações do populismo para a democracia. No seu trabalho, intitulado *O século do populismo: história, teoria, crítica* (2020), as consequências políticas e institucionais do populismo ocupam lugar central em seu argumento, como também, esboça sua preocupação com a questão democrática no mundo contemporâneo. Para ele, o populismo revoluciona a política do século XXI. O teórico não se interessa somente em pensar a natureza do populismo, mas observar o seu recrudescimento como parte de uma problemática que se encontra nas instituições políticas e nas fraturas sociais do mundo contemporâneo. O reconhecimento do populismo como uma ideologia ascendente no presente século, configura tarefa essencial para produzir uma crítica consistente sobre a questão dentro do campo da teoria democrática (Rosanvallon, 2020).

O populismo, sob a perspectiva do intelectual francês, possui algumas características elementares que circundam o fenômeno, as chamadas aporias estruturantes, sendo elas: Uma concepção do povo:

o povo-Um; uma teoria da democracia: direta, polarizada, imediata; uma modalidade de representação: o homem-povo; uma política e uma filosofia da economia: nacional-protencionismo; um regime de paixões e emoções (ROSANVALLON, 2020). Essas aporias, constituem uma espécie de tipos ideais, cujo objetivo é analisar as diferentes formas de política e ação populista, dentro de um universo difuso que é inerente à realidade concreta do mundo político.

Rosanvallon (2020) traça um breve esboço da origem do fenômeno e do conceito de populismo. A reação a uma transformação socio-política em uma dada sociedade, foi um dos primeiros aspectos para sua emergência. Embora a literatura em sua maioria não trabalhe esse período como o marco inicial do populismo, o cesarismo na França de meados do século XIX, caracterizado por uma forma iliberal de fazer política, baseada na retórica de poder do povo encarnado pelo líder e no desrespeito aos mecanismos intermediários de organização política, é considerado pelo teórico como um período histórico fundamental para o entendimento do que viria a ser o populismo e suas características no seio dos regimes democráticos

No que se refere a isso, um caso clássico do que foi a origem do populismo, ocorreu nas décadas finais do século XIX nos Estados Unidos. A criação de novos partidos de agricultores nos EUA neste período, se deu como forma de reação de pequenos proprietários rurais e agricultores para com as políticas mais voltadas às grandes cidades feita pelos partidos tradicionais do país. Com uma retórica voltada para o “homem comum”, branco e possuidor de terras, esses partidos e movimentos se opunham às concepções modernas liberais de vida e democracia nos Estados Unidos, especialmente sua aplicabilidade na vida rural marcada pela tradição e pela hierarquia, que estes movimentos e partidos queriam manter (ROSANVALLON, 2020).

Um outro caso paradigmático no que concerne à emergência histórica do populismo é o caudilhismo latino-americano, que tinha como mote central a figura do líder e seu protagonismo político. Sua

emergência na América Latina, principalmente na primeira metade do século XX, se deu por meio da ascensão popular e política de líderes (os caudilhos) carismáticos, fortes e avessos ao suposto avanço e exploração do imperialismo norte-americano em solo latino.

Entende Rosanvallon (2020), que Jorge Gaitán, político colombiano que desde os anos 20 se notabilizou como um líder que falava diretamente com o povo e se dizia o seu representante, foi um dos principais nomes do populismo neste período por trazer em seus discursos forte aspecto moral e por promover uma oposição ferrenha a elite política local. Além dele, uma outra figura pioneira do caudilhismo foi o militar e político argentino Juan Perón.

A origem, o desenvolvimento e os atores de alguns dos casos mais conhecidos do populismo entre o século XIX e XX, possibilita observar na visão do autor, como ocorre o desdobramento do fenômeno dentro de determinado Estado e período histórico, além de analisar as suas características. Quando Rosanvallon (2020) analisa o populismo latino-americano dos anos 40, uma característica que ele ressalta é a ação destes líderes em reduzir o poder das cortes constitucionais dos países e esvaziar as atribuições políticas do poder parlamentar.

Isso passa a servir de base para o argumento que o teórico busca construir acerca do que é o populismo no atual século, pois, os populismos no mundo contemporâneo evidenciam sua atração por uma forma imediata de democracia, um fomento à ideia do líder como o real representante e/ou a encarnação das vontades do povo, acabando por se opor aos mecanismos institucionais da democracia liberal e representativa, cujo principais princípios são a repartição dos poderes, o respeito ao pluralismo, e a representatividade de múltiplas vozes (ROSANVALLON, 2020).

Referente a temática do pluralismo e da representatividade no seu viés social e principalmente político, o populismo e os populistas da atualidade se caracterizam por tencionar esta noção de uma sociedade pautada na multiplicidade política, étnica e social. Observando as argumentações de Rosanvallon (2020), podemos perceber que a narrativa

populista se orienta em buscar a ideia de certa homogeneidade social ao falar de povo, assim como, procuram oferecer um olhar dicotômico da política, pautado na divisão povo (nós) *versus* elite (eles).

A promoção deste discurso calcado no antagonismo do “nós contra eles” ganha diferentes configurações no populismo contemporâneo, a exemplo, o republicano Donald Trump, que em sua campanha para Presidente dos Estados Unidos em 2016, construiu discursos voltados a luta contra os imigrantes, que segundo ele, estava ocupando o espaço social legítimo do “verdadeiro” povo americano. No Brasil, Jair Bolsonaro (antes filiado ao PSL, atualmente filiado ao PL), em sua na campanha presidencial de 2018, pautou promover uma luta contra a esquerda, que em sua visão havia não só “corrompido” o Estado brasileiro, como buscava deturpar os valores cristãos tradicionais da nação.

A negação ao pluralismo pelo populismo, fomenta ainda outras implicações na seara sociopolítica e também na esfera institucional, afinal, por centrar suas ações baseado na representação direta, o líder não só nega a multiplicidade da representação por parte de outras instituições políticas como o parlamento, mas entende que o exercício do seu poder é respaldado unicamente pelo povo. Rosanvallon (2020) procura problematizar o fenômeno observando a questão do referendo, especialmente a utilização deste mecanismo pelos governantes populistas, por servir como ferramenta de legitimação do líder pela população. Nesse caso, o referendo, possui algumas limitações à luz da teoria democrática, pois:

Ele tende primeiro a dissolver a noção de responsabilidade política. Em segundo lugar, na verdade implica uma infeliz confusão entre as noções de decisão e vontade política. Sacraliza, por último, o fenômeno majoritário, tendendo a dar-lhe uma dimensão de irreversibilidade (ROSANVALLON, 2020, p. 142).

O mecanismo do referendo tende a reduzir a responsabilidade do agente político perante as reflexões na tomada da decisão, como também solidifica determinada decisão sem com isso levar em conta os



seus possíveis impactos negativos ou não. O caso do Brexit no Reino Unido, é um exemplo disto, haja visto que, após ser referendada por uma estreita maioria da população a decisão da saída do país da União Europeia, os políticos que a defenderam saíram de cena e nada disseram sobre os impactos que a decisão causaria para a economia e a sociedade britânica. Resumindo, não assumiram a responsabilidade, tendo em vista o caráter referendário da decisão (ROSANVALLON, 2020).

Rosanvallon não busca demonizar o referendo; entende inclusive ser um mecanismo democrático de suma importância, além de argumentar a necessidade de debater e aperfeiçoar o mesmo como forma de expressão democrática. Entretanto, seu uso para fins populistas, claramente acarreta problemáticas políticas, fomentando o personalismo, possivelmente enfraquecendo o sistema representativo e legitimando condutas antidemocráticas e avessas ao pluralismo.

A lógica do antagonismo como mote basilar do populismo, acompanhado da personificação do líder como o representante único das vontades populares e a utilização do referendo como forma de legitimação das ações do governante, são algumas das preocupações de Rosanvallon, tendo em vista que, tais características, acabam por pressupor uma ordem social não pluralista, um desenho democrático e institucional pautado na simplificação e no imediatismo do poder, descambando numa ordenação sociopolítica que exclui a presença da representatividade e da responsividade na seara do poder público.

Diante deste cenário de emergência de líderes e movimentos populistas na cena contemporânea mundial, o teórico procurou refletir sobre possíveis alternativas democráticas, que caminhe por uma direção diferente a do populismo e promova a possibilidade de ampliação das ferramentas de representação social, por meio de instituições que fomentem maior deliberação e conseqüentemente reflexividade política. Assim, entende ser a democracia um regime que não se cansa de perguntar por si próprio. Por isso, é necessário multiplicá-la, complexificá-la, pois é por

meio deste esforço e desta lucidez que ela poderá perder a sua atração ao projeto populista (ROSANVALLON, 2020).

## CONCLUSÃO

Ao longo deste ensaio procuramos dissertar sobre duas questões que se entrelaçam quando o assunto é teoria política e democrática. As proposições de Carl Schmitt revelam uma interpretação teórica sobre a política, cujo objetivo central é negar qualquer forma de organização política liberal, plural e limitadora do poder, por considerar ser a essência do político uma constante disputa entre amigo *versus* inimigo. Seus argumentos, concebem um modelo de regime político que não vislumbra a construção de uma institucionalidade pautada na coexistência de múltiplos interesses e por isso, a democracia em Schmitt só se sustenta em um ambiente social homogêneo.

Na seara dessas questões, o populismo à luz das reflexões de Pierre Rosanvallon, se configura como um fenômeno nocivo à democracia representativa moderna. Nele não há consenso a ser construído, a lógica da vontade do povo encarnada pelo líder catalisa uma concepção de política que dispensa e/ou busca o enfraquecimento das instâncias representativas e constitucionais de exercício e controle do poder. Dessa forma, o autor procura imaginar caminhos institucionais e políticos para um fortalecimento do regime democrático, pensando formas que procurem ampliar e complexificar a democracia, visando assim, frear o avanço populista.

Além disso, podemos perceber como as reflexões de Schmitt convergem em certa medida com o *modus operandi* populista. Na visão de Rosanvallon, pautados em promover uma disputa entre o nós contra eles, os populismos da contemporaneidade evidenciam sua aproximação ao antiliberalismo schmittiano e a forte atração a uma concepção de democracia imediata, cujo cerne é negar os mecanismos representativos da democracia liberal. Enquanto Schmitt entendia que o liberalismo não conseguiu responder os problemas que emergem na sociedade, por

ser em sua constituição a antítese do político, Rosanvallon nos chama atenção para os perigos da política populista, justamente por ser um fenômeno que procura soluções simples para questões tão complexas como é a sociedade e a democracia.

Tais problemáticas, forjadas e desenvolvidas na modernidade, e em certa medida no interior dos processos democráticos nascidos nesta era, demonstram o quão complexo é a natureza e os desdobramentos da política em seu caráter real. Configurando assim, uma tarefa indispensável para a teoria e a ciência política, ampliar as suas ferramentas teóricas, metodológicas e práticas de análise e concepção de regimes livres e democráticos, capazes de mitigar as soluções fáceis e anti plurais de constituição do espaço público.

## REFERÊNCIAS

MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. 1. ed. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

ROSANVALLON, Pierre. **El siglo del populismo: Historia, teoría, crítica**. Publicado por: Galaxia Gutenberg, S.L. Av. Diagonal, 361, 2.º 1.ª 08037-Barcelona. Edición en formato digital: agosto de 2020.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político/ Teoria do *partisan***. Coordenação e Supervisão Luiz Moreira; tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

TORMEY, Simon. **Populismo: uma breve introdução/** Simon Tormey; tradução Mário Molina. São Paulo: Cultrix, 2019.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

### **WILLIAN DOUGLAS GUILHERME**

Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Membro do Colegiado e do NDE. Presidente da Comissão de Legislação e Normas. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPA-UFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, tendo como foco a História Local, Regional e História das Instituições Escolares.

CV: <http://lattes.cnpq.br/3996555421882005>

# ÍNDICE REMISSIVO

## C

Categorias 5, 6, 32, 49, 54-58, 84, 104  
Cidadãos 7-13, 15, 49, 58, 73, 76-78, 80-82, 85, 102  
Comunicação 6, 7, 10-14, 19, 73-75, 78-85  
Conflito 17, 18, 21, 25-27, 29, 30, 105, 107  
Congresso Nacional 63, 64, 67, 70, 71  
Criação 7, 34, 35, 38, 39, 41, 44-47, 61, 62, 65-72, 74, 75, 78, 80, 89, 92, 97, 109

## D

Democracia 5-10, 13-15, 20, 21, 28, 34, 36, 41, 52, 54, 57-59, 74, 78, 81, 85, 95, 101-103, 106-110, 112-114  
Direita 6, 17, 28, 40, 49-60, 104, 108

## E

Econômico 5, 31, 35, 37-40, 44, 45, 47, 56, 58, 95, 105, 106  
Eleitores 8-14, 67, 68, 71, 82-84  
Eleição 12, 13, 108  
Espaço 6-8, 15, 21, 47, 73, 75-78, 80-82, 84, 85, 108, 111, 114  
Esquerda 6, 17, 28, 40, 41, 45, 47, 49-60, 111  
Estados 19, 32, 34, 36, 38, 39, 43, 45, 46, 61-64, 66, 69, 71, 72, 87, 89-92, 98, 101, 107, 109, 111  
Estaduais 62-68, 70-72

## F

Fake News 20  
Federativas 62, 64-67, 70-72

## G

Grandes 12, 15, 17, 18, 26, 29, 30, 40, 42, 49, 50, 80, 81, 102, 109  
Grupo 14, 17, 22-24, 28, 57, 82, 87, 90, 104

## I

Ideologias 26, 49, 50, 56, 59, 102, 106  
Indivíduos 18, 19, 21, 22, 24, 25, 29, 32  
Informações 12, 14, 15, 20, 24, 73-78, 81-83  
Instituições 7, 14, 15, 34-36, 38, 39, 43, 44, 46, 47, 74-76, 80, 81, 93, 98, 105, 108, 111, 112  
Integração 5, 31-41, 43-48, 88, 92-96  
Internet 5, 6, 14, 15, 18, 19, 23, 25, 29, 30, 73-85

## L

Latino 110  
Líder 92, 109-113

## M

Massas 19, 21, 24, 25, 27, 29, 30, 80  
Mercosul 32, 37, 40, 44-46, 48, 96, 98  
Municípios 61, 62, 64-66, 68, 71

## N

Nacional 17, 26, 33, 34, 38, 40, 43, 46, 61, 63, 64, 67, 70, 71, 81, 83, 92-94  
Novas 19, 29, 44, 62, 64-68, 70, 71, 74-76, 78-82, 84

## P

Participação 6, 7, 9-11, 36, 66, 67, 73, 74, 76-78, 80-85, 92, 93  
Partidos 10-13, 47, 52, 54, 56, 59, 82, 109  
Países 31, 33-37, 40, 43, 45-47, 49, 54, 76, 78, 87, 91, 92, 94-96, 98, 102, 110  
Pensamento Político 42

Pessoas 7, 8, 11, 13, 20, 24, 26, 32, 70, 74-76, 78-81, 83, 87, 89, 91, 97  
Políticas 5, 7, 9, 10, 12, 13, 15, 17, 21, 25, 26, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 41, 46, 49, 53, 54, 56-60, 62, 65, 70, 73, 76, 78, 80, 82, 87-89, 91, 92, 94-96, 98, 99, 102-104, 106, 108-112

População 41, 43, 62, 64, 66, 67, 72, 111, 112

Presidente 41, 59, 88, 94, 111

Processo 5, 8, 15, 21, 29, 32-34, 37, 39, 41, 43, 44, 46, 47, 50, 73, 75, 78, 82-84, 91, 92, 94-97, 101

## R

Regionalismo 6, 31-37, 39, 43, 44, 46, 48  
Religião 5, 54, 90, 101  
Representantes 6-15, 45, 52, 73, 77, 81, 85  
Representação 6-12, 14, 15, 21, 62, 74, 81, 102, 104, 109, 111, 112  
Rio de Janeiro 15, 16, 29, 48, 60, 61, 72, 85, 99

## S

Sistema político 54, 73, 78  
Sociedade 8-10, 14, 15, 17, 21, 22, 26, 27, 29, 50, 54, 56-59, 70, 74, 78, 80, 81, 85, 86, 88, 92, 95, 97, 102, 107, 109, 110, 112-114  
Subnacionais 6, 61-68, 70, 71

## T

Territórios 32, 41, 61, 63-68, 70, 71, 90

## U

Unidades Federativas 62, 64-67, 70-72  
Unidades 6, 61-68, 70-72

## V

Violência 20-22, 24, 26, 30

ISBN 978-65-5368-270-2



9 786553 682702 >

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



[www.editorabagai.com.br](http://www.editorabagai.com.br)



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



[contato@editorabagai.com.br](mailto:contato@editorabagai.com.br)